



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
NÚCLEO DE COMBATE À CORRUPÇÃO

**EXMO(A). JUIZ(ÍZA) FEDERAL DA 4ª VARA FEDERAL CRIMINAL DA SEÇÃO
JUDICIÁRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

DISTRIBUIÇÃO POR DEPENDÊNCIA
AUTO REF. Nº 0800764-39.2019.4.05.8300
OPERAÇÃO FANTOCHE

PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL Nº 1.26.000.001311/2020-86
COTA INTRODUTÓRIA Nº 01/2020 – 17º OF./NCC/PR-PE
MANIFESTAÇÃO PR/PE Nº _____/2020

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, por intermédio de sua procuradora da República subscritora, oferece, em apartado, denúncia em 84 (oitenta e quatro) laudas, em desfavor de **Robson Braga de Andrade, Ricardo Essinger, Ernane de Aguiar Gomes, Hebron Costa Cruz de Oliveira, Romero Neves Silveira Souza Filho, Luiz Otávio Gomes Vieira da Silva, Lina Rosa Gomes Vieira da Silva, Luiz Antônio Gomes Vieira da Silva, Sérgio Luís de Carvalho Xavier e Júlio Ricardo Rodrigues Neves**, em razão da prática do crime previsto nos art. 312 do Código Penal Brasileiro (peculato).

Inicialmente, calha realizar alguns apontamentos acerca da denominada “Operação Fantoche”.

1. Da contextualização da Operação Fantoche

A denúncia em apartado é originada dos autos do PIC – Procedimento Investigatório Criminal nº 1.26.000.001311/2020-86, instaurado a partir do RICE nº



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
NÚCLEO DE COMBATE À CORRUPÇÃO

03/2019, do TCU, e de peças oriundas do Inquérito Policial – IPL nº 0111/2014 (Auto nº 0004046-94.2014.4.05.8300), este último autuado em atenção a relatórios de auditoria preliminares elaborados pelo Tribunal de Contas da União – TCU e pela Controladoria Geral da União – CGU em Pernambuco, cujos conteúdos revelaram fraudes e desvios de recursos públicos em contratos firmados pela União (por intermédio do Ministério do Turismo) e pelos Departamentos Regionais e Nacional do SESI junto a OSCIPs e empresas para a promoção de eventos culturais.

Os ilícitos ocorreram em contratos e processos seletivos envolvendo o grupo empresarial da Aliança Comunicação e Cultura Ltda. No início, a referida empresa era contratada diretamente pelos departamentos do SESI por inexigibilidade de licitação. Posteriormente, após esses procedimentos serem contestados pelos órgãos de controle – já que burlavam o processo seletivo –, os departamentos do SESI passaram a contratar os mesmos projetos já desenvolvidos pela Aliança Comunicação e Cultura Ltda., desta feita de forma indireta, ou seja, mediante a cooptação de entidades de direito privado sem fins lucrativos.

Apesar da referida cooptação, as execuções dos objetos contratados foram, na prática, delegados a empresas vinculadas à Aliança Comunicação e Cultura Ltda. e o maior volume de recursos obtidos com o pagamento desses contratos foi transferido diretamente a essa empresa ou a empresas de “fachada” vinculadas ao mesmo grupo familiar instituidor da Aliança Comunicação e Cultura Ltda. Nesse sentido, as entidades investigadas (Instituto Mundial de Desenvolvimento da Cidadania – IMDC; Instituto Origami; e Instituto de Produção Socioeducativo Cultural Brasileiro – IPCB) foram contratadas pelos Departamentos do SESI, mas subcontrataram a Aliança Comunicação e Cultura Ltda. como executora dos objetos celebrados. Além das entidades sem fins lucrativos, o grupo utilizou-se de empresas de “fachada” para movimentar os recursos oriundos do esquema criminoso.

O Tribunal de Contas da União – TCU identificou que o Serviço Social da Indústria – SESI, desde o ano de 2002 até o presente momento, por meio de seus Departamentos Regionais e Nacional, realizou diversos projetos culturais criados pela



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
NÚCLEO DE COMBATE À CORRUPÇÃO

empresa Aliança Comunicação e Cultura Ltda., dentre os quais se destacam: 1) Festival Internacional de Teatro de Objetos – FITO; 2) SESI Bonecos do Mundo; 3) Cine SESI Cultural; 4) Fábrica Verde; 5) Na Ponta da Língua; 6) Em Nome das Cidades; 7) Arte no Canteiro; 8) Bandas de Cá; 9) Relix; e 10) Baixio dos Doidos.

Diante do quadro acima narrado e das suspeitas de superfaturamento e desvios dos recursos alocados nos projetos culturais, em 19/02/2019, foi deflagrada, com autorização da 4ª Vara Federal da Justiça Federal em Pernambuco, a fase ostensiva denominada “Operação Fantoche”, resultando, entre outras medidas, no cumprimento de 10 (dez) mandados de prisão temporária, 43 (quarenta e três) de busca e apreensão e no afastamento do sigilo dos dados bancários e fiscais dos investigados. Os elementos apreendidos e os dados obtidos estão sendo analisados pelos auditores do TCU que, em 04/10/2019, elaboraram o Relatório de Informação de Controle Externo – RICE nº 03/2019 – SeinfraOperações, que constatou o desvio de recursos na execução dos contratos vinculados ao **projeto Relix**, objeto da peça acusatória.

Ressalte-se que os demais projetos (Festival Internacional de Teatro de Objetos – FITO; SESI Bonecos do Mundo; Cine SESI Cultural; Fábrica Verde; Na Ponta da Língua; Em Nome das Cidades; Arte no Canteiro; Bandas de Cá; e Baixio dos Doidos) permanecem sendo objeto de análise dos auditores do Tribunal de Contas da União e da Polícia Federal.

Assim, a **denúncia apresentada em apartado abrange tão-somente os fatos relacionados ao projeto Relix Pernambuco no ano de 2014**, não versando sobre os demais projetos financiados pelo “Sistema S” em apuração no âmbito da investigação ainda em curso.

2. Da competência federal para processar e julgar a denúncia

Os denominados Serviços Sociais Autônomos integrantes do “Sistema S” (SESI, SENAI, IEL, FIEPE) exercem atividade de interesse público, de sorte que são financiados pelo Poder Público. Tais entidades gozam de uma gama de privilégios próprios dos entes públicos, estando sujeitas a normas semelhantes às da Administração Pública, em



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
NÚCLEO DE COMBATE À CORRUPÇÃO

especial no que se refere à: 1. obrigatoriedade de lei para sua criação; 2. observância dos princípios da licitação; 3. prestação de contas; e 4. equiparação de seus empregados a servidores públicos para fins penais e de improbidade administrativa.

O SESI e as demais entidades do Sistema “S” foram criadas mediante autorização legislativa federal, recebendo atribuições para o desenvolvimento de atividades de interesse público. Não fosse o suficiente, os valores que custeiam as atividades de tais entidades derivam, principalmente, das contribuições patronais compulsórias, arrecadadas pelo INSS, sendo notória a natureza federal da verba. Por isso mesmo, **referidas entidades prestam contas junto ao Tribunal de Contas da União**, fato que torna os gestores das referidas entidades, para os fins do controle da Administração Pública, **autoridades federais** e não estaduais ou meros dirigentes de entidades privadas.

No Superior Tribunal de Justiça, com base na aplicação da Súmula n. 208 (“Compete à Justiça Federal processar e julgar prefeito municipal por desvio de verba sujeita a prestação de contas perante órgão federal”), há várias decisões reconhecendo a competência federal para apurar, processar e julgar a prática de delitos cometidos no âmbito das entidades do Sistema S:

PENAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. PECULATO. APROPRIAÇÃO DE VERBA FEDERAL, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA FINDES¹ E SUAS ENTIDADES (SESI, IEL E SENAI). NECESSIDADE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS PERANTE ÓRGÃO FEDERAL (TCU). SÚMULA 208/STJ. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. 1. A jurisprudência desta Corte é no sentido de que na hipótese das verbas repassadas pela União sujeitas ao controle do Tribunal de Contas da União, a competência para apuração de eventual crime é da Justiça Federal (Súmula 208/STJ). 2. Hipótese em que o bem a reclamar a tutela jurisdicional é do interesse da União, dada a atuação do Tribunal de Contas da União na fiscalização do desvio de verbas do FINDES e de seus órgãos, de modo que resta evidenciada, neste momento processual, a lesão a bens, serviços ou interesses da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas a atrair a competência da Justiça Federal. 3. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo Federal da 2ª Vara Criminal da Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo. [...] (CC – CONFLITO DE COMPETÊNCIA. 119868 2011.02.70595-2, RIBEIRO DANTAS, STJ – TERCEIRA SEÇÃO, DJE DATA:08/11/2016 ..DTPB:.)

1 FINDES – Federação das Indústrias do Espírito Santo.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
NÚCLEO DE COMBATE À CORRUPÇÃO

[...] O SENAC é uma entidade paraestatal, dotada de personalidade jurídica de direito privado, mas com atuação em área de interesse público, qual seja, desenvolver pessoas e organizações para o mundo do trabalho com ações educacionais e conhecimentos em Comércio de Bens e Serviços. **Em razão de sua natureza jurídica, recebe verbas federais para atuar em cooperação com o setor público, sendo fiscalizado, em consequência, pelo Tribunal de Contas da União. Considerando o teor da Súmula 208/STJ, segundo a qual compete à Justiça Federal processar e julgar Prefeito Municipal por desvio de verba sujeita a prestação de contas perante o órgão federal, conclui-se que os delitos eventualmente praticados contra a entidade paraestatal em questão, sujeita à fiscalização do TCU, por receber verbas federais, devem ser processados e julgados pela Justiça Federal.**” - negrito acrescido (STJ, Conflito de Competência n. 111.649-SP, decisão monocrática, Rel. Min. Min. Nefi Cordeiro, publ. 02/09/2014).

[...] A Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça já decidiu sobre a matéria, entendendo que entidade paraestatal com atuação em todo território nacional, está sujeita ao controle e fiscalização pelo Tribunal de Contas da União. Logo, ao caso dos autos pode ser aplicada a hipótese da Súmula 208 desta Corte.”, concluindo pela competência da Justiça Federal eis que o crime foi praticado contra o SENAI. (STJ, Conflito de Competência n. 118.485-ES, decisão monocrática, Rel. Min. Min. Gilson Dipp, julg. 10/04/2012).

[...] A jurisprudência desta Corte Superior tem se posicionado no sentido de que os delitos praticados contra o SENAC devem ser processados e julgados pela Justiça Federal, tendo em vista que a referida entidade paraestatal recebe fiscalização do Tribunal de Contas da União: (...).” (STJ, Conflito de Competência n. 128.055-MG, decisão monocrática, Rel. Des. Fed. Conv. Marilza Maynard, julg. 25/04/2014).

É de se reconhecer, dessa forma, **a competência federal para apuração dos crimes envolvendo entidades do Sistema S**, porquanto: são entidades criadas mediante autorização legislativa federal; prestam contas perante órgão federal – Tribunal de Contas da União; gerenciam dinheiro público federal; os atos de improbidade administrativa cometidos por seus gestores são investigados pelo MPF; e as ações civis públicas de improbidade administrativa devem ser ajuizadas no foro federal, nos termos do art. 109, I, da Constituição Federal. Nesse sentido, veja-se decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – SENAC. ENTIDADE PARAESTATAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. NÃO OCORRÊNCIA DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. IRREGULARIDADE CONFIGURADA. 1. O Serviço

Av. Agamenon Magalhães, 1800, Espinheiro – Recife/PE – CEP: 52.021-170
Telefones: (81) 2125-7300 E-mail: ascom@prpe.mpf.gov.br



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
NÚCLEO DE COMBATE À CORRUPÇÃO

Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, por ser entidade paraestatal com atuação em todo território nacional, está sujeita ao controle e fiscalização pelo Tribunal de Contas da União. 2. Os Serviços Sociais Autônomos, embora oficializados pelo Estado, não integram a Administração Pública. Todavia, exercem atividades de interesse público, sendo incentivadas, de várias formas, pelo Poder Público. **Tais entidades gozam de uma gama de privilégios próprios dos entes públicos, estando sujeitas a normas semelhantes às da Administração Pública, em especial no que pertine à obrigatoriedade de lei para sua criação, à observância dos princípios da licitação, à prestação de contas, à equiparação dos seus empregados aos servidores públicos para fins criminais e para fins de improbidade administrativa.** 3. As entidades do “Sistema S”, que abrange o SENAC, são criadas mediante autorização legislativa federal, recebendo atribuições para o desenvolvimento de atividades de interesse público. 4. **Os valores que custeiam as atividades de tais entidades derivam, principalmente, das contribuições patronais compulsórias, sendo notória a natureza federal da verba. Tanto é assim que as referidas entidades devem prestar contas junto ao Tribunal de Contas da União.** 5. Registre-se que, embora as mencionadas entidades não se subordinem à lei licitatória (Lei 8.666/93), **deverão obediência às normas gerais daquele diploma, bem como aos preceitos constitucionais gerais sobre a matéria.** 6. **Quando da não efetivação do procedimento licitatório obrigatório, não há como se negar que restou configurada a irregularidade praticada pelo SENAC,** o que torna irretocáveis os acórdãos do TCU proferidos no processo administrativo nº. TC 011.671/2002-0, acerca de prestação de contas relativas à sua gestão no exercício de 2001. 7. **A irregular condução do processo licitatório pelos dirigentes da entidade em apreço, importa em prejuízo aos interesses da União.** 8. Apelação improvida.” - destaque acrescido (AC 00094660620114058100, Des. Federal Rogério Fialho Moreira, TRF5 – 4ª Turma, DJE – Data: 23/05/2013 – Página: 559.).

Ainda que assim não fosse, o que se admite apenas *ad argumentandum tantum*, mister o reconhecimento da conexão no caso concreto com contratações ilícitas junto ao Ministério do Turismo envolvendo as mesmas entidades. Com efeito, há clarividente vinculação entre os ilícitos cometidos nos convênios celebrados junto ao Ministério do Turismo e os contratos celebrados junto às entidades do denominado “Sistema S”.

Retornando aos fatos objetos da apuração, observa-se, em linhas gerais, que o Ministério do Turismo e os Diretórios do SESI contrataram OSCIPs e outras entidades sem fins lucrativos, as quais terceirizaram a execução dos projetos à Aliança Comunicação e Cultura Ltda., sob a alegação de que esta é quem deteria os direitos autorais dos projetos, constatando-se, ao final que, em tese, os valores dos projetos foram



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
NÚCLEO DE COMBATE À CORRUPÇÃO

muito superiores ao efetivamente gasto com as suas produções e a maior parte dos recursos foi desviada a empresas fantasmas ou outras ligadas ao grupo que administra a Aliança Comunicação e Cultura Ltda., para beneficiar esta última e seus administradores.

Não bastasse, os indícios apontam que a principal beneficiária do esquema criminoso – Aliança Comunicação e Cultura Ltda. – atuou, junto às entidades sem fins lucrativos e empresas fantasmas, mediante o mesmo *modus operandi* de forma a consumir vários desvios de recursos, seja em detrimento dos valores oriundos dos convênios firmados junto ao Ministério do Turismo, seja em face dos contratos firmados pelas entidades do SESI e do SENAI.

Ressalte-se ainda como reforço da evidente conexão entre as condutas delitivas que a ruptura da cadeia probatória esvaziaria a análise sistemática dos elementos colhidos na investigação. Dito de outro modo, é evidente que as provas dos crimes praticados em detrimento do Ministério do Turismo influenciam nos crimes praticados em desfavor das entidades do Sistema “S”. Em primeiro lugar, porque, como já asseverado, o *modus operandi* das condutas era o mesmo. E em segundo lugar, porque a cooptação das entidades sem fins lucrativos, inclusive no âmbito das contratações junto ao Ministério do Turismo, serviu às práticas dos desvios perpetrados pelos representados nas duas esferas – em detrimento do próprio Ministério do Turismo e em desfavor dos departamentos do SESI.

Desse modo, considerando a existência de conexão intersubjetiva entre as infrações praticadas em detrimento da União (Ministério do Turismo), nos termos do art. 109, IV, da Constituição federal, e dos departamentos do SESI, bem como a evidente conexão instrumental face à influência das provas de alguns crimes na existência de outros, tudo nos termos do **art. 76, I e III, do Código de Processo Penal, deve ser reconhecida, in totum, a competência federal para apurar, processar e julgar os fatos**. Nesse sentido, assertivo é o enunciado da Súmula n. 122 do STJ: “Compete à Justiça Federal o processo e julgamento unificado dos crimes conexos de competência federal e estadual, não se



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
NÚCLEO DE COMBATE À CORRUPÇÃO

aplicando a regra do art. 78, II, a, do Código de Processo Penal”.

Ademais, tendo em vista a extensa quantidade de fatos e, igualmente, de investigados envolvidos no âmbito da Operação Fantoche, este MPF apresenta denúncia que abrange exclusivamente um dos projetos, a saber: Relix Pernambuco do ano de 2014, consoante autoriza, *mutatis mutandi*, a *ratio* normativa do **art. 80 do CPP**, a fim de evitar excessivo número de acusados, caso mais de um projeto fosse objeto da presente denúncia.

Com efeito, consoante já enfatizado, ainda estão pendentes de análise, pelo menos, 09 (nove) projetos² financiados pelos Departamentos do SESI, além dos convênios celebrados diretamente entre a União (via Ministério do Turismo) e as entidades sem fins lucrativos investigadas. Nesse sentido, cada projeto possui peculiaridades específicas, envolvendo empresas executoras e intermediárias, bem como pessoas físicas (sócios) diversas. Assim, mostra-se essencial a aplicação do *telos* do art. 80 do CPP já quando do oferecimento da denúncia, para fins de viabilizar a pretensão punitiva estatal *in casu*.

Por fim, não se olvide que, nos termos dos arts. 69, I, c/c art. 83, ambos do CPP, a competência jurisdicional será determinada pela prevenção toda vez que, concorrendo dois ou mais juízes igualmente competentes ou com jurisdição cumulativa, um deles tiver antecedido aos outros na prática de algum ato do processo ou de medida a este relativa, ainda que anterior ao oferecimento da denúncia. No caso dos autos, é evidente a competência da 4ª Vara Federal da Justiça Federal em Pernambuco para processar e julgar as ações penais relativas à denominada “Operação Fantoche”, considerando a prática de atos processuais anteriores ao oferecimento da peça acusatória.

III. Considerações finais

2 Festival Internacional de Teatro de Objetos – FITO; SESI Bonecos do Mundo; Cine SESI Cultural; Fábrica Verde; Na Ponta da Língua; Em Nome das Cidades; Arte no Canteiro; Bandas de Cá; e Baixo dos Doidos.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
NÚCLEO DE COMBATE À CORRUPÇÃO

Registre-se que a não inclusão de alguma conduta delituosa ou de algum investigado na denúncia **não significa arquivamento implícito, reservando-se o MPF o direito de aditá-la ou oferecer acusação autônoma no momento oportuno, inclusive em razão dos depoimentos das testemunhas, após a instrução processual.**

Outrossim, tendo em conta que a presente investigação possui arquivos digitais incompatíveis com o sistema do Processo Judicial Eletrônico – PJe, tais como as gravação das oitivas realizadas pelo órgão ministerial (tamanho – cerca de 10GB), bem como os papéis de trabalho do RICE nº 03/2019 (TCU), este órgão ministerial **informa o encaminhamento da aludida documentação em mídia física** a fim de que seja posta à disposição das partes com vistas a preservar os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, tudo ao teor do art. 11, §5º, da Lei n. 11.719/2006³.

Ademais, considerando os fatos narrados na exordial acusatória (Relix Pernambuco 2014), bem assim os dados constantes do RICE nº 03/2019 (fl. 21), do Tribunal de Contas da União, os **desvios perpetrados** pelos denunciados em todas as edições do Relix somaram cerca de **R\$ 12.818.784,78 (doze milhões, oitocentos e dezoito mil, setecentos e oitenta e quatro reais e setenta e oito centavos)**, de modo que a **manutenção da medida constritiva de sequestro deferida por meio da Representação nº 0800764-39.2019.4.05.8300 é fundamental para o resguardo do erário em caso de futuro decreto condenatório.**

Frise-se que, para além do projeto Relix – edição Pernambuco 2014, os desvios detectados pelo corpo técnico do TCU e corroborado pelos documentos apreendidos e oitivas realizadas **também alcançaram as demais edições do projeto**, cujas

³ Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais. [...]

§5º Os documentos cuja digitalização seja tecnicamente inviável devido ao grande volume ou por motivo de ilegibilidade deverão ser apresentados ao cartório ou secretaria no prazo de 10 (dez) dias contados do envio de petição eletrônica comunicando o fato, os quais serão devolvidos à parte após o trânsito em julgado.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
NÚCLEO DE COMBATE À CORRUPÇÃO

investigações e a consequente *opinio delicti* do *Parquet* deverá ser concluída nos próximos 60 (sessenta dias).

Por todo o exposto, o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** pugna pelo recebimento da denúncia que acompanha esta cota, bem como pela manutenção, *in totum*, da medida cautelar de sequestro decretada nos autos da Representação Criminal nº 0800764-39.2019.4.05.8300.

Recife/PE, data de assinatura eletrônica.

[Assinado Eletronicamente](#)
SILVIA REGINA PONTES LOPES
Procuradora da República



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

**EXMO(A). JUIZ(ÍZA) FEDERAL DA 4ª VARA FEDERAL CRIMINAL DA SEÇÃO
JUDICIÁRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

DISTRIBUIÇÃO POR DEPENDÊNCIA
AUTO REF. Nº 0800764-39.2019.4.05.8300
OPERAÇÃO FANTOCHE

PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL Nº 1.26.000.001311/2020-86
DENÚNCIA Nº 02/2020 – 17º OF./NCC/PR-PE
MANIFESTAÇÃO PR/PE Nº _____/2020

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, pela procuradora da República que esta subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, notadamente as conferidas *ex vi* do **art. 129, inciso I, da Constituição Federal, e do art. 24 c/c art. 41 do Código de Processo Penal**, vem, perante Vossa Excelência, nos autos em epígrafe, oferecer **DENÚNCIA** em desfavor de:

ROBSON BRAGA DE ANDRADE, brasileiro, casado, empresário, Diretor do Departamento Nacional do SESI e Presidente da CNI, nascido em 26/12/1948, filho de Celina Braga de Andrade e Roosevelt de Andrade, portador do RG nº 229.248.068 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 134.020.566-15, residente na Alameda do Morro, nº 85, Torre 01, Apto 2200, Vila da Serra, Nova Lima/MG, CEP: 34.006.831, Telefone: (031) 3263-0100;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

RICARDO ESSINGER, brasileiro, solteiro, industrial, Diretor Regional do SESI no Estado de Pernambuco, nascido em 24/05/1941, filho de Eugênia Essinger e Jacques Essinger, portador do RG nº 428.457 SSP/PE, inscrito no CPF sob o nº 000.475.704-15, residente na Rua Buenos Aires, nº 211, Apto 1101, Espinheiro, Recife/PE, CEP: 52020-180, Telefone: (081) 3222-6890 ou 3231-6828;

ERNANE DE AGUIAR GOMES, brasileiro, casado, empresário, Ex-Superintendente do Departamento Nacional do Sesi em Pernambuco, nascido em 17/11/1945, filho de Maria Anunciada de Aguiar Gomes e Enéas Gomes da Silva, portador do RG nº 579.646 SSP/PE, inscrito no CPF nº 015.851.344-49, residente na Avenida Boa Viagem, nº 1906, Apto nº 606, Boa Viagem, Recife/PE, CEP: 51.011-000, Telefone: (081) 9-9601-4870;

HEBRON COSTA CRUZ DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, advogado, diretor do Instituto Origami, nascido em 05/10/1971, filho de Maria Helena Costa de Oliveira e João Cruz de Oliveira, portador do RG nº 3.883.271 SSP/PE, inscrito no CPF sob o nº 585.153.054-53, residente na Avenida 17 de Agosto, Condomínio Jardim Carioca, Casa nº 10, Poço da Panela, Recife/PE, CEP: 52.060-485;

ROMERO NEVES SILVEIRA SOUZA FILHO, brasileiro, casado, advogado, diretor do Instituto Origami, nascido em 07/10/1974, filho de Maria das Graças Pradines Souza e Romero Neves Silveira Souza Filho, portador do RG nº 4.724.743 SSP/PE, inscrito no CPF sob o nº 021.346.124-28, residente na Rua Caio Pereira, nº 75, Apto 201, Rosarinho, Recife/PE, Telefone: (081) 99266-0327;

LUIZ OTÁVIO GOMES VIEIRA DA SILVA, brasileiro, casado, empresário, sócio-administrador da Aliança Comunicação e Cultura Ltda., nascido em 13/08/1975, filho de Elina Maria Gomes Vieira da Silva e Luiz Geraldo Vieira da Silva, portador do RG nº 4.315.826 SSP/PE, inscrito no CPF sob o nº 864.226.004-10, residente na Rua Visconde de Ouro Preto, nº 51, Apto 1301, Casa Forte, Recife/PE, CEP: 52.061-430, Telefone: (81) 99961-2996;

LINA ROSA GOMES VIEIRA DA SILVA, brasileira, casada, publicitária, sócia da Aliança Comunicação e Cultura Ltda., nascida em 10/02/1971, filha de Elina Maria Gomes Vieira da Silva e Luiz Geraldo Vieira da Silva,



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Offício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

portadora do RG nº 3.698.466 SSP/PE, inscrita no CPF sob o nº 880.205.924-15, residente na Praça Professor Flemminf, nº 35, Apto 1401, Jaqueira, Recife/PE, CEP: 52.050-180, Telefone: (81) 99145-9672;

LUIZ ANTÔNIO GOMES VIEIRA DA SILVA, brasileiro, em união estável, promotor de eventos, sócio-administrador da Alto Impacto Entretenimento Ltda., nascido em 12/06/1974, filho de Elina Maria Gomes Vieira da Silva e Luiz Geraldo Vieira da Silva, portador do RG nº 4.303.644 SSP/PE, inscrito no CPF sob o nº 830.412.734-20, residente na Estrada de Aldeia, Km 12, nº 12000, Clube Campestre, Casa nº 55, Bairro Casuarinas, Camaragibe/PE, CEP: 54.786-001, Telefone: (81) 98188-8892;

SÉRGIO LUÍS DE CARVALHO XAVIER, brasileiro, casado, empresário, ex-Secretário de Meio Ambiente do Estado de Pernambuco, nascido em 02/10/1962, filho de Adeilda Moura de Carvalho Xavier e Salvador Ferraz Xavier, portador do RG nº 4.050.738 SSP/PE, inscrito no CPF sob o nº 326.520.704-87, residente na Av. Estrada do Encanamento, nº 1166, Apto 1601, Casa Forte, Recife/PE, Telefone: (81) 98175-7040 ou 3187-7923;

JÚLIO RICARDO RODRIGUES NEVES, brasileiro, casado, empresário, sócio-administrador da Idea Locação de Estruturas e Iluminação Eireli, nascido em 07/09/1973, filho de Amara Rodrigues Neves e Oceano Neves, portador do RG nº 3.970.195 SSP/PE, inscrito no CPF sob o nº 864.799.034-04, residente na Rua Dr. Vilas Boas, nº 543, Areias, Recife/PE, CEP: 50.780-025, Telefone: (81) 4042-0808;

pelos fundamentos de fato e de direito a seguir relatados.

I. DOS FATOS:

I.1. DA PRÁTICA DO CRIME TIPIFICADO NO ARTIGO 312 (PECULATO) DO CÓDIGO PENAL – RELIX PERNAMBUCO 2014

No exercício financeiro de 2014, os denunciados **Robson Braga de Andrade**, na condição de Diretor do Departamento Nacional do SESI; **Ricardo Essinger**, na qualidade de Diretor



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

Regional do SESI em Pernambuco em exercício; e **Ernane de Aguiar Gomes**, então Superintendente do SESI em Pernambuco, de forma livre, consciente e voluntária, concorreram para o desvio de recursos da ordem de R\$ 2.518.845,33 (dois milhões, quinhentos e dezoito mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e trinta e três centavos) do Serviço Social da Indústria – SESI por meio da liberação de recursos do projeto Relix Pernambuco 2014 sem nenhum tipo de avaliação financeira, pesquisa de mercado ou mínimo acompanhamento no âmbito da execução financeiro-orçamentária do projeto, possibilitando o enriquecimento ilícito de terceiros às custas dos recursos do Sistema S.

Por seus turnos, **Hebron Costa Cruz de Oliveira e Romero Neves Silveira Souza Filho**, na qualidade, respectivamente, de Presidente e Diretor Sociocultural do Instituto Origami, também de forma livre, consciente e voluntária, desviaram R\$ 2.518.845,33 (dois milhões, quinhentos e dezoito mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e trinta e três centavos) mediante a utilização de empresas de “fachada” e pagamentos por serviços não realizados – na execução de contrato de patrocínio Relix Pernambuco 2014, celebrado entre o Departamento Regional do SESI em Pernambuco e o Instituto Origami –, desviando os recursos do Sistema S em favor de terceiros.

Foram igualmente beneficiados pelo esquema delituoso, participando do desvio de recursos, os membros da cadeia empresarial, quais sejam, **Luiz Otávio Gomes Vieira da Silva** (sócio-administrador da Aliança Comunicação e Cultura Ltda.), **Lina Rosa Gomes Vieira da Silva** (sócia da Aliança Comunicação e Cultura Ltda.), **Luiz Antônio Gomes Vieira da Silva** (sócio da Alto Impacto Entretenimento Ltda.), **Júlio Ricardo Rodrigues Neves** (sócio da Idea Locações, Estruturas e Iluminação Ltda.) e **Sérgio Luís de Carvalho Xavier** (Secretário de Meio Ambiente de Pernambuco na origem dos fatos e, posteriormente, sócio da empresa S.X. Brasil Comunicação Digital).

A contratação da edição inaugural do projeto Relix foi formalizada no Processo de Inexigibilidade nº 03/2014¹, no âmbito do SESI/PE. De acordo com a documentação apreendida, em

¹ Processo apreendido no SESI/PE (item 13 do Termo de Apreensão 54/2019. Equipe PE 01).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

março de 2014, **Hebron Costa Cruz de Oliveira**, na qualidade de Diretor-Presidente do Instituto Origami, apresentou formalmente o projeto à Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado de Pernambuco (fl. 14 do objeto de apreensão PE item 15 – parte 06). Em 18/03/2014, a aludida Secretaria emitiu Nota Técnica (fl. 14 do objeto de apreensão PE item 15 – parte 06) em que o então Gerente-Geral de Desenvolvimento Sustentável, George do Rego Barros, opinou pela captação de recursos para o financiamento do projeto Relix junto à iniciativa privada ou a entidades representativas da indústria.

Ato contínuo, em 26/03/2014, o denunciado **Sérgio Luís de Carvalho Xavier**, na qualidade de então Secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco, assinou e encaminhou o Ofício SEMAS nº 99/2014-GS² ao Departamento Regional do SESI em Pernambuco, submetendo o projeto Relix à apreciação do ente paraestatal.

Em 04/04/2014, o projeto foi analisado no âmbito da Assessoria da Diretoria de Operações do SESI/PE³, a qual considerou que o Relix se encontrava alinhado ao alcance de objetivos estratégicos da entidade e que a associação de sua marca ao evento contribuiria para enaltecer sua imagem institucional. Pouco tempo depois, em 26/06/2014, o denunciado e então Diretor Regional do SESI/PE em exercício, **Ricardo Essinger**, solicitou ao Departamento Nacional do SESI a concessão de auxílio financeiro de **R\$ 4.309.998,00 (quatro milhões, trezentos e nove mil e novecentos e noventa e oito reais)** para o financiamento do projeto⁴.

Submetida ao crivo do órgão de Direção Nacional do SESI a solicitação foi tratada no Processo 14.937/2014⁵, constituído em 11/07/2014. Após passar pelas áreas técnicas e jurídicas, que

2 Fl. 11 do objeto de apreensão PE – 01 ITEM 13 – Parte 06 (Processo de Inexigibilidade nº 03/2014 SESI).

3 Fls. 15/17 do objeto de apreensão PE – 01 ITEM 13 – Parte 06 (Processo de Inexigibilidade nº 03/2014 SESI).

4 Fl. 18 do objeto de apreensão PE – 01 ITEM 13 – Parte 06 (Processo de Inexigibilidade nº 03/2014 SESI).

5 Apesar de os documentos físicos que compõem o referido processo não terem sido apreendidos, foi obtido em diligência realizada no TC 042.852/2018-8, em trâmite no TCU, o ato de aprovação de liberação dos recursos, o qual se encontra juntado aos referidos autos (Peça 52, fls. 95/97).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

se manifestaram pela adequação do projeto à política de patrocínio do órgão nacional, **o repasse de recursos foi aprovado em 26/08/2014, por ato do Diretor daquela unidade, Robson Braga de Andrade** (fl. 19 do objeto de apreensão PE – 01 ITEM 13 – Parte 06):

Prezado Diretor,

Reporto-me ao Ofício em referência, no qual Vossa Senhoria solicita apoio financeiro para o Projeto Relix - Recuse, Repense, Reduza, Reutilize, Recicle.

Considerando a relevância da iniciativa, que tem como objetivo estabelecer a tendência ao lixo zero por meio de ações educativas e culturais, informo que autorizei o valor de R\$4.309.998,00, a ser repassado em parcela única, conforme cronograma apresentado por esse Regional.

Outrossim, enfatizo a observância dos dispositivos do Regulamento de Licitações e Contratos do SESI ao realizar a contratação dos serviços necessários à execução dos projetos.

Atenciosamente,


Robson Braga de Andrade
Diretor do Departamento Nacional do SESI

No tocante à tramitação do processo no Departamento Nacional do SESI, observe-se que, diferentemente das outras edições do Relix, não foi localizado a íntegra da tramitação da primeira edição do projeto naquela unidade. Todavia, o depoimento de Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti, Superintendente Nacional do SESI desde 2013, foi clarividente ao descrever a tramitação dos projetos de patrocínio naquela unidade, senão vejamos (ata de oitiva à fl. 1793 do IPL nº 0111/2014):

[...] QUE é Diretor Superintendente do SESI desde março de 2013; QUE continua até a presente data; **QUE, no caso do Relix, é uma iniciativa que nasce no Departamento Regional; QUE eles enviam uma proposta ao Departamento Nacional; QUE, como na normativa, isso parte de uma solicitação do Diretor Regional, que é também o Presidente da Federação das Indústrias, para o Diretor do Departamento Nacional, que é o Presidente da CNI; QUE isso vai de gabinete para gabinete; QUE o gabinete faz uma pequena adequação e observa a questão da disponibilidade orçamentária e da aderência à missão;** QUE depois vai para a assessoria da diretoria do depoente; QUE a



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

assessoria faz o encaminhamento, a depender da natureza da proposta formulada, para a área técnica de competência, que pode ser de educação, promoção de saúde; QUE a área técnica faz uma instrução técnica do projeto, analisando aderência, verificando se o planejamento da proposta em tela tem consistência e também analisa a exequibilidade da proposta em questão; QUE feito esse parecer, isso vai para a área jurídica, que vê todo checklist dos aspectos legais; QUE depois vai para a aprovação final do diretor de operações; QUE não é como aprovação, mas sim um relatório final enquadrando todos os aspectos; QUE o diretor de operações encaminha para a diretoria que o depoente exerce; QUE o depoente dá uma aprovação geral do projeto e devolve ao Gabinete; QUE esse é o circuito do ponto de vista dos procedimentos formais dessa ação; QUE não é uma agenda estratégica que tem forte aderência ao planejamento estratégico do Departamento Nacional, não sendo algo que o Departamento Nacional orienta os Departamentos Regionais; [...] **QUE a devolução a que se refere é a do Gabinete do Diretor do Departamento Nacional, que acumula a função de Presidente da CNI; QUE o Presidente da CNI ocupa nativamente essa função; QUE de 2014 a 2018 quem ocupou a função do Diretório Nacional do SESI e Presidente da CNI foi Robson Braga de Andrade; QUE a exceção foram os 90 (noventa) dias que Robson ficou afastado; QUE depois que encaminha para o Gabinete e é aprovado, o recurso é transferido e existe um acompanhamento por parte da área de gestão; QUE isso está na norma de auxílio financeiro, que regula de maneira robusta essa relação; QUE sendo uma proposição de iniciativa do Departamento Regional, um programa de interesse dele e a execução cabe a ele; QUE o Departamento Regional assume a responsabilidade administrativa pela execução do programa que ele propôs; QUE o Departamento Nacional acompanha, sobretudo do ponto de vista da execução financeira no sentido de estabelecer uma correspondente entre o recurso transferido e o recurso executado, de tal ordem para dar consistência à norma de auxílio com esse acompanhamento; [...] QUE as contas foram todas aprovadas; QUE todos os processos possuem alto índice de conformidade; QUE desde a súmula do TCU nº 3287, os processos do SESI, que já eram consistentes, fizeram um esforço de melhoria ainda maior na consistência de todos esses processos; QUE o enquadramento técnico já é feito no processo de aprovação; [...] QUE uma vez aprovado, a execução operacional do programa passar a ser responsabilidade do proponente e cumpre ao Departamento Nacional acompanhar; QUE transferem o montante de recursos; QUE é uma transferência intra sistema, passando do Departamento Nacional para um Departamento Regional, tendo este a atribuição de execução na ponta; QUE informa a execução financeira ao Departamento Nacional; QUE informa quem ele está contratando e na modalidade que ele decidiu; QUE o sistema é confederativo; QUE há um partilhamento e autonomia administrativa na execução dos processos e auxílios nas atividades que o Departamento Regional propõe o apoio do Departamento Nacional; QUE questionado acerca da averiguação de contas por parte do Departamento de Gestão no que tange à existência de uma análise detalhada das notas fiscais a partir do que é encaminhado pelo Diretório Regional, tem a dizer que isso é distante do que o depoente seria capaz de dar uma resposta categórica; QUE é um nível de suficiência administrativa que resguarde a administração do Departamento Nacional nas atribuições; QUE como é um processo proposto e executado pelo Departamento Regional, as responsabilidades atinentes à execução dessa ação ficam a cargo do Departamento Regional, crê o depoente na posição de Diretor Superintendente; QUE essa parte de acompanhamento e gestão está na norma de auxílio e buscam a**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

calibragem do recurso que foi transferido com o seu comprometimento; **QUE não saberia exatamente informar com o grau de profundidade que isso é feito; QUE nunca participou administrativamente desse processo; QUE conhece o processo na sua dimensão de ser o Diretor Superintendente da instituição;** QUE questionado acerca do Departamento de Gestão, o depoente tem a dizer que não era um Departamento, mas sim uma Gerência Executiva; QUE a Gerente Executiva é Eliane Fernandes, subordinada ao depoente; QUE confirma que ela ocupa o cargo desde 2013; QUE acerca de Sérgio Moreira, tem a dizer que é o adjunto do depoente; QUE na distribuição de tarefas de gestão, o Diretor de Operações se encarrega de uma liderança estratégica das áreas finalísticas; QUE Paulo Mól é o Diretor de Operações para o SESI; QUE o depoente acumula as funções de liderança do Sesi e do Senai, até para dar mais sinergia às atuações; [...] QUE há um conjunto de atribuições e papéis relativos ao que são atribuições do Departamento Regional e do Departamento Nacional e a Gerência Executiva de Gestão faz o acompanhamento; QUE isso se dá de forma bem processual; QUE acerca da recomendação da Procuradora de realização de auditoria, **o depoente informa que fizeram auditoria que será entregue à Procuradora;** QUE a auditoria confirmou um elevado grau, quase completo, de conformidade em todo esse processo; QUE esse documento será entregue à Procuradora; **QUE o Departamento Nacional faz esse acompanhamento, mas o Departamento Regional é o protagonista da execução, ele é o responsável administrativo por essa execução, seja Alagoas, Paraíba ou Pernambuco; QUE são organizações com suas estruturas montadas; QUE ele é o responsável pela execução do processo a partir do auxílio;** QUE vão acompanhar o auxílio; QUE se o Departamento Regional fez um patrocínio ou processo de licitação, ele vai informar que fez o processo no valor apoiado; QUE o Departamento Nacional não é um corealizador daquela ação; QUE é uma transferência intra sistêmica, mas **a atribuição e responsabilidade operacional pela execução da atividade se dá pelo Departamento Regional no estado que foi apoiado; QUE não fazem uma duplicidade de acompanhamento das notas fiscais; QUE isso é atribuição e responsabilidade do Departamento Regional; porque isso é uma execução operacional que cabe a ele;** [...] QUE acerca das conclusões da auditoria, tem a dizer que apuraram um elevado nível de consistência; QUE isso vai ser encaminhado à Procuradora; QUE por ocasião do que podem observar no tempo, o nível hoje de conformidade dos macropontos de controle e dos macroprocessos são bastante consistentes; QUE ampliaram muito algo que já tinha um nível de suficiência bem interessante; **QUE, por exemplo, acerca do Relix apoio do projeto de Pernambuco, o depoente passou a relatar:** “Existem normas e políticas aplicáveis ao rito processual do projeto? Sim, existem normas e política; Houve formalização do pleito, ofício, carta ou outras comunicações? Sim, houve formalização do pleito feito pelo Departamento Regional; Os objetivos do pleito estão contemplados nos objetivos sociais do Sesi? Sim; O pleito está aderente às metas essenciais do Sesi? Sim; O pleito está aderente às modalidades de auxílio financeiro concedidos conforme os regulamentos do Sesi de convênios, contratos, acordos com órgãos públicos, profissionais e particulares? Sim; O pleito foi encaminhado por alçada competente? Sim; O pleito foi devidamente protocolado e identificado com numeração e terra? Sim; Existem informações cadastradas em um sistema informatizado? Sim; Com relação à análise do pleito, houve avaliação técnica? Sim, conforme descreveu; O pleito foi aprovado por alçada competente? Sim; Possui parecer jurídico quanto à observância aos procedimentos de apoio financeiro, bem como ao regulamento do Sesi? Sim; O repasse foi aprovado pela alçada competente? Sim; Houve a orientação aos executores quanto à necessidade de observância



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

ao RLC? Sim; Houve a apresentação de prestação de contas, notas fiscais, fotos do evento, recibos, despachos, etc.? Sim; A prestação de contas foi apresentada no prazo de 90 (noventa) dias após a conclusão do projeto? Sim; Há evidências no sistema de gestão financeira de apresentação do relatório de atividades? Sim.”; QUE o Departamento Nacional recebe esse relatório de atividades, esse demonstrativo geral da prestação de contas; QUE o interesse e propósito disso nasce no Departamento Regional; QUE ele é apenas apoiado por um auxílio financeiro pelo Departamento Nacional; QUE cabe ao Departamento Regional a sua plena execução; QUE questionado acerca da existência de normativo interno do Diretório Nacional sobre a apreciação de contas sob o ponto de vista contábil e não propriamente finalístico, o depoente tem a dizer que está na norma de auxílio financeiro, a OSC nº 03/2016; QUE isso pode ser encaminhado à Procuradora sem nenhum problema; QUE essa norma descreve exatamente as atribuições de cada uma das áreas, faz referência a toda normativa do processo; QUE é um processo bem consistente, mas que se for identificada qualquer possibilidade de melhoria estão abertos ao seu aperfeiçoamento; QUE é bastante consistente e está tudo muito bem descrito; QUE acerca do batimento do que foi repassado com o que foi gasto, tem a dizer que é um sistema bem mais sofisticado do que a calculadora, mas existe todo um planejamento disso sim. [...]

Verifica-se, portanto, que a proposta de patrocínio do Relix partiu do Departamento Regional do SESI/PE ao Departamento Nacional do SESI, tramitando nos gabinetes dos dirigentes das respectivas entidades, a saber, **Ricardo Essinger** (então Diretor Regional em exercício do SESI/PE), **Ernane de Aguiar Gomes** (então Superintendente em exercício do SESI/PE) e **Robson Braga de Andrade** (Diretor do Departamento Nacional do SESI).

As oitivas de Francisco de Assis Benevides Gadelha (fls. 900/905 do IPL nº 0111/2014), Diretor Regional do SESI na Paraíba, e de José Carlos Lyra de Andrade (fls. 913/922 do IPL nº 0111/2014), Diretor Regional do SESI em Alagoas, respectivamente, detalham a qualidade de **Robson Braga de Andrade** como responsável pela liberação dos recursos:

[...] QUE o Diretor Regional tem como atribuição a ordenação das despesas e o acompanhamento do orçamento, tendo, como subordinado, um Superintendente Regional, que cuida de toda a parte operacional e também acompanha a execução do orçamento. [...] QUE a fonte dos recursos utilizados na execução desses eventos é o SESI Nacional; QUE, como Diretor Regional, solicita ao Diretor Nacional, a liberação dos recursos, mostrando a importância do projeto. [...] **QUE ROBSON BRAGA ANDRADE, Presidente da CNI, e em consequência, Diretor Nacional do SESI, é o responsável pela liberação dos recursos para contratação dos projetos CINE SESI e RELIX.** [...] (Grifo nosso).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

[...] QUE o Diretor Regional tem como atribuição a ordenação de despesas e o acompanhamento do orçamento, tendo como subordinado um Superintendente Regional, que cuida de toda a operação. [...] QUE, como Diretor Regional, solicita ao Diretor Nacional, a liberação dos recursos, mostrando a importância do projeto. [...] **QUE ROBSON BRAGA ANDRADE, na qualidade de Diretor Nacional do SESI, é o responsável pela liberação dos recursos para contratação dos projetos CINE SESI e RELIX.** [...] (Grifo nosso).

De seu turno, em relação à participação do Diretório Regional do SESI no Estado de Pernambuco, esclarecedor o depoimento prestado por Lígia Nardy Sacramento, que laborou naquela unidade do Sistema S de 2013 a 2019 (ata de oitiva à fl. 1777 do IPL nº 0111/2014):

[...] **QUE, como área técnica, recebiam o projeto depois que ele passava pela Diretoria;** QUE o projeto era encaminhado à área técnica para elaboração de parecer para dizer se o projeto estava dentro da missão e visão da instituição e se ele atendia aos objetivos do mapa estratégico daquele ano; **QUE primeiro o projeto passava pela Diretoria;** **QUE a Diretoria já encaminhava o projeto porque já vinha com uma adequação;** QUE na área técnica era avaliado se havia possibilidade, se tinha aderência, se tinha condições de acompanhar a execução pois, na realidade, o projeto era feito pelos contratados; **QUE era projeto de patrocínio;** **QUE o SESI patrocinava e faziam o acompanhamento do projeto;** [...] **QUE não havia nenhum tipo de edital para chamamento público nesse projeto;** QUE existem dois tipos de contratações; QUE, de acordo com os manuais que tinham para avaliar, eram convênios e patrocínios; QUE no caso dos convênios, faziam todo um trabalho de licitação; [...] **QUE confirma que do Diretório Regional o processo era encaminhado para a área técnica que, exarando parecer favorável, encaminhava para o Diretório Nacional para aprovação;** **QUE era o Diretório Nacional que repassava os recursos;** [...] (Grifo nosso).

Para além da participação do Diretório Regional do SESI em Pernambuco, cujo gestor em exercício à época, **Ricardo Essinger**, solicitou formalmente o aporte de recursos aos cofres do Departamento Nacional, calha registrar, ainda, a participação do então Superintendente da unidade estadual. Isso porque, em 29/08/2014, o **respectivo contrato de patrocínio (em anexo) foi formalizado entre o SESI/PE, representado pelo então Superintendente e ora denunciado Ernane de Aguiar Gomes**, e o Instituto Origami, representado pelo seu Diretor Sociocultural **Romero Neves Silveira Souza Filho** (Auto de Apreensão PE-01 Item 13 – Parte 6.1):



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO



**CONTRATO DE PATROCÍNIO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA -
DEPARTAMENTO REGIONAL DE PERNAMBUCO
– Sesi/DR/PE E O INSTITUTO ORIGAMI.**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Patrocínio, de um lado, o **SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - Sesi**, Departamento Regional de Pernambuco, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, criado pelo Decreto-Lei nº 9.403, de 25 de junho de 1946, com a finalidade de prestar assistência ao industriário e seus dependentes, regulamentado pelo Decreto nº 57.375, de 02 de dezembro de 1965, com sede e foro à Av. Cruz Cabugá, nº 767, Bairro de Santo Amaro, nesta Cidade do Recife/PE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.910.210/0001-05, neste ato representado por seu Superintendente, **ERNANE DE AGUIAR GOMES**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, residente e domiciliado na Cidade do Recife/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 015.851.344-49, portador da Cédula de Identidade nº 579.646 - SSP/PE, doravante denominado, **PATROCINADOR** e, do outro, o **INSTITUTO ORIGAMI**, com sede na Av. Governador Agamenon Magalhães, nº 2615, sala 1108, Boa Vista, Recife/PE, inscrita no CNPJ sob o nº 08.469.619/0001-51, neste ato representada pelo seu Diretor Sócio Cultural, **ROMERO NEVES SILVEIRA SOUZA FILHO**, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado nesta cidade do Recife/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 021.346.124-28, portador da Cédula de Identidade nº 26.620 OAB/PE, doravante denominado **PATROCINADO**, resolvem, com arrimo no Regulamento de Licitações e Contratos RLC do **Sesi** e demais legislação pertinente, firmar o presente **Contrato de Patrocínio**, conforme as cláusulas e condições que se seguem:


CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objeto o patrocínio do projeto “**RELIX - RECUSE, REPENSE, REDUZA, REUTILIZE, RECICLE**”, que tem como objetivo a educação ambiental com vistas ao desenvolvimento de uma consciência de sustentabilidade junto a sociedade e especificamente junto à indústria e ao industriário pernambucano, por meio de encenações teatrais e atividades lúdicas.



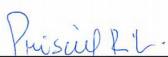
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO


Recife,
29 de agosto de 2014.


SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI
DEPARTAMENTO REGIONAL DE PERNAMBUCO


INSTITUTO ORIGAMI

TESTEMUNHAS:

x 
Nome: MARCIA PRISCILLA RIBEIRO
CPF: 059.450.644-16
RG: 6971790

x 
Nome: M. do Carmo Caldas Nascimento
CPF: 273.551.364-53
RG: 1945.128508PE

6



No tocante à contratação direta do Instituto Origami, embora se reconheça que a concessão de patrocínio pressuponha uma situação de inviabilidade de competição, desde logo, calha enfatizar que **o projeto Relix não foi executado pela instituição efetivamente patrocinada**, mas sim pelas empresas Aliança Comunicação e Cultura Ltda., a quem a maior parte dos recursos financeiros destinados à execução do evento foi direcionada em datas concomitantes ou próximas a dos repasses iniciais, e a Alto Impacto Entretenimento Ltda., ambas controladas pelos irmãos **Luiz Otávio Gomes Vieira da Silva, Lina Rosa Gomes Vieira da Silva e Luiz Antônio Gomes Vieira da Silva**.

Ressalta-se a afirmação de **Luiz Otávio Gomes Vieira da Silva** ao ser ouvido em sede policial (fls. 817/822 e 839/848 do IPL), cujo teor evidencia a aproximação entre este e **Hebron Costa Cruz de Oliveira**:

[...] QUE é amigo de HEBRON COSTA CRUZ DE OLIVEIRA; QUE estudaram juntos no colégio DAMAS em Recife/PE; QUE HEBRON abriu o Instituto ORIGAMI; QUE o Instituto ORIGAMI tem imunidade tributária; QUE é sócio de HEBRON na SOMAR INTERMEDIÇÃO DE NEGÓCIOS; QUE essa empresa nunca funcionou; QUE ela existe, mas nunca funcionou; QUE essa empresa nunca emitiu uma



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

nota fiscal e nunca teve movimentação financeira; **QUE HEBRON já advogou para o interrogado.** [...]. (Grifo nosso).

A seguir, o orçamento apresentado pelo Instituto Origami ao SESI/PE para execução do projeto Relix Pernambuco 2014 (fls. 21/24 do RICE nº 03/2019):

Tabela 1 – Orçamento Relix PE 2014

Item	Descrição	Investimento (R\$)
1	Coordenação geral	30.000,00
2	Coordenação técnica	22.000,00
3	Direção de produção	25.000,00
4	Assistência de produção	15.000,00
5	Produção geral	18.000,00
6	Produção de campo	13.500,00
7	Produção executiva	12.000,00
8	Criação e produção cenográfica	40.000,00
9	Criação, montagem e desmontagem de estrutura cênica para a realização de 150 apresentações	540.000,00
10	Criação, montagem e desmontagem de sonorização para a realização de 150 apresentações	180.000,00
11	Criação, montagem e desmontagem de iluminação cênica para a realização de 150 apresentações	225.000,00
12	Criação da peça e cachês de 150 apresentações teatrais	1.790.798,00
13	Criação, textos, pesquisa e produção de 35.000 cartilhas	350.000,00
14	Criação e produção de 300 cartazes	1.000,00
15	Criação e produção de um aplicativo playware	86.200,00
16	Criação e produção de um vídeo documentário	65.000,00
17	Assessoria de imprensa	18.000,00



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

18	Criação e produção de site	18.900,00
19	Divulgação em redes sociais	15.000,00
20	Criação, concepção e produção de 100 bicicletas coletoras	812.500,00
21	Criação e produção de 100 bonés	1.000,00
22	Criação e produção de 102 chapéus para catadores	2.000,00
23	Criação e produção de 110 camisas UV	4.500,00
24	Criação e produção de 350 camisas fio 30	6.300,00
25	Criação e produção de 108 kits imprensa	12.300,00
26	Criação e produção de 30 conjuntos de lixeiras	6.000,00
TOTAL (R\$)		4.309.998,00

Fonte: Processo de Inexigibilidade 03/2014, apreendido no SESI/PE (item 13 do Termo de Apreensão 54/2019, p. 63/65 do arquivo digitalizado [parte 6.4]. Equipe PE 01)

A respeito da planilha acima transcrita, chama a atenção a **ausência de qualquer tipo de avaliação financeira, por parte dos dirigentes ou das áreas técnicas do SESI envolvidas na contratação**, a respeito dos valores apresentados pelo Instituto Origami como necessários à execução do projeto, os quais se constituíram em parâmetro exclusivo para a liberação dos recursos pelo órgão de direção nacional do ente paraestatal. Tal situação é agravada pela circunstância de o **orçamento apresentado pelo Instituto Origami não demonstrar, de forma analítica, as composições de custos dos insumos dos serviços cotados, não havendo, portanto, qualquer parâmetro objetivo que demonstre de que forma o proponente chegou a tais valores.**

A aclarar referido fato, observe-se a oitiva em sede policial de **Romero Neves Silveira Souza Filho**, instituidor, ao lado de **Hebron Costa Cruz de Oliveira**, do Instituto Origami, cujo teor reconhece a **inexistência de planilhas detalhadas de custos para execução dos projetos por parte das empresas Aliança Comunicação e Cultura Ltda. e Alto Impacto Entretenimento Ltda.** (fls. 1161/1165 do IPL nº 0111/2014):



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

[...] QUE no ano de 2006 HEBRON e o declarante idealizaram o Instituto Origami; QUE a ideia era montar uma frente voltada a projetos sociais com a temática de saúde bucal e outro voltado a direitos sociais. [...] QUE com a ALIANÇA e ALTO IMPACTO nunca houve contratos escritos, sendo um acordo verbal; QUE a formalização da execução se dava mediante a emissão de notas fiscais, visitas técnicas aos eventos, atestos dos fiscais do contrato do SESI, dentre outros; **QUE a ALIANÇA e a ALTO IMPACTO não apresentavam uma planilha detalhada dos custos e empresas e profissionais contratados**, mas respeitava o orçamento inicial e comprovava a execução dos eventos. [...] (Grifo nosso).

No caso do Relix Pernambuco 2014, a demonstrar o caráter fraudulento da planilha de custos do Instituto Origami, apresentada oficialmente por **Hebron Costa Cruz de Oliveira** ao SESI/PE, observe-se que, em ocasião do cumprimento dos mandados de busca e apreensão, os agentes da Polícia Federal, bem como os técnicos do Tribunal de Contas da União localizaram planilha de custos, apreendida na sede da Alto Impacto Entretenimento Ltda., **cujo teor apresentou valores substancialmente inferiores aos contratados para a execução do projeto, conforme demonstrado a seguir de forma sintetizada (fl. 26 do RICE nº 03/2019):**

Tabela 2 – Custos de produção estimados do Relix PE 2014

Descrição	Valor (R\$)
Estreia	154.890,00
Apresentações	1.191.065,50
Encerramento	80.870,00
Necessidades de produção em geral	453.000,00
TOTAL (R\$)	1.879.825,50

Fonte: Documento apreendido na Alto Impacto Entretenimento Ltda. (item 1 do termo de apreensão, p. 354/357 do arquivo digitalizado).

Como se observa, a apreensão de orçamento do projeto na sede de pessoa jurídica estranha à relação contratual celebrada entre o SESI/PE e o Instituto Origami, além de evidenciar **vultoso sobrepreço e posterior superfaturamento nos valores contratados, da ordem de 129%**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

(cento e vinte e nove por cento), indica que os custos do projeto não foram levantados pelo Instituto Origami, o que demonstra que o contrato não viria, em hipótese alguma, a ser executado pelo contratado.

Dito de outra forma, o Relix Pernambuco 2014 foi contratado mediante apresentação de **orçamento sintético e sem demonstração analítica dos custos envolvidos na execução das atividades propostas**, os quais foram acolhidos sem que houvesse a adoção de diligências por parte dos dirigentes do SESI/PE no sentido de averiguar a compatibilidade entre os valores apresentados e aqueles praticados no mercado, ou que, ao menos, demandassem do patrocinado a demonstração das composições dos insumos dos serviços necessários à sua realização. **Chama a atenção a total ausência de análise de compatibilidade dos custos apresentados com valores praticados pelo mercado.**

Nessa toada, a contratação direta do Instituto Origami, presidido à época por **Hebron Costa Cruz de Oliveira**, mediante inexigibilidade de licitação, revelou se tratar de **expediente fraudulento** que teve por objetivo, como se verá adiante, viabilizar o desvio de recursos do projeto Relix PE 2014 pelas empresas Aliança Comunicação e Cultura Ltda. e Alto Impacto Entretenimento Ltda., assim como por meio de empresas interpostas, com a agravante de não ter havido, por parte do contratante, SESI/PE, sob as gestões de **Ricardo Essinger** (Diretor-Presidente) e **Ernane de Aguiar Gomes** (Superintendente), e do repassador dos recursos, Departamento Nacional do SESI, sob a presidência de **Robson Braga de Andrade**, qualquer avaliação dos custos propostos para a execução do projeto ou até mesmo análise dos valores despendidos no âmbito da execução das atividades.

A intensificar as condutas dos gestores do SESI, observe-se que **a prestação de contas apresentada ao final do projeto analisou apenas a execução física do evento, não adentrando na execução financeiro-orçamentária.** Nesse ponto, importante destacar o depoimento de Felipe Luiz de Oliveira Amaral que, na qualidade de Auditor Interno do Departamento Regional do SESI em Pernambuco, tinha a função de acompanhar a prestação de contas do projeto. Abaixo, a íntegra



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

do depoimento prestado por Felipe Luiz de Oliveira Amaral por meio do qual confessa sua participação no Relix Pernambuco 2014 e a inexistência de qualquer controle na liberação dos recursos (ata de oitiva à fl. 1778 do IPL nº 0111/2014):

[...] **QUE não trabalha mais no SESI/PE; QUE trabalhou de 2001 a fevereiro de 2019; QUE ocupou a função de auditor interno do SESI/PE;** QUE o setor de auditoria interna **era ligado diretamente à Superintendência;** QUE toda demanda de trabalho que a Superintendência solicitava, dentro do escopo que previam, o setor fazia; QUE era mais auditoria nas unidades, algumas fiscalizações solicitadas pela Superintendência; QUE o trabalho era mais ou menos voltado para as unidades; QUE alguma coisa ou outra em projetos grandes; **QUE questionado acerca do Relix, tem a dizer que não acompanhou a edição de 2017, mas sim a 2014; QUE em 2014 chegou a acompanhar o processo do Relix;** QUE acerca do acompanhamento realizado, tem a dizer que o processo chega na casa pela Superintendência, que convoca o jurídico e a área técnica para verificar a viabilidade e como o projeto vai se enquadrar; QUE é feito o contrato e executado; QUE se for um patrocínio, toda evidência de fotos e matérias de jornais eram anexados; [...] QUE quem acompanhava a execução era o pessoal técnico, da área técnica; QUE a área técnica também era responsável por avaliar a viabilidade do projeto; **QUE não existia um avaliador de custos; QUE era um patrocínio e a Superintendência determinava se o patrocínio era viável e era feito;** QUE podiam verificar se existiam tantas camisas, tantos carros, bem como se o preço daquilo era compatível com o mercado; QUE no Relix até que olhou; QUE chegou a olhar se o preço da camisa estava viável; QUE da bicicleta não podia dizer, pois existia todo um processo de mão de obra; QUE por se tratar de um patrocínio, você compra o projeto pronto ou não; **QUE se o SESI disser que quer o projeto, não tinha como fazer; QUE não tinha expertise para sair dizendo ponto a ponto o que estava certo ou errado; QUE concorda que olhou meramente en passant e não era uma análise detida; QUE só era o depoente no setor;** QUE a área técnica, normalmente, determinava uma pessoa para acompanhar todo o processo; QUE a parte final, ou seja, a parte de ir nas unidades o depoente não fazia; QUE não teve um dia de evento, mas sim vários dias; QUE não chegava a ir aos eventos; QUE quem visitava os eventos era a pessoa designada na área técnica pela Superintendência; QUE não lembra quem seria a pessoa; **QUE por ser tratado diretamente com a Superintendência, o depoente verificou a forma;** QUE tinham um regulamento interno que dizia o que precisava fazer em caso de patrocínio; QUE analisavam ponto a ponto para saber se o processo estava condizente com o regulamento; **QUE estando condizente (com a forma), o depoente falava a Ernane; QUE foi o depoente quem fez essa análise;** QUE questionado o motivo pelo qual fez essa análise no Relix PE 2014 e não nos demais, tem a dizer que foi criada uma área de projetos em 2016; QUE essa área de projetos envolvia toda execução; QUE saiu desse processo; **QUE à época do Relix, na estrutura da casa não havia uma área voltada para projetos; QUE por ser ligado diretamente ao Superintendente, ele envolveu o depoente para acompanhar o processo em si; QUE esse processo veio da Superintendência; QUE sobre o acompanhamento, Ernane queria saber se o projeto estava condizente ou não com o regulamento interno;** QUE o jurídico também fazia esse tipo de análise; [...] **QUE quem fazia a prestação de contas desses projeto à época era o depoente junto ao Departamento Nacional do SESI; QUE enviava a prestação de contas; QUE só recebia a nota fiscal do Origami;**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

QUE Lígia veio depois desse processo; QUE questionado acerca da comparação da nota fiscal entregue pelo Origami, tem a dizer que a nota fiscal chegava e podiam liberar a próxima parcela; QUE quem fazia isso era o depoente; QUE questionado acerca de valoração para liberação das parcelas, especificamente sobre a averiguação da comprovação das despesas, o depoente tem a dizer que, por ser um patrocínio e existir um cabedal de outras pessoas fazendo o processo, não tinha como dizer que as coisas não estavam sendo feitas pois estavam sendo acompanhadas por outras pessoas; QUE concorda que sua análise ao liberar as parcelas não era parcial de contas, de averiguar se realmente o dinheiro destinado àquela fase da execução efetivamente foi gasto; QUE isso não era feito; QUE era respeitado o cronograma do contrato; [...] QUE contrataram um patrocínio; QUE o patrocínio chega em três ou quatro notas; QUE já compra o patrocínio pronto; [...] QUE no projeto Relix, os pagamentos foram feitos antes de realizar; QUE questionado acerca do batimento das notas fiscais, tem a dizer que não vinham notas fiscais, mas somente a nota fiscal do Origami; QUE acha que também existiam recibos; QUE vinha uma nota fiscal anexa aos recibos; QUE liberavam os recursos; [...]

Em primeiro lugar, Felipe Luiz de Oliveira Amaral afirma categoricamente que “não existia um avaliador de custos”, fato que comprova a inexistência de qualquer tipo de controle prévio por parte dos órgãos do SESI acerca dos valores praticados nos contratos. No mesmo sentido, o depoimento torna clarividente a participação direta do ex-Superintendente **Ernane de Aguiar Gomes** no Relix PE 2014, seja na fase de deliberação inicial do projeto, seja quando designou **Felipe Luiz de Oliveira Amaral** para a realização da prestação de contas do ajuste celebrado.

Não bastasse, na parte final de seu depoimento, **Felipe Luiz de Oliveira Amaral** deixou evidente que não havia efetiva prestação de contas dos valores despendidos. Nesse ponto, ora alegou que somente foram encaminhadas as notas fiscais do Instituto Origami, ora afirmou que também foram encaminhados alguns recibos. Em verdade, o próprio Felipe Luiz de Oliveira Amaral, pessoa designada pelo denunciado **Ernane de Aguiar Gomes** para acompanhar o projeto, elencou que havia liberação de recursos sem a efetiva comprovação do dispêndio dos valores no objeto pactuado, asseverando, inclusive, que sua análise não se tratava de “análise parcial de contas”; que “olhou meramente *en passant*” e que “não era uma análise detida”.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

Exemplo disso é a Nota Fiscal nº 373, do Instituto Origami (Auto de Apreensão PE-01 Item 13 – Parte 2.10), relacionada à 4ª (quarta) parcela de liberação dos recursos, no montante de R\$ 1.292.775,00 (um milhão, duzentos e noventa e dois mil e setecentos e setenta e cinco reais). A descrição contida no documento fiscal abaixo, deveras genérica, corrobora a inexistência de qualquer controle e análise, por parte dos departamentos do SESI, acerca dos serviços prestados, das empresas subcontratadas pelo Instituto Origami e do consequente dispêndio dos recursos relacionados aos contratos de patrocínio:

	INSTITUTO ORIGAMI Av. Gov. Agamenon Magalhães, 2615 Sala 1108 - Boa Vista - Recife - PE CEP: 50050-290 Fone/Fax: (81) 3221.8339 E-mail: origami@institutoorigami.com.br www.institutoorigami.com.br	NOTA FISCAL DE SERVIÇOS SÉRIE - A Imposto sobre Serviços de qualquer natureza INSTITUTO ORIGAMI Av. Gov. Agamenon Magalhães, 2615 - Sala 1108 CEP: 51160-280 - Boa Vista - Recife - PE C.N.P.J.: 08.469.619/0001-51 Insc. Munic.: 374.787-5 Data Val. 02/12/2014 Data de Emissão 14 de NOVEMBRO de 20 14	000373	
Ao(s) Sr.(s) <u>SERVILIO SOCIAL DA INDUSTRIA - PE</u> Nº <u>167</u>				
Endereço <u>AV CRUZ CABUCA</u> na Cidade <u>RECIFE</u> Bairro <u>SANTO AMARO</u> Estado <u>PE</u>				
Insc. Mun. _____ Insc. Estadual _____				
C.N.P.J./CPF Nº <u>03.910.21010001-05</u>				
Natureza da Operação - Prestação de Serviços				
Em <u>14</u> de <u>NOVEMBRO</u> de 20 <u>14</u> Condições de Pagamento <u>28/11/14</u>				
		P R E C O S		
Quant.	Unid.	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	Unitário	TOTAL
		VALOR REFERENTE A 4ª PARCELA DO CONTRATO DE PATROCÍNIO DO PROJETO RELIX.		
I. S. S. _____ % R\$ <u>ISENTO</u>		Valor dos Serviços R\$ <u>1.292.775,00</u>		
Não tem valor como recibo		TOTAL DESTA NOTA R\$ <u>1.292.775,00</u>		

Unipauta Formulários Ltda. - Rua Valdemar Paulino dos Santos, 54-A - Varadouro - Olinda-PE - Cred. 196/97 em 25/02/97 - C.N.P.J. 35.593.706/0001-99 - I. Est. 0170539-3
N. F. de Serviços Série A - 03 Tls. 50x2 vias - Num. de 000301 a 000450 - Aut. PC.R. nº 3.1526/26-9 em 02/12/2011 - Válida até 02/12/2014



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

Nessa mesma toada, em seu depoimento prestado ao órgão ministerial, Fernanda Maria Pinho André Gomes Bourbon, Gestora de Projetos do SESI/PE à época, reconheceu a inexistência de análise da execução orçamentária do Relix PE 2014, afirmando, inclusive, que “o critério era acompanhar se o projeto aconteceu” (ata de oitiva à fl. 1781 do IPL nº 0111/2014):

[...] QUE a parte da depoente era a execução técnica e operacional do projeto; QUE acerca da análise de custos, tem a dizer que o projeto já vinha da área educacional, pois era um patrocínio; QUE a iniciativa era do Departamento Nacional; QUE a entidade responsável pelo projeto Relix foi o Origami; QUE não sabe dizer se o Origami apresentou o projeto no Departamento Nacional ou Regional; [...] **QUE não se recorda de nenhum projeto que tenha sido apresentado e não tenha sido aprovado; [...] QUE foi fiscal da execução do Relix do 2014; QUE o critério era acompanhar se o projeto aconteceu** [...] (Grifo nosso).

Ainda a respeito da deliberada inexistência de análise, por parte dos gestores do Departamento Regional do SESI/PE e do Departamento Nacional do SESI, da execução financeiro-orçamentária do projeto, é producente ressaltar que as **entidades do Sistema S, por gerirem recursos públicos e estarem sujeitas, portanto, aos princípios constitucionais inerentes à atividade administrativa, estão obrigadas a exigir prestação de contas, física e financeira, dos valores transferidos a entidades privadas por meio de contratos de patrocínio, bem como os terceiros patrocinados estão obrigados a prestá-las**, por força do art. 70 da Constituição Federal.

À época, estava vigente a Ordem de Serviço SESI/SENAI nº 14/2013, cujo teor conceituava patrocínio como sendo “o contrato pelo qual o patrocinador, com vistas a agregar valor à sua marca e fomentar atividade relacionada, direta ou indiretamente, a seus objetivos, concede apoio, financeiro ou econômico, a ações de iniciativa do patrocinado que, por sua vez, se obriga a realizá-las e a associá-las à marca do patrocinador”.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

Enfatize-se, desde logo, que a natureza do ajuste firmado na espécie **foi de convênio e não de contrato de patrocínio *stricto sensu***. Explica-se. Nos termos da jurisprudência pacífica do TCU, existem dois modelos de contratos de patrocínio. O primeiro, revestindo-se de natureza meramente contratual, ocorre quando o interesse do patrocinador reside exclusivamente na veiculação de sua marca e no retorno publicitário daí advindo, prescindindo da comprovação da escorreita aplicação dos recursos. Por sua vez, o **segundo modelo de patrocínio, destinados a projetos de cunho social, evidencia a existência de interesses mútuos entre o patrocinador e o patrocinado**, cuja consecução do objeto se dá mediante **conjunção de esforços**, demandando do patrocinado a **comprovação da aplicação dos recursos** no estrito cumprimento do objeto pactuado, em vista da **natureza convencional do ajuste**.

Revestindo-se de caráter convencional para fins de sua consecução, o projeto Relix demandava a prestação de contas e consequente análise financeiro-orçamentária da execução das despesas. Nesse diapasão, os gestores do Departamento Nacional do Serviço Social da Indústria – SESI (**Robson Braga de Andrade**) e do Departamento Regional da entidade em Pernambuco (**Ricardo Essinger e Ernane de Aguiar Gomes**) se furtaram, de forma dolosa, do dever constitucional de cobrar da entidade executora a lisura na prestação de contas do evento.

O trecho a seguir, extraído das fls. 168/169 do RICE nº 03/2019, esclarece com clareza o assunto:

[...] 574. Portanto, observa-se que o **patrocínio de eventos cujo interesse do patrocinador reside exclusivamente na veiculação de sua marca e no retorno publicitário daí advindo prescinde de comprovação da destinação dos recursos, dada a natureza contratual do pacto firmado. Por outro lado, projetos de cunho eminentemente social, firmados a partir da existência de interesses mútuos entre o patrocinador e o patrocinado, cuja consecução do objeto se dá mediante conjunção de esforços, ainda que caiba a apenas uma das partes o desembolso financeiro, demandam do patrocinado a comprovação da aplicação dos recursos no estrito cumprimento do objeto pactuado, em vista da natureza convencional do ajuste.**

575. Ora, **é evidente que os contratos de patrocínio firmados entre o SESI e o Instituto Origami, destinados ao financiamento do Relix, projeto cultural de cunho**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

eminente social, voltado a práticas de responsabilidade socioambiental, se reveste de natureza jurídica convencional decorrente da existência de interesses mútuos na concretização de seu objeto.

576. Nesse sentido, aliás, consoante tratado ao longo deste relatório, a concessão do patrocínio pelo ente paraestatal foi pautada na conjugação entre o alinhamento do projeto ao alcance de objetivos estratégicos e às finalidades institucionais do SESI, assim como à associação de sua marca a evento de caráter eminentemente social, de onde se evidencia que o interesse do patrocinador não se encontrava restrito apenas a esse último aspecto, mas sim à execução propriamente dita do objeto como instrumento de fomento à atividade relacionada a seus próprios fins sociais..

577. Sob esse aspecto, vale ressaltar que o próprio ato normativo editado pelo SESI e pelo SENAI condiciona a concessão de patrocínio a atividades ou ações relacionadas direta ou indiretamente a seus objetivos institucionais.

578. De outro lado, o Instituto Origami, embora tenha sido utilizado para fins ilícitos, se trata de organização sem fins lucrativos estatutariamente voltada ao desenvolvimento de projetos sociais mediante atuação nas áreas de cultura e meio ambiente, entre outras.

579. Caracterizada, portanto, a existência de interesses mútuos na execução do projeto Relix, do que decorre a inafastabilidade da comprovação da aplicação dos recursos repassados na consecução do objeto pactuado. [...] (Grifo nosso).

Ao dispensar a necessidade de comprovação da execução financeira de contratos de patrocínio, os gestores dos Departamentos Nacional e Regional do SESI caminharam na **contramão da jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União – TCU** no sentido da obrigatoriedade de apresentação de prestação de contas de recursos públicos transferidos a entidades privadas a título de patrocínio, para fins de verificação da regular aplicação dos valores nas estritas finalidades para as quais foram destinados, como forma de **instrumentalização do dever constitucional de prestar contas previsto no art. 70, parágrafo único, da Constituição Federal.**⁶

De longa data, a Corte de Contas vem se manifestando acerca da **necessidade de comprovação da aplicação de recursos geridos por entidades qualificadas como serviços sociais autônomos, repassados a terceiros a título de patrocínio, para financiamento de atividades de**

⁶ Art. 70. [...] Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumira obrigações de natureza pecuniária.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

interesse social. Nesse sentido, o **Acórdão 922/2009 – Plenário**, bem como trecho do voto do Rel. Min. Benjamin Zymler, no qual se tratou de situação análoga envolvendo normatização editada pelo SEBRAE (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), oportunidade na qual se expediu a seguinte recomendação ao ente paraestatal:

9.3. recomendar ao Sebrae Nacional que envie esforços no sentido de ajustar a Instrução Normativa nº 40/2001 aos princípios constitucionais norteadores da Administração Pública, bem como à jurisprudência deste Tribunal, no que diz respeito **à prestação de contas dos recursos destinados a patrocínio quanto à exigência da apresentação de documentos comprobatórios que evidenciem o destino dado ao montante recebido (notas fiscais, recibos, relatório das ações desenvolvidas pelo patrocinado, comprovantes das contrapartidas avençadas)**, adotando, como parâmetro, os Acórdãos nº 2.277/2006 e 447/2008, ambos do Plenário; [...] (Grifo nosso).

16. Com efeito, **não há como aceitar que as entidades do Sistema “S”, sujeitas que são aos princípios da Administração Pública, e, principalmente, pelo fato de arrecadarem e utilizarem recursos públicos, não prestem contas da aplicação de tais valores de forma a possibilitar a aferição de sua escorreita utilização.** [...]

20. Ocorre que a comprovação exigida pelo referido normativo, nos moldes em que se encontra, **não permite que se estabeleça o nexa causal entre os valores transferidos pelo Sebrae ao ente patrocinado e o objeto supostamente realizado**, verificação esta que se mostra imprescindível ao exame da regularidade da utilização dos recursos públicos. Desse modo, **não basta a comprovação da execução do objeto conveniado. É imperioso que, com os documentos apresentados com vistas a comprovar o bom emprego dos valores públicos, seja possível constatar que eles foram efetivamente utilizados no objeto pactuado, de acordo com os normativos vigentes.**

21. Assim, cabe recomendar ao Sebrae Nacional que envie esforços no sentido de ajustar a Instrução Normativa nº 40/2001 aos princípios constitucionais norteadores da Administração Pública, bem como à jurisprudência deste Tribunal, no que diz respeito à prestação de contas dos recursos destinados a patrocínio quanto à exigência da apresentação de documentos comprobatórios que evidenciem o destino dado ao montante recebido (notas fiscais, recibos, relatório das ações desenvolvidas pelo patrocinado, comprovantes das contrapartidas avençadas). [...] (Grifo nosso).

Na mesma linha, ao apreciar ato normativo conjunto editado pelos Departamentos Regionais do SESI e do SENAI de Minas Gerais, cujo teor suprimiu a exigência de apresentação, por parte dos patrocinados, de documentos financeiros e fiscais que demonstrassem a aplicação dos recursos repassados no objeto patrocinado, o TCU decidiu (Acórdão nº 6.813/2017):



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

[...] 9.4. determinar ao Departamento Regional do Senai no Estado de Minas Gerais (Senai/DR/MG) que: 9.4.1. promova a alteração da IN 01-21, Revisão 01, ou da norma que vier a substituí-la, **restabelecendo a exigência de prestação de contas aos patrocinados, incluindo a comprovação financeira da regular utilização dos recursos transferidos, devendo ser apresentados os documentos financeiros e fiscais (notas fiscais e recibos contendo descrição que permita identificar os serviços e bens adquiridos)**, além das evidências físicas da execução do projeto, comprovantes das contrapartidas avençadas e relatório das atividades desenvolvidas; [...] 24. Portanto, dada a inarredável condição de dinheiros públicos, os recursos transferidos por entidades do “sistema S” no âmbito dos **contratos de patrocínio devem resguardar os mesmos cuidados que se têm no trato da coisa pública**. Nesse sentido, reafirmo que, por estarem sujeitos aos princípios constitucionais inerentes à atividade administrativa, as entidades do “sistema S” estão obrigadas a exigir a prestação de contas das despesas realizadas por parte dos terceiros patrocinados com recursos públicos, bem como os terceiros estão obrigados a prestá-las, por força do art. 70 da CF/88. 25. No âmbito exclusivamente privado, poderia se cogitar a dispensa de um mecanismo de prestação de contas, em especial considerando apenas o ponto de vista do ente patrocinador. **Todavia, quando se adentra no setor estatal ou, neste caso, paraestatal, a natureza dos recursos públicos transferidos via patrocínio exige a demonstração da sua aplicação.** 26. **Tais patrocínios não são resultantes de um processo público de chamamento, como se tem, por exemplo, por meio da licitação, como condição geral para a celebração de contratos administrativos (CF, art. 37, XXI). Ora, nesse cenário, como assegurar isonomia na escolha dos entes patrocinados? Como garantir que os valores patrocinados estão de acordo com o benefício a ser gerado ou com os custos dos eventos a que se destinam? Ou ainda, como garantir que os recursos públicos transferidos via patrocínio estão sendo efetivamente empregados na finalidade a que se destinaram?** 27. Destarte, entendo que as entidades patrocinadoras do “sistema S”, além de conferir publicidade aos patrocínios, possuem **dever constitucional de demonstrar a lisura na utilização de contratos de patrocínio para aplicar recursos públicos**, com vistas a resguardar os valores que lhe são atribuídos e, até mesmo, uma imagem de entidade responsável perante a sociedade. 28. Sob esse prisma, a meu ver, não poderiam ser dispensados os documentos financeiros e fiscais comprobatórios da boa aplicação dos recursos por parte dos entes patrocinados, sob pena de se retirar completamente a eficácia da prestação de contas, que, friso, constitui princípio basilar do estado republicano.
[...] (Grifo nosso).

Ressalte-se, ademais, que não se tratou de mera irregularidade. A uma, porque até mesmo a execução do ajuste foi realizada por empresas estranhas à relação contratual inicial. A duas, porque os recursos desviados do Sistema S, consoante se detalhará adiante, ultrapassaram a casa dos milhões de reais, o que jamais passaria despercebido na mínima existência de análise financeira, uma vez que era incomum a existência de contratos de tal monta. E a três, porque a prática persistiu em



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

todas as contratações do projeto Relix, que perduraram até o exercício de 2018 (Relix AL 2016; Relix PE 2017; Relix AL 2018; e Relix PB 2018).

E não se diga, ainda, que os gestores cumpriram os normativos internos do Sistema S. Em verdade, os dirigentes possuíam, sob suas atribuições, normativos que possibilitavam a **maximização do controle interno na execução financeiro-orçamentária dos montantes repassados por força dos contratos de patrocínio, nos termos das decisões do TCU, mas nada fizeram**. É o que se depreende do Regulamento do SESI (Decreto nº 57.375/1965):

Art. 33. Compete ao Diretor do Departamento Nacional:

a) organizar, executar, superintender e fiscalizar, direta ou indiretamente, todos os serviços do Departamento Nacional, baixando instruções aos Departamentos e delegacias regionais; [...]

p) **fiscalizar**, sempre que julgar oportuno, diretamente, ou por intermédio de prepostos, **a execução, pelas administrações regionais, dos dispositivos legais, regulamentares, estatutários e regimentais atinentes ao SESI**, bem como acompanhar e avaliar o cumprimento pelos órgãos regionais das regras de desempenho e das metas físicas e financeiras relativas às alocações de recursos na educação e às ações de gratuidade; [...]

Art. 44. Cada departamento regional será dirigido pelo seu diretor, que será o presidente da federação de indústrias local.

Art.45. Compete ao diretor de cada departamento: [...]

n) **programar e executar todas as tarefas** a cargo da administração regional;
[...] p) preparar convênios, acordos e **demais ajustes de interesse da região**;

Observa-se, portanto, que os gestores do SESI concorreram para a prática delituosa, seja por terem deliberadamente assumido o risco dos desvios, seja porque detinham o dever de cuidado na aplicação de recursos do Sistema S, notadamente da referida monta, consoante preleciona o art. 13, §2º, “a”, do Código Penal.

Acerca da execução do Relix Pernambuco 2014, verifica-se que o projeto consistia na realização de 154 (cento e cinquenta e quatro) encenações teatrais, sendo 04 (quatro) apresentações de estreia e 150 (cento e cinquenta) apresentações em escolas e indústrias, assim como distribuição de



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

materiais, equipamentos e adereços estilizados, com veiculação da marca do patrocinador, relacionados à temática do evento, de acordo com as atividades elencadas na cláusula quarta do contrato de patrocínio (contrapartidas)⁷.

O contrato de patrocínio, de 29/08/2014, apresentava a data de 30/01/2015 como prazo de vigência estimado para a conclusão de seu objeto. No entanto, de acordo com relatório crítico de encerramento do projeto, formalizado pelo SESI/PE, **as atividades foram realizadas entre 09/09/2014 e 14/12/2014**. Em que pese o cronograma prever a transferência dos recursos em cinco parcelas (cláusula terceira), **o efetivo repasse se deu em três oportunidades**, conforme ilustrado a seguir (fl. 28 do RICE nº 03/2019):

Tabela 3 – Repasses Relix PE 2014

Parcela	Nota Fiscal	Data Emissão	Valor (R\$)	Data Crédito (R\$)
1 ^a	365	17/09/2014	861.850,00	<u>06/10/2014</u>
2 ^a	367	02/10/2014	647.135,50	
3 ^a	369	20/10/2014	1.292.775,00	<u>12/11/2014</u>
4 ^a	373	14/11/2014	1.292.775,00	<u>17/12/2014</u>
5 ^a	379	02/12/2014	215.462,50	

Fonte: Processo de Inexigibilidade 03/2014 apreendido no SESI/PE (item 13 do Termo de Apreensão 54/2019. Equipe PE 01). Extratos bancários da conta 16.160-7, Banco Itaú, agência 9248 (Instituto Origami).

Segundo a equipe técnica do Tribunal de Contas da União – TCU (fl. 26 do RICE nº 03/2019), o repasse das últimas parcelas, ocorrido em 17/12/2014, deu-se mediante transação de R\$ 2.256.116,50 (dois milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, cento e dezesseis reais e cinquenta

⁷ Processo de Inexigibilidade 03/2014 apreendido no SESI/PE (item 13 do Termo de Apreensão 54/2019, fls. 07/08 do arquivo digitalizado [parte 6.1]. Equipe PE 01).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

centavos), oriunda do Departamento Regional do SESI em Pernambuco, o qual agregou repasses relacionados à execução dos projetos Relix Pernambuco 2014 (R\$ 1.508.237,50 – um milhão, quinhentos e oito mil e duzentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos) e Cine SESI Cultural (R\$ 747.879,00 – setecentos e quarenta e sete mil e oitocentos e setenta e nove reais), igualmente viabilizado por intermédio do Instituto Origami, em período contemporâneo ao Relix.

1.1.a. Dos valores desviados por intermédio das empresas Aliança Comunicação e Cultura Ltda. e Alto Impacto Entretenimento Ltda.

Analisando os dados obtidos a partir do afastamento dos sigilos fiscal e bancário dos investigados, os técnicos do TCU identificaram que a empresa Aliança Comunicação e Cultura Ltda., cujos sócios são os irmãos **Luiz Otávio Gomes Vieira da Silva** e **Lina Rosa Gomes Vieira da Silva**, foi a principal destinatária dos recursos alocados ao projeto, os quais lhe foram repassados mediante a emissão de notas fiscais faturadas pela Aliança em favor do Instituto Origami, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 4 – Notas fiscais emitidas pela Aliança Comunicação e Cultura Ltda. por serviços supostamente prestados em favor do Instituto Origami (Relix PE 2014)

Parcela	Nota Fiscal	Data Emissão	Valor (R\$)	Data Crédito ⁸
1ª	6013	07/10/2014	212.582,88	--
	6014		363.409,35	06/10/2014
	6015		136.590,65	
	6016		419.704,85	07/10/2014
	6017		80.295,15	
2ª	6150	24/11/2014	500.000,00	14/11/2014

⁸ Os técnicos do TCU não identificaram as datas de crédito de valores correspondentes aos indicados nas notas fiscais 6013, 6262 e 6263, o que não significa, todavia, que as transações não tenham sido efetivadas, tendo em vista a possibilidade de os valores indicados nos documentos fiscais terem sido fracionados em mais de uma transação bancária e vice-versa.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

	6151		419.000,00	18/11/2014
3ª	6262	29/12/2014	721.932,74	--
	6263		215.862,49	--
	TOTAL (R\$)		3.069.378,11	

Fonte: Dados oriundos do afastamento do sigilo fiscal da Aliança Comunicação e Cultura Ltda. (planilha “NFSE ALIANÇA COMUNICAÇÃO”). Extratos bancários da conta 37.370-5, agência 1247, Banco Itaú (Aliança e Cultura Comunicação Ltda.)

Comparando-se as datas de crédito dos recursos repassados pelo SESI/PE ao Instituto Origami, constata-se que **Hebron Costa Cruz de Oliveira** procedia à transferência dos recursos à empresa Aliança Comunicação e Cultura Ltda., controlada pelos empresários **Luiz Otávio Gomes Vieira da Silva** e **Lina Rosa Gomes Vieira da Silva**, praticamente de forma **automática, em datas concomitantes às transações originais ou em intervalos mínimos**, evidenciando, portanto, que o **Instituto Origami exerceu função meramente instrumentária** na execução do projeto, atuando como intermediário entre o contratante e os destinatários finais dos recursos⁹, dentre os quais se destaca a agência de publicidade em questão, evidenciando a hipótese de ilegal sub-rogação do contrato de patrocínio.

Com vistas a facilitar o entendimento acerca da difusão dos recursos do Relix Pernambuco 2014, confira-se o fluxograma abaixo, elaborado com base nas tabelas nº(s) 05, 06, 10 e

9 A sub-rogação se trata, pura e simplesmente, da transferência integral do objeto contratado a terceiro estranho à relação contratual. No caso, a contratada, na condição de sub-rogante, cede sua posição a terceiro que assume todos os seus direitos e deveres consignados no termo contratual original. De longa data o TCU firmou entendimento a respeito da inconstitucionalidade da sub-rogação em contratos administrativos (Acórdãos 2.354/2016; 1.864/2016; 497/2015; e 1.940/2014, todos do Plenário).

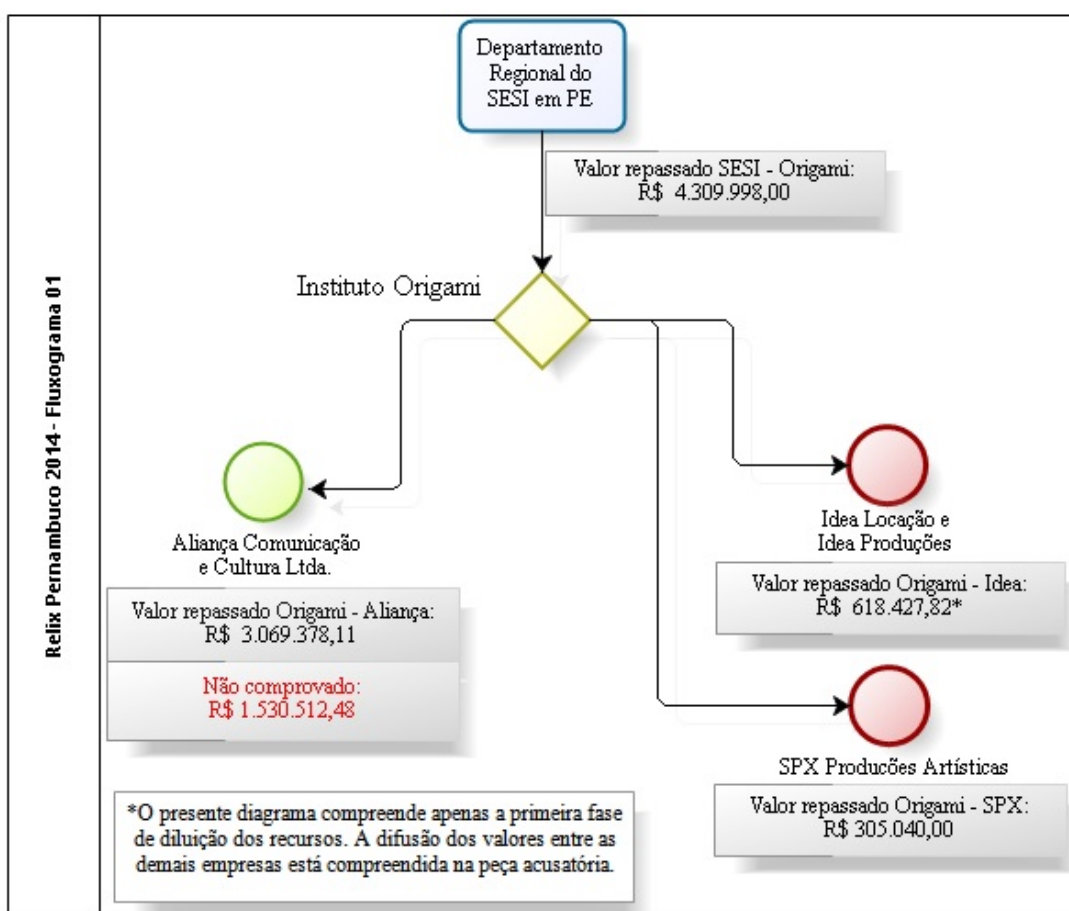
Outrossim, embora os entes paraestatais não integrem a Administração Pública, sendo-lhes inaplicáveis, portanto, os estritos procedimentos previstos na Lei 8.666/93, a utilização de recursos parafiscais impõe a necessidade de obediência aos princípios constitucionais que regem a atividade administrativa.

Corroborar tal conclusão o próprio Regulamento de Licitações e Contratos do SESI, o qual, em seu art. 28, somente admite a subcontratação do objeto contratual desde que mantida a responsabilidade do contratado perante o contratante, o que importa em vedação implícita à sub-rogação.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

16, bem como a partir das conclusões colecionadas às fls. 42/43, tudo do Relatório de Informação de Controle Externo – RICE nº 03/2019, lavrado pelos técnicos do Tribunal de Contas da União – TCU. O documento compreende a primeira fase de diluição dos recursos repassados diretamente pelo Instituto Origami:



Outrossim, o depoimento do denunciado **Romero Neves Silveira Souza Filho** (fls. 1161/1165 do IPL nº 0111/2014) corrobora o caráter instrumental do Instituto Origami:

[...] QUE tem conhecimento que no ano de 2007 um representante da ALIANÇA COMUNICAÇÃO E CULTURA, não sabendo precisar se LUIZ OTÁVIO ou LUIZ



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

GERALDO, procurou o ORIGAMI para apresentar o projeto CINE SESI CULTURAL e questionar se havia o interesse do Instituto em executá-lo; QUE a ALIANÇA havia sido contratada pelo ORIGAMI para idealizar a identidade visual do Instituto e dos projetos inicialmente idealizados; QUE esse material era utilizado para que o ORIGAMI apresentasse seus projetos a entes públicos e privados no intuito de obter apoio financeiro para sua execução; **QUE o ORIGAMI se interessou pelo projeto e passou a executá-lo; QUE a ALIANÇA já realizava esse projeto mediante contratação direta com o SESI, porém alegou que havia ocorrido algum tipo de impedimento¹⁰ para que o projeto continuasse sendo executado dessa forma;** QUE acredita que o impedimento era algo relacionado ao objeto social da ALIANÇA; QUE nesta primeira edição se recorda que o projeto foi executado mediante contratação direta entre o SESI e o ORIGAMI, mas não se recorda se foi por meio de patrocínio ou outro tipo de apoio financeiro. [...] (Grifo nosso).

A afastar quaisquer dúvidas a respeito da administração dos recursos repassados por parte dos membros da família “Gomes Vieira da Silva”, o depoimento prestado por Osvaldo Miguel Gabrieli, sócio-administrador da SPX Produções Artísticas Ltda, empresa responsável pelo grupo teatral “XPTO” (ata de oitiva à fl. 1652 do IPL nº 0111/2014):

[...] QUE o XPTO atuou no Relix dos anos de 2014 a 2017; QUE o grupo XPTO foi convidado para participar como grupo de teatro do SESI Bonecos; **QUE a pessoa que cuida da parte artística da Aliança Comunicação, Lina Rosa Vieira,** gostou muito do trabalho do grupo e convidou para começar a fazer algumas cenografias para o SESI Bonecos e para o FITO – Festival Internacional de Teatro de Objetos; QUE depois começaram a aparecer alguns projetos educacionais e socioeducativos; QUE Lina convidou o depoente para criar o texto, a peça teatral, a cenografia e os atores do grupo participaram desses projetos [...] **QUE Lina é a criadora artística que faz os projetos artísticos da Aliança; QUE a contratação concreta era através de Luiz Otávio Vieira, irmão de Lina; QUE o depoente discutia muito a parte criativa com Lina Rosa; QUE o depoente mandava um texto e Lina fazia observações e o depoente modificava; [...] QUE discutia o cachê com Luiz Otávio, que o depoente passava um cachê e às vezes negociava e se chegava a um cachê em comum acordo dos dois; QUE sabe dizer que às vezes tinha que emitir notas para outras empresas; QUE a contratação era de ONGs, por exemplo, o Origami, mas nunca teve contato com o Origami; QUE sempre seu contato foi através da Aliança Comunicação e Cultura.** [...] (Grifo nosso)

Ressalte-se que a agência Aliança Comunicação e Cultura Ltda., sob a gestão dos irmãos **Luiz Otávio Gomes Vieira da Silva e Lina Rosa Gomes Vieira da Silva**, de acordo com

10 O impedimento ressaltado pelo denunciado consiste nas medidas adotadas pelo Tribunal de Contas da União e pelos demais órgãos de controle após a deflagração da denominada Operação Esopo, no Estado de Minas Gerais, desencadeada em 2013 para combater fraudes em licitações e desvios de recursos mediante a utilização de OSCIP's para justificar inexigibilidades indevidas.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Offício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

planilha de produção apreendida e documentos fiscais, incorreu em despesas de R\$ 241.748,98 (duzentos e quarenta e um mil, setecentos e quarenta e oito reais e noventa e oito centavos) na execução do projeto, consoante detectado a seguir pelo TCU, de forma consolidada por fornecedor (fls. 29/30 do RICE nº 03/2019):

Tabela 5 – Custos de produção Aliança Comunicação e Cultura Ltda. (Relix PE 2014)

Fornecedor	CPF/CNPJ	Valor (R\$)
Ateliê Produções	04.149.422/0001-84	37.000,00
Estação Mídia	10.291.431/0001-08	400,00
Helder Ferrer	301.308.594-00	56.000,00
Matolão Produção Audiovisual	01.637.752/0001-20	150,00
Onomatopeia Ideias Sonoras	04.490.617/0001-93	2.400,00
Promoção Musicultural (Hub Criativo)	10.443.561/0001-19	41.500,00
Publi Gráfica & Editora	11.724.617/0001-76	1.964,98
Seu Ribeiro Comunicação Digital (Piano Lab)	01.207.639/0001-05	8.800,00
SIM – Sistema Integrado Multimídia (SIM Digital)	09.554.907/0001-77	9.910,00
FBK 2 Comunicação Visual (Fábrica 2)	20.251.219/0001-70	13.679,20
Alberto Kildery P. Campos (Protequipa)	07.069.984/0001-06	550,00
Canal de Soluções Indústria e Comércio de Confecções	17.171.401/0001-07	8.875,10
F.A.G. Bolsas	41.249.897/0001-79	3.850,00
Confecções de Olinda (Bonés Ge-bê)	09.465.329/0001-00	2.559,60
Geisa de Farias Agricio (Pavio)	036.954.544-31	17.860,00
Gráfica Santa Marta	09.098.419/0001-00	29.001,00
Lixiki Comércio e Serviços	10.408.571/0001-13	500,00
Enrico Bernard (Dr. Enrico)	195.029.968-60	4.500,00
Extras	--	2.249,10
TOTAL (R\$)		241.748,98



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

Fonte: Documento apreendido na Aliança Comunicação e Cultura Ltda. [“RELIX 2014 Produção Aliança” (atualizada em 27/02/2015”)] e respectivos documentos fiscais. Item 13 do Auto de Apreensão 2, p. 12/13 (PARTE 1) do arquivo digitalizado. Equipe PE 15

Ainda sobre a tabela acima, os técnicos do TCU detectaram que os serviços prestados pelo fotógrafo Hélder Ferrer foram faturados mediante documentos fiscais emitidos pelas pessoas jurídicas Idea Locação de Estruturas e Iluminação (R\$ 8.000,00) e Ferrer & Lima Ltda. ME (R\$ 48.000,00).

Apesar de os documentos fiscais e os respectivos recibos firmados indicarem o Instituto Origami como tomador dos serviços, identificou-se que as despesas foram quitadas mediante transações realizadas pelo denunciado **Luiz Otávio Gomes Vieira da Silva** e originadas a partir de conta bancária da Aliança Comunicação e Cultura Ltda. (conta 37.370-5, agência 1247, Banco Itaú). Nesse ponto, uma simples análise financeira da execução do projeto por parte dos agentes do SESI detectaria que os serviços estavam sendo prestados por terceiros estranhos à relação contratual, bem como que foram contratados por valores bastante superiores aos verdadeiramente praticados.

Note-se, por exemplo, que **Luiz Otávio Gomes Vieira da Silva** providenciou várias subcontratações para a execução do projeto a **preços substancialmente inferiores aos contratados pelo SESI/PE junto ao Instituto Origami**, conforme se observa no comparativo entre as tabelas 01 e 05, a evidenciar grave superfaturamento na execução do projeto (fls. 30/31 do RICE nº 03/2019):

Tabela 6 – Comparativo preço contratado x preço subcontratado (Relix PE 2014)

Preço Contratado		Preço Subcontratado			
Discriminação	Valor (R\$)	Discriminação	Valor (R\$)	Fornecedor	NF
Criação, textos, pesquisa e produção de 35.000 cartilhas	350.000,00	Produção de 35.000 cartilhas	29.001,00	Gráfica Santa Marta	10011620
		Produção de cobertura fotográfica para	11.000,00	Ferrer & Lima	35



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

		cartilha			
Criação e produção de 300 cartazes	1.000,00	Produção de 300 cartazes	540,00	Publi Gráfica e Editora	378
Criação e produção de um aplicativo playware	86.200,00	Desenvolvimento de aplicativo	35.500,00	Promoção Musicultural	136
			6.000,00		140
Criação e produção de um videodocumentário	65.000,00	Documentário	35.000,00	Ateliê Produções	1.009
			2.000,00		1.033
Assessoria de imprensa	18.000,00	Assessoria de imprensa	8.000,00	Geisa de Farias Agricio	80
Criação e produção de site	18.900,00	Site do projeto	8.800,00	Seu Ribeiro Comunicação Digital	827
Divulgação em redes sociais	15.000,00	Anúncio Facebook	2.000,00	Geisa de Farias Agricio	82
		Assessoria de imprensa e divulgação do Relix nas redes sociais	500,00		S/N (pago na agência)
Criação e produção de 100 bonés	1.000,00	Produção de 100 bonés	700,00	Confecções de Olinda	1.768
Criação e produção de 102 chapéus para catadores	2.000,00	Produção de 102 bonés canavieiro	1.509,60		1.769
Criação e produção de 110 camisas UV	4.500,00	Produção de 110 camisetas	4.500,10	Canal de Soluções Indústria e Comércio de Confecções	703
Criação e produção de 350 camisas fio 30	6.300,00	Produção de 350 camisetas	4.375,00		702



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

Criação e produção de 108 kits imprensa	12.300,00	Produção e personalização de 108 lixeiras para kit imprensa	5.389,20	FBK 2 Comunicação Visual	7
TOTAL (R\$)	580.200,00		154.814,90		

Fonte: vide tabelas 1 e 5 da presente peça.

A partir do comparativo acima transcrito, o projeto foi contratado pelo SESI/PE, por intermédio dos denunciados **Ricardo Essinger** e **Ernane de Aguiar Gomes** e com o aval de **Robson Braga de Andrade**, com **sobrepço e posterior superfaturamento, para os serviços constantes da amostra analisada, de 275% (duzentos e setenta e cinco por cento) em relação aos preços efetivamente praticados na fase de execução do projeto.**

Observe-se, ainda, que os técnicos do TCU não impugnaram os valores direcionados à SPX Produções Artísticas Ltda. (que recebeu o montante de R\$ 540.040,00 – serviços do grupo XPTO de apresentações teatrais) e ao produtor Ricardo Reichmann (que teria supostamente recebido o montante de R\$ 708.827,00 – produção do evento). Nessa toada, os técnicos do TCU consideraram que tais serviços foram, em princípio, prestados, de modo que o valor de R\$ 1.248.867,00 (um milhão, duzentos e quarenta e oito mil e oitocentos e sessenta e sete reais) foi tido como efetivamente destinado à produção do projeto.

Especificamente em relação aos recursos repassados pelo SESI/PE e supostamente direcionados a Ricardo Reichmann, o produtor asseverou, em seu depoimento, que jamais recebeu tais valores. Entretanto, afirmou que os custos estavam relacionados à logística completa do evento – transporte, alimentação, hospedagem, dentre outros serviços. Também é possível detectar, a partir do depoimento, a função instrumental da empresa CETAP – Centro Técnico de Assessoria e Planejamento Comunitário na emissão de notas fiscais relacionadas ao projeto (ata de oitiva à fl. 1744 do IPL nº 0111/2014):



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

[...] QUE o Relix era por escola; QUE recebia uma lista de escolas, era uma equipe grande e o depoente cuidava de fazer as visitas técnicas dessas escolas; QUE o Relix era um palco montado; QUE verificava se tinha condições técnicas, tamanho, se estava muito alto e se tinha acesso para o material; **QUE não fornecia material**; [...] QUE, acerca do Relix, foi mais de uma edição; QUE aconteceu uma em Pernambuco, uma em Alagoas e outra na Paraíba; QUE de cabeça não se recorda dos anos; QUE o depoente recebia instruções de Lina Rosa; **QUE a empresa que fazia os pagamentos ao depoente era o CETAP, mas quem contratou o depoente foi Lina Rosa**; QUE não tem contrato, pois o depoente é autônomo; **QUE Lina Rosa era quem chamava o depoente e escolhia os produtores que acompanhavam os atores e cuidava da parte artística toda**; [...] QUE o **CETAP cuidava da parte financeira, dos pagamentos; QUE não chegou a emitir nota fiscal contra o CETAP; QUE emitia recibos como autônomo; QUE não lembra quanto recebia; QUE recebia valores de cachê e de hospedagem e diária de alimentação quando viajavam**; QUE era muito variado dependendo do custo da viagem; QUE o cachê era coisa de mil e pouco por semana; QUE o resto era despesas de alimentação e hospedagem; QUE a despesa de alimentação era de cada um; QUE era como se fosse uma ajuda de custo; QUE trabalhavam na rua; **QUE acerca das informações constantes dos documentos apreendidos de que o depoente teria recebido valores intermediados pelo CETAP no Relix PE 2014 (R\$ 708.827,00), Relix AL 2016 (R\$ 681.850,00) e Relix PE 2017 (R\$ 912.097,59), tem a dizer que não recebeu os valores de forma alguma**; QUE lembra que eles pagavam hotel, diária e o resto da equipe; QUE esse provavelmente é o valor total da logística do projeto; **QUE nunca emitiu nenhum recibo nesses valores**; QUE às vezes no interior recebia diária de alimentação dos carregadores; [...] QUE provavelmente é o valor de toda logística do projeto; QUE eles pagavam o hotel diretamente e empresas, assim como caminhões; **QUE acerca da informação de que o CETAP emitia notas fiscais contendo tais valores em favor dos serviços do depoente, tem a dizer que nunca recebeu tais valores; QUE não tem onde cair morto; QUE não recebeu os valores de forma alguma; QUE viu planilhas de custo total**; QUE, por exemplo, eram três meses de projeto e do grupo de teatro de São Paulo vinham doze ou treze pessoas e tinha hospedagem dessas pessoas por três meses, assim como diária de alimentação; QUE contratavam dois caminhões e duas vans; **QUE não sabe dizer se quando o CETAP emitia todos esses serviços em uma só nota fiscal**; [...] **QUE não possui nenhuma conta bancária na qual tenha recebido tais valores**; QUE não conhece a empresa Idea Locação; QUE quando tinham muitas viagens o depoente recebia auxílio gasolina, auxílio-alimentação, hospedagem e cachê; QUE era R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por mês entre os custos, sendo que o cachê mesmo era por volta de R\$ 3.000,00 (três mil reais) ou R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) por mês; QUE os outros R\$ 7.000,00 (sete mil reais) era custo de hospedagem, alimentação e transporte; QUE às vezes era mais e às vezes era menos, dependendo da movimentação que havia no projeto; [...] QUE acerca dos valores supostamente despendidos em favor do depoente no projeto Relix PE 2014 (R\$ 708.827,00), Relix AL 2016 (R\$ 681.850,00) e Relix PE 2017 (R\$ 912.097,59), o depoente entende que há razoabilidade se fosse toda parte que o depoente tinha acesso; [...] **QUE as planilhas vinham da Aliança Comunicação**; [...]



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Offício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

Ressalte-se, ainda, que parcela remanescente dos serviços inerentes ao contrato de patrocínio firmado entre o SESI/PE e o Instituto Origami foi viabilizada mediante contratações realizadas por intermédio da empresa Alto Impacto Entretenimento Ltda., sob a gestão do também denunciado **Luiz Antônio Gomes Vieira da Silva**, irmão de **Luiz Otávio Gomes Vieira da Silva** e de **Lina Rosa Gomes Vieira da Silva**. A Alto Impacto Entretenimento Ltda. incorreu em gastos de R\$ 300.536,69 (trezentos mil, quinhentos e trinta e seis reais e sessenta e nove centavos), montante que, aliás, corresponde à entrada de recursos¹¹, consoante planilha à fl. 40 do RICE nº 03/20219 – extraída de computador da funcionária Patrícia Barboza Crescêncio, armazenada em dispositivo portátil e apreendida por meio do Termo de Apreensão nº 164/2019.

Ocorre que, como bem constatado pelo TCU, a planilha não discrimina, dentre as entradas de recursos, o pagamento da nota fiscal nº 96, emitida em 16/01/2015 pela Alto Impacto Entretenimento Ltda. por serviços prestados em benefício da Aliança Comunicação e Cultura Ltda., no montante de R\$ 49.750,00 (quarenta e nove mil setecentos e cinquenta reais), referente à “produção para divulgação do projeto Relix 2014”, cujo respectivo recibo foi formalizado na mesma data, **não havendo prestação de serviço vinculado à aludida nota fiscal.**

Por outro lado, as despesas incorridas pela Alto Impacto Entretenimento Ltda. se concentram nos fornecedores Dream Bike Comércio de Bicycletas, Triciclos, Peças e Acessórios Eireli e F.G. Perez, referenciada na planilha como “Chico City”, as quais se encontram relacionadas à aquisição, adaptação e estilização de 100 (cem) bicycletas coletoras, conforme idealizado no projeto. Tais aquisições foram efetivadas com investimento de R\$ 260.650,00 (duzentos e sessenta mil seiscentos e cinquenta reais), em contraposição ao preço contratado pelo SESI/PE – de R\$ 812.500,00 (oitocentos e doze mil e quinhentos reais) –, **constatando-se sobrepreço e consequente superfaturamento de 211% (duzentos e onze por cento) em relação ao orçamento apresentado pelo Instituto Origami.**

¹¹ Planilha à fl. 40 do RICE nº 03/2019 TCU – extraída de computador da funcionária Patrícia Barboza Crescêncio, armazenada em dispositivo portátil (*pen drive*). Apreensão realizada na Alto Impacto Entretenimento Ltda.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

No tocante à administração da Alto Impacto Entretenimento Ltda., é incontroverso que a gestão da empresa ficava a cargo de **Luiz Antônio Gomes Vieira da Silva**, irmão de **Lina Rosa Gomes Vieira da Silva** e **Luiz Otávio Gomes Vieira da Silva**. **Luiz Antônio** não só possuía gestão sobre a administração da Alto Impacto, como também operava ativamente no projeto Relix ao lado dos seus irmãos. Nesse sentido é o depoimento da testemunha Roberto Firmino de Oliveira, então sócio da SPX Produções Artísticas (ata de oitiva à fl. 1654 do IPL nº 0111/2014):

[...] QUE o vínculo do depoente com a Aliança se fazia via Lina Rosa, idealizadora dos projetos; QUE como o depoente participava da criação dos projetos sua interação sempre foi com Lina Rosa; QUE era grande a interação porque o depoente compunha e elaborava as letras das músicas; **QUE trocava ideias com Lina e ela fazia observações a respeito;** [...] **QUE fora Lina Rosa, encontrava às vezes “Lula”, irmão de Lina; QUE era eventualmente;** QUE quando começava o projeto, quando havia a estreia, o depoente acompanhava; [...] **QUE quando foi a uma estreia de projeto, tinha contato com “Lula”; QUE sabe de Otávio, que era a pessoa responsável por pagamentos, mas não o não conhece pessoalmente.** [...] (Grifo nosso).

Somando-se os valores superfaturados àqueles pagos por serviços não prestados, os técnicos do TCU chegaram à seguinte conclusão (fls. 41/42 do RICE nº 03/2019):

[...] **De seu turno, o montante de R\$ 2.518.845,33 (dois milhões, quinhentos e dezoito mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e trinta e três centavos), resultante da diferença entre o valor repassado ao Instituto Origami a título de patrocínio e aquele efetivamente aplicado no financiamento do projeto, teria sido desviado para finalidades distintas, posto não ter sido empregado na consecução do objeto contratual.** [...]

IV.3. Conclusão

Por outro lado, de acordo com os fundamentos que norteiam a aplicação da teoria do produto bruto mitigado ao caso concreto, apresentados na seção III deste relatório, o montante de **R\$ 2.518.845,33** (dois milhões, quinhentos e dezoito mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e trinta e três centavos) corresponde ao prejuízo apurado na execução do projeto, consoante os fatos a seguir discriminados:

[...] e) **valores não aplicados no financiamento de despesas relacionadas ao projeto pela Alto Impacto Entretenimento Ltda., no montante de R\$ 49.750,00** (quarenta e nove mil setecentos e cinquenta reais), decorrente do pagamento da nota fiscal 96, cf. parágrafos 132;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Office da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

f) valores não aplicados no financiamento de despesas relacionadas ao projeto pela Aliança Comunicação e Cultura Ltda., no montante de R\$ 1.887.512,48 (um milhão, oitocentos e oitenta e sete mil, quinhentos e doze reais e quarenta e oito centavos), sendo que, desse montante:

f.1) R\$ 96.256,68 (noventa e seis mil, duzentos e cinquenta e seis reais e sessenta e oito centavos) correspondem a repasse de valores ao CETAP sem vinculação a serviços prestados no âmbito do projeto (pagamento da nota fiscal 5317), cf. discriminado na tabela 17;¹²

f.2) R\$ 357.000,00 (trezentos e cinquenta e sete mil reais) correspondem a repasse de valores a Sérgio Luís de Carvalho Xavier, então Secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco, por intermédio de pagamentos fictícios realizados pela Aliança Comunicação e Cultura Ltda. em favor da empresa S.X. Brasil Comunicação Digital Ltda. (vide seção X deste relatório).

Portanto, dos valores repassados para execução do projeto Relix Pernambuco 2014, foram desviados, mediante atuação da associação criminosa, em benefício dos irmãos **Luiz Otávio Gomes Vieira da Silva e Lina Rosa Gomes Vieira da Silva** – sócios da Aliança Comunicação e Cultura Ltda. – o montante de R\$ 1.530.512,48 (um milhão, quinhentos e trinta mil, quinhentos e doze reais e quarenta e oito centavos)¹³. Por sua vez, foi desviado em favor de **Luiz Antônio Gomes Vieira da Silva** – sócio da Alto Impacto Entretenimento Ltda. – o valor de R\$ 49.750,00 (quarenta e nove mil e setecentos e cinquenta reais).

1.1.b. Dos valores desviados por intermédio das empresas Idea Locação de Estruturas e Iluminação e Idea Produções e Locação de Estruturas e Iluminação

Ainda acerca da execução contratual, observe-se que as empresas Centro Técnico de Assessoria e Planejamento Comunitário – CETAP, Idea Locação de Estruturas e Iluminação e Idea Produções e Locação de Estruturas e Iluminação¹⁴ serviram de intermediárias dos repasses financeiros

12 O pagamento da nota fiscal 5300, ocorrido em 18/09/2014, foi desconsiderado devido a não ter sido financiado por recursos alocados ao contrato de patrocínio, cujo primeiro repasse somente veio a ocorrer em 06/10/2014 (tabela 5).

13 Resultado da soma dos montantes destinados à Aliança Comunicação e Cultura Ltda. e àqueles desviados junto ao CETAP (tópico adiante) com a diminuição do valor direcionado a Sérgio Luís de Carvalho Xavier.

14 A respeito das empresas Idea Locação de Estruturas e Iluminação e Idea Produções e Locação de Estruturas e Iluminação, e demais pessoas jurídicas controladas pelo investigado Júlio Ricardo Rodrigues Neves, vide o Relatório 02/2017.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

pelos serviços prestados pela empresa SPX Produções Artísticas Ltda., cujo sócio-administrador é Osvaldo Miguel Gabrieli, bem como pelo produtor Ricardo Reichmann.

A respeito do CETAP, esclarecedor o depoimento prestado por Ricardo Reichmann, cujo conteúdo evidencia que, embora o depoente tenha sido contratado por Lina Rosa Gomes Vieira da Silva, os pagamentos foram realizados pelo CETAP, senão vejamos (ata de oitiva à fl. 1744 do IPL nº 0111/2014):

[...] QUE a empresa que fazia os pagamentos ao depoente era o CETAP, mas quem contratou o depoente foi Lina Rosa; QUE não tem contrato, pois o depoente é autônomo; QUE Lina Rosa era quem chamava o depoente e escolhia os produtores que acompanhavam os atores e cuidava da parte artística toda; [...] QUE no CETAP o nome da pessoa era Rodrigo; **QUE o CETAP cuidava da parte financeira, dos pagamentos; QUE não chegou a emitir nota fiscal contra o CETAP; QUE emitia recibos como autônomo;** QUE não lembra quanto recebia; QUE recebia valores de cachê, hospedagem e diária de alimentação quando viajavam; QUE era muito variado dependendo do custo da viagem; QUE o cachê era coisa de mil e pouco por semana; QUE o resto era despesas de alimentação e hospedagem; QUE a despesa de alimentação era de cada um; QUE era como se fosse uma ajuda de custo; [...]

No mesmo sentido é o depoimento de Ronaldo Alexandre Ulisses da Silva, filho de José Ulisses da Silva, falecido e então sócio-administrador do CETAP, cujo teor revelou que a empresa era utilizada como “noteira”, ou seja, para fins de emissão de notas fiscais em benefício dos membros da família “Gomes Vieira da Silva”, que controlavam a Aliança Comunicação e Cultura Ltda. e a Alto Impacto Entretenimento Ltda. (ata de oitiva à fl. 1663 do IPL nº 0111/2014):

[...] QUE auxiliava seu pai José Ulisses da Silva a gerir o CETAP; [...] QUE a empresa já foi contratada pela Aliança Comunicação; QUE no caso da Aliança quem tratava era seu pai; [...] **QUE acerca do trabalho realizado pelo CETAP para a Aliança, tem a dizer que também emitiam notas fiscais;** QUE emitiam notas fiscais com relação às atividades que desenvolviam juntos; **QUE quando a empresa fazia algum tipo de evento ou contratação e precisava emitir notas, o CETAP providenciava essa emissão; QUE realizava alguma atividade e era necessário emitir nota; QUE sabe que foram emitidas notas para o Relix;** QUE como foram vários locais, não sabe quais foram; QUE tiveram notas fiscais de atividades realizadas no Relix; QUE soube das irregularidades quando do ocorrido com Luiz Otávio; QUE ficou surpreso; QUE não tinha contato; QUE já o viu três ou quatro vezes e também a irmã dele; [...] QUE acerca dos serviços do CETAP quando viabilizava a emissão de notas, tem a dizer que faziam



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

alguns trabalhos; **QUE a equipe e muitas pessoas eram indicadas por lá; QUE seu pai efetuava os pagamentos de várias pessoas que trabalhavam nos projetos; QUE efetuava em nome do CETAP por um serviço que a própria Aliança contratou; QUE a empresa intermediava a contratação da Aliança com outros fornecedores; QUE acerca da comissão da empresa, tem a dizer que recebiam por serem contratados; QUE a pessoa chamava a empresa para trabalhar e a empresa recebia valores por esses serviços; QUE, por exemplo, havia uma pessoa chamada Ticiane Pacheco; QUE ela trabalhava no projeto; QUE a Aliança contratava Ticiane e quem realizava o pagamento era o CETAP; QUE a Aliança passava um valor a maior a título de comissão; QUE, querendo ou não a empresa tinha seu trabalho administrativo; QUE recebiam os valores; QUE Ticiane não recebia todo valor da nota; QUE a empresa exercia atividades; QUE precisavam levar um pessoal e havia a empresa do irmão do depoente que tinha uma van; QUE pegavam uma van para um projeto; QUE pagavam pela van também as diárias; QUE não era outro serviço em outra nota; QUE estava incluído para o projeto; QUE quando fazia a nota incluída todos os custos e a comissão do CETAP; QUE concorda que tinha o valor que a Aliança retinha do pagamento dela, um valor que o CETAP retinha pelo serviço que prestou ou até mesmo da emissão de notas e ainda havia o valor do evento; QUE era assim que funcionava; QUE acerca do valor recebido, não havia valor fixo; QUE variava muito; QUE nunca teve contato com alguém do Origami; [...] QUE não acompanhavam se foi prestado ou não o serviço; [...] QUE por exemplo, se a prefeitura quisesse chamar Rita Lee para se apresentar no réveillon de Recife; QUE perguntavam se o CETAP dava carta de exclusividade para receber o cachê da cantora e seu pai José Ulisses concordava; QUE havia a comissão da CETAP por essa intermediação para trazer artistas; QUE presenciou algumas coisas; QUE a nota fiscal quem dava para a prefeitura era o CETAP; QUE o CETAP era quem pagava ao produtor; [...] QUE o CETAP é uma empresa que tem sede em Recife; QUE com relação aos eventos em Alagoas e na Paraíba, possui a vaga lembrança que o CETAP também participou na emissão de notas; [...] QUE concorda que, quando o CETAP emitia uma nota no valor X contra a Aliança pela prestação de um serviço cultural qualquer, o valor do serviço era menor do que o constante da nota, pois colocavam na nota fiscal o valor do serviço do CETAP.** [...] (Grifo nosso).

No que tange aos repasses efetuados às empresas CETAP e Idea Locações, vejamos a tabela abaixo, apreendida justamente na sede da Aliança Comunicação e Cultura Ltda. (Item nº 35 do Auto de Apreensão nº 02)¹⁵:

¹⁵ Documento apreendido na Aliança Comunicação e Cultura Ltda. (item 35 do Auto de Apreensão 2, p. 2 do arquivo digitalizado. Equipe PE 15).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

PAGAMENTO PROJETO RELIX RICARDO/osvaldo				
31/jul	CETAP-RODRIGO REPASSOU P/OSVALDO	40.000,00	TED	RELIX
11/ago	CETAP-RODRIGO REPASSOU P/OSVALDO	45.000,00	TED	RELIX
15/ago	IDEIA PASSOU P/RICARDO 45.000	45.000,00	TED	RELIX
25/08/2014	IDEIA REPASSOU /OSVALDO	50.000,00	TED	Relix
02/set	IDEA REPASSOU/RICARDO SALDO 1º PAR	139.300,00	TED	
02/09/2014	IDEIA REPASSOU /OSVALDO SALDO 1º PAR	90.840,00	TED	
30/set	IDEIA REPASSAR /RIACRDO 2º PARC.RELIX	160.500,00	TED	LIQ
30/set	SPX OSVALDO 2º PARC.RELIX + SALDO 14.200			
	DAS PARCELAS EXTRA	114.200,00	TED	

No caso específico do Centro Técnico de Assessoria e Planejamento Comunitário – CETAP, administrado à época pelo falecido **José Ulisses da Silva** (sócio-administrador), foi detectado que, em dois dos valores intermediados, foi acrescido o percentual equivalente a **6,95%** do valor devido à empresa SPX Produções Artísticas Ltda., tudo a corroborar o depoimento de Ronaldo Alexandre Ulisses da Silva (ata de oitiva à fl. 1663 do IPL nº 0111/2014) prestado no órgão ministerial e transcrito às fls. 40/41 da presente peça processual. Abaixo, as datas dos repasses, os comparativos e as diferenças detectadas (fl. 38 do RICE nº 03/2019):

Tabela 7 – Comparativo do repasse de valores intermediados pelo CETAP (Relix PE 2014)

Repasse Aliança – CETAP (A)		Repasse CETAP – SPX Produções Art. (B)		Diferença (A/B)	
Data	Valor (R\$)	Data	Valor (R\$)	Valor (R\$)	%
31/07/2014	42.780,75	01/08/2014	40.000,00	2.780,75	6,95
11/08/2014	48.128,34	11/08/2014	45.000,00	3.128,34	

Em outras palavras, os irmãos **Luiz Otávio Gomes Vieira da Silva e Lina Rosa Gomes Vieira da Silva** utilizaram, de forma deliberada, a empresa CETAP como intermediária para fins de difusão e consequente desvio dos recursos destinados à execução do Relix Pernambuco 2014,



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

ocasião na qual foi cobrada “taxa de administração” no quantitativo de 6,95% nos repasses acima mencionados.

Idêntico procedimento foi observado com relação ao montante transferido por intermédio das empresas Idea Locação de Estruturas e Iluminação e Idea Produções e Locação de Estruturas e Iluminação, que, à época, estavam sob o comando do ora denunciado **Júlio Ricardo Rodrigues Neves**. Nesse diapasão, o depoimento prestado por Jorge Tavares Pimentel Júnior (fls. 849/854 do IPL nº 0111/2014):

QUE, com relação à empresa Idea Produções e Locações de Estruturas e Iluminação, foi aberta a pedido de JÚLIO NEVES e também tinha como sócio a pessoa que conhece apenas como CARLOS NÓBREGA, que atende pelo apelido de CARLINHOS, não sabendo qual o seu endereço ou qualquer outro dado de qualificação. [...]

Tabela 8 – Retenção de valores nos repasses intermediados pela Idea Locação de Estruturas e Iluminação¹⁶

Repasses Aliança – Idea (A)		Repasses Idea – SPX Produções Artísticas (B)		Diferença (A/B)	
Data	Valor (R\$)	Data	Valor (R\$)	Valor (R\$)	%
25/08/2014	53.475,94	26/08/2014	50.000,00	3.475,94	6,95

Fonte: Extratos bancários da conta 37.370-5, agência 1247, Banco Itaú (Aliança e Cultura Comunicação Ltda.) e da conta 13.005.096-6, agência 3757, Banco Santander (Idea Locação de Estruturas e Iluminação).

Tabela 9 – Retenção de valores nos repasses intermediados pelas empresas Idea Locação de Estruturas e Iluminação e Idea Produções e Locação de Estruturas e Iluminação (Relix PE 2014)¹⁷

Repasses Instituto Origami – Idea (A)		Repasses Idea – Ricardo Reichmann (B)		Diferença (A/B)	
Data	Valor (R\$)	Data	Valor (R\$)	Valor	%

¹⁶ Fl. 38 do RICE nº 03/2019.

¹⁷ Fls. 39/40 do RICE nº 03/2019.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

				(R\$)	
02/09/2014	148.983,96	02/09/2014	139.300,00	9.683,96	6,95
01/10/2014	171.657,76	01/10/2014	160.500,00	11.157,76	
15/10/2014	152.652,41	16/10/2014	142.730,00	9.922,41	
17/11/2014	145.133,69	--	135.700,00	9.433,69	

Com efeito, a cobrança de taxa de administração destinada, exclusivamente, a remunerar serviços de intermediação financeira, motivada por interesse pessoal dos envolvidos nas transações, **configura desvio de parcela dos recursos alocados ao projeto** (RICE nº 02/2019). No caso concreto, as empresas Idea Produções e Idea Locação, à época sob a gestão do denunciado **Júlio Ricardo Rodrigues Neves**, receberam indevidamente R\$ 43.673,76 (quarenta e três mil, seiscentos e setenta e três reais e setenta e seis centavos).

Questionado em sede policial a respeito das transações envolvendo suas empresas, **Júlio Ricardo Rodrigues Neves** elencou (fls. 860/873 do IPL nº 0111/2014):

[...] QUE não se recorda de contratos formulados entre as empresas IDEA PRODUÇÕES E LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS E ILUMINAÇÃO, IDEA LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS E ILUMINAÇÃO, NEVES E SILVA PRODUÇÕES LTDA, NUNES E ARAÚJO PRODUÇÕES DE SHOWS E EVENTOS e MAGALHÃES REGO P E SHOWS LTDA com as empresas IMDC e ORIGAMI. QUE a IDEA PRODUÇÕES é administrada por CARLOS ALBERTO PEREIRA NÓBREGA, com quem mantinha sociedade. QUE questionado sobre o gráfico com transações bancárias entre as empresas, afirma que os valores representados possivelmente se tratam de eventos promovidos pela criadora ALIANÇA; QUE questionado sobre as transações em que há vinculação entre as empresas ORIGAMI e IDEA PRODUÇÕES, reafirma que os serviços eram sempre executados para a empresa ALIANÇA, alegando que desconhecia a fonte pagadora. [...] (Grifo nosso).

Como se não bastasse, os técnicos da Corte de Contas federal detectaram que o CETAP emitiu documentos fiscais por serviços supostamente prestados em benefício da empresa Aliança Comunicação e Cultura Ltda., relacionados ao projeto Relix (fl. 42 do RICE nº 03/2019):



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

Tabela 10 – Notas fiscais emitidas pelo CETAP por serviços supostamente prestados em benefício da Aliança Comunicação e Cultura Ltda. (Relix PE 2014)

Nota Fiscal	Data Emissão	Valor (R\$)	Data Crédito¹⁸
5297	17/10/2014	84.504,82	--
5298		1.209,92	--
5299		4.369,54	--
5300		149.732,62	18/09/2014
5317	20/10/2014	96.256,68	20/10/2014
TOTAL (R\$)		336.073,58	

Fonte: Dados oriundos do afastamento do sigilo fiscal da empresa Aliança Comunicação e Cultura Ltda. (planilha “NFSE RECEBIDAS ALIANÇA COMUNICAÇÃO”). Extratos bancários da conta 37.370-5, agência 1247, Banco Itaú (Aliança Comunicação e Cultura Ltda.).

A partir dos documentos apreendidos, das quebras de sigilo de dados bancários e fiscais e dos relatórios do projeto, os técnicos do TCU não identificaram a prestação de serviços que dê amparo às transações acima evidenciadas, de modo que ocorreu efetivo desvio dos recursos repassados por parte dos sócios da Aliança Comunicação e Cultura Ltda. – **Lina Rosa Gomes Vieira da Silva e Luiz Otávio Gomes Vieira da Silva** – em conluio com o então sócio-administrador do CETAP, **José Ulisses da Silva** que, diga-se, **somente não consta do polo passivo da presente peça acusatória em razão de seu falecimento em 20/06/2019** (pesquisa ASSPAD em anexo). A respeito dos desvios que contaram com a participação do ex-sócio-administrador do CETAP e àqueles comandados por **Júlio Ricardo Rodrigues Neve**, concluíram os técnicos do TCU:

[...] Por outro lado, de acordo com os fundamentos que norteiam a aplicação da teoria do produto bruto mitigado ao caso concreto, apresentados na seção III deste relatório, o montante de **R\$ 2.518.845,33** (dois milhões, quinhentos e dezoito mil, oitocentos e

18 Não foram identificadas as datas de crédito de valores correspondentes aos indicados nas notas fiscais 5297, 5298 e 5299, o que não significa, todavia, que as transações não tenham sido efetivadas, tendo em vista a possibilidade de os valores constantes dos documentos fiscais terem sido fracionados em mais de uma transferência bancária e vice-versa.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

quarenta e cinco reais e trinta e três centavos) corresponde ao prejuízo apurado na execução do projeto, consoante os fatos a seguir discriminados:

a) repasse de valores a título de taxa de administração entre a Aliança Comunicação e Cultura Ltda. e o CETAP, no montante de R\$ 5.909,09 (cinco mil, novecentos e nove reais e nove centavos), discriminado na tabela 12;

b) repasse de valores a título de taxa de administração entre a Aliança Comunicação e Cultura Ltda. e a Idea Locação de Estruturas e Iluminação, no montante de R\$ 3.475,94 (três mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e noventa e quatro centavos), discriminado na tabela 13;

c) repasse de valores a título de taxa de administração entre o Instituto Origami e a Idea Locação de Estruturas e Iluminação, no montante de R\$ 30.275,41 (trinta mil, duzentos e setenta e cinco reais e quarenta e um centavos), discriminado na tabela 16;

d) repasse de valores a título de taxa de administração entre o Instituto Origami e a Idea Produções e Locação de Estruturas e Iluminação, no montante de R\$ 9.922,41 (nove mil, novecentos e vinte e dois reais e quarenta e um centavos), discriminado na tabela 16; [...]

f) valores não aplicados no financiamento de despesas relacionadas ao projeto pela Aliança Comunicação e Cultura Ltda., no montante de R\$ 1.887.512,48 (um milhão, oitocentos e oitenta e sete mil, quinhentos e doze reais e quarenta e oito centavos), sendo que, desse montante:

f.1) R\$ 96.256,68 (noventa e seis mil, duzentos e cinquenta e seis reais e sessenta e oito centavos) correspondem a repasse de valores ao CETAP sem vinculação a serviços prestados no âmbito do projeto (pagamento da nota fiscal 5317), cf. discriminado na tabela 17;¹⁹ [...]

Desse modo, dos valores repassados para execução do projeto Relix Pernambuco 2014, foi desviado, mediante atuação em concurso, por **Luiz Otávio Gomes Vieira da Silva e Lina Rosa Gomes Vieira da Silva**, em conluio com o já falecido **José Ulisses da Silva** – ex-sócio-administrador do CETAP – o montante de R\$ 96.256,68 (noventa e seis mil, duzentos e cinquenta e seis reais e sessenta e oito centavos). De seu turno, foi desviado em favor de **Júlio Ricardo Rodrigues Neves** – à época sócio da Idea Produções e Idea Locação – o valor total de R\$ 43.673,76 (quarenta e três mil, seiscentos e setenta e três reais e setenta e seis centavos).

¹⁹ O pagamento da nota fiscal 5300, ocorrido em 18/09/2014, foi desconsiderado devido a não ter sido financiado por recursos alocados ao contrato de patrocínio, cujo primeiro repasse somente veio a ocorrer em 06/10/2014.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Office da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

1.I.c. Dos valores desviados por intermédio da empresa S.X. Brasil Comunicação Digital Ltda. – em benefício de Sérgio Luís de Carvalho Xavier

Com efeito, uma das atividades relacionadas à execução do projeto Relix consistia no desenvolvimento e produção de um aplicativo para utilização em *smartphones*, o qual teria como principal funcionalidade mapear pontos de coleta seletiva no Estado contemplado com a edição do projeto. A partir dos dados oriundos do afastamento do sigilo fiscal do Instituto Origami, os técnicos do TCU identificaram que o serviço em questão, ao longo das cinco edições do projeto Relix, foi prestado pelas empresas Promoção Musicultural Ltda., responsável pelo desenvolvimento do aplicativo por ocasião da primeira edição do evento, realizada em 2014 no Estado de Pernambuco, e 3Y Software House Ltda., responsável pela manutenção e atualização do aplicativo.

Com base nos documentos apreendidos e nas informações oriundas do afastamento do sigilo fiscal da Aliança Comunicação e Cultura Ltda., identificou-se que serviços relacionados ao desenvolvimento do aplicativo do projeto também foram faturados por intermédio das empresas S.X. Brasil Comunicação Digital Ltda. e Interjornal.Com Ltda. Em relação ao Relix Pernambuco 2014, foram faturadas as seguintes notas fiscais em favor da S.X. Brasil Comunicação Digital Ltda. (dados extraídos da tabela às fls. 132/133 do RICE nº 03/2019):

Nota Fiscal	Data Pgto.	Valor Pgto. (R\$)
752	17/10/2014	147.000,00
768	09/01/2015	210.000,00

Nos termos da base de dados custodiada pelo TCU, a S.X. Brasil Comunicação Digital Ltda. foi constituída em 07/11/2000, no município de Recife/PE, por **Sérgio Luís de Carvalho Xavier** e Flávia Maria da Fonte França, a qual, apesar de deter apenas 5% (cinco por cento) do capital social da empresa, foi erigida à condição de sócia-administradora, tendo se retirado da sociedade em



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

07/11/2014. Em 17/02/2004, foi admitido no quadro social Celso Rubens de Carvalho Xavier, atual sócio-administrador da pessoa jurídica e irmão de **Sérgio Luís de Carvalho Xavier**, mantendo-se inalterada a distribuição do capital social.

Nessa toada, de 14/03/2011 a 02/05/2014 e de 01/01/2015 a 01/01/2018, **Sérgio Luís de Carvalho Xavier** exerceu a titularidade da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade. Inclusive, conforme já ressaltado na presente peça acusatória, **Sérgio Luís de Carvalho Xavier** foi um dos articuladores para a implantação do Relix em Pernambuco, tendo sido o responsável por apresentar o projeto ao SESI/PE, conforme o Ofício SEMAS nº 99/2014-GS.

Corroboram de forma veemente a participação de **Sérgio Luís de Carvalho Xavier** na articulação do Relix os depoimentos de **José Cardoso** (ex-Presidente da Cooperativa de Trabalho dos Catadores Profissionais do Recife/PE) e **Carlos André Vanderlei de Vasconcelos Cavalcanti** (ex-Secretário de Meio Ambiente e de Sustentabilidade do Estado de Pernambuco).

Depoimento prestado por **José Cardoso**, ex-Presidente da Cooperativa de Trabalho dos Catadores Profissionais do Recife/PE (ata de oitiva à fl. 1747 do IPL nº 0111/2014):

QUE a Presidente da Cooperativa de Trabalho dos Catadores Profissionais do Recife/PE é Roberta; QUE o depoente é vice-presidente da cooperativa; QUE o primeiro e o segundo mandato foi seu e o terceiro de Roberta; QUE inauguraram a cooperativa em 2005; QUE ficou de 2005 até 2010; QUE ouviu falar do Relix e do Baixio dos Doidos; QUE o Relix na verdade eram carroças; QUE eram equipamentos para que os catadores pudessem puxar as carroças com mais dignidade; **QUE à época o Secretário era Sérgio Xavier que foi quem bolou essa ideia; QUE a princípio não queriam porque a pessoa em pé colocava mais força do que sentado;** QUE como era bonita e era um equipamento que traria mais dignidade a essas pessoas, a comissão achou por bem aceitar o projeto; QUE quando idealizaram a história desse projeto fizeram uma loucura; QUE a bicicleta tinha quase o tamanho do balcão da sala de oitivas; QUE eram duas cadeiras com dois operadores; QUE chegando lá, Roberta, catadora desde menina e o depoente, catador desde os dezessete anos puxando carroças nas vias dessa cidade, **disseram ao Dr. Sérgio que era uma loucura; QUE isso matava uma pessoa; QUE se uma pessoa fosse puxar o dia todo como seria quando chegasse em casa; [...] QUE Sérgio Xavier disse para o depoente bolar uma ideia;** QUE o depoente pediu para encurtar; QUE à época alguns estudantes e universitários



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

sentaram com eles no palácio do Governo; QUE desenharam a bicicleta; QUE encurtaram ela para uma pessoa; QUE ficou pintado, bem arrumado para que fossem distribuídas entre os catadores; QUE a princípio seriam cem bicicletas; QUE foi feito; QUE foram distribuídas em várias cidades; **QUE na primeira versão seriam cem bicicletas com carroça; QUE isso foi na época do Sérgio Xavier;** QUE em um ano entregaram cem; QUE depois entregaram mais cinquenta; QUE não participaram dessa segunda etapa; QUE quando estavam na discussão sobre o modelo, eles contrataram uma empresa que, daí para frente, tomou conta e fabricou as carroças; QUE moldes que os depoentes disseram; QUE foi distribuída pela SEMAS; QUE distribuíram primeiro cem e depois cinquenta; QUE foram distribuídas pela SEMAS em vários municípios; QUE ainda chegou a fazer duas viagens com funcionários da SEMAS no carro da SEMAS; QUE o papel do depoente era monitorar se seu companheiro recebia a bicicleta, bem como se havia adaptação ao equipamento e se estava gerando renda para essas pessoas; [...] **QUE quando o Secretário Sérgio se afastou o projeto já estava em andamento;** QUE o depoente não voltou mais a monitorar os projetos; QUE um dos funcionários da SEMAS mês a mês fazia esse circuito; QUE, inclusive, na cooperativa do depoente tem equipamentos; [...] **QUE foi até a gestão Carlos Cavalcanti; QUE de lá para cá não teve mais nada;** [...] **QUE o projeto começou na gestão de Sérgio Xavier e começou na gestão de Carlos Cavalcanti;** QUE foram realizados outros eventos e o depoente não foi mais chamado. [...] (Grifo nosso).

No mesmo sentido o depoimento do ex-Secretário de Meio Ambiente do Estado de Pernambuco, **Carlos André Vanderlei de Vasconcelos Cavalcanti**, cujo teor escancarou, inclusive, que as tratativas do evento na gestão do denunciado **Sérgio Luís de Carvalho Xavier** foram realizadas diretamente junto ao SESI/PE (ata de oitiva à fl. 1786 do IPL nº 0111/2014):

QUE não exerceu função na Prefeitura do Recife/PE; QUE exerceu no Estado de Pernambuco; QUE exerceu várias funções, dentre elas Gerente-Geral de Integração de Políticas, Gerente-Geral de Desenvolvimento Sustentável, Superintendente Técnico, Secretário-Executivo e Secretário de Estado da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade; QUE também exerceu o cargo de Diretor de Recursos Florestais e Biodiversidade da CPRH; QUE foi, durante cinco meses, Presidente da Agência Estadual de Meio Ambiente, a CPRH; QUE atualmente está na Diretoria de Meio Ambiente e Sustentabilidade da empresa estatal SUAPE; QUE foi Secretário de Meio Ambiente do Estado de Pernambuco em duas ocasiões, sendo a primeira de 1º de abril a 31 de dezembro de 2014 e na segunda ocasião de agosto de 2018 a 31 de dezembro de 2018; QUE foi nomeado Secretário-Executivo a partir de janeiro de 2015 na mesma Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade; **QUE seu antecessor na Secretaria de Estado foi Sérgio Luís de Carvalho Xavier;** [...] **QUE quando Sérgio Xavier saiu do Governo o depoente estava presidente da Agência Estadual de Meio Ambiente – CPRH, que é uma autarquia;** [...] QUE, acerca do projeto Relix, foi assinado um acordo de cooperação entre a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado e o Instituto Origami; QUE quem assinou o acordo de cooperação foi o depoente; QUE assinou quando era Secretário em 2014; **QUE as tratativas anteriores ocorreram ao longo do ano de 2014;**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

QUE nesse período iniciaram as ideais e as concepções iniciais do projeto; QUE participou de algumas reuniões de concepção e da assinatura do acordo de cooperação construído com o Origami juntamente com o SESI, que foi o repassador dos recursos; QUE não teve repasse de recursos da Secretaria de Meio Ambiente do Governo do Estado para o Instituto Origami; QUE a Secretaria entrou basicamente com a parte de educação ambiental, identificando as escolas públicas que tinham potencial para receber as apresentações das peças teatrais; QUE foram cerca de cento e cinquenta apresentações teatrais, todas registradas, monitoradas, fotografadas e realizados os relatórios por parte dos técnicos; QUE foram apresentações teatrais tanto em escolas quanto em algumas indústrias; QUE essa parte de educação ambiental era com relação à reciclagem, reutilização e o reuso de matéria-prima; QUE também tiveram um aplicativo que foi destinado à época para a lista de associações de catadores e cooperativas que foram envolvidas pelo mapa que a Secretaria possuía; [...] QUE também foi feita a Ciclolix, uma bicicleta adaptada para as condições dos catadores e associações a fim de que estes pudessem pegar o material nas residências e condomínios por meio de uma bicicleta adaptada com uma carrocinha; QUE foram entregues cem bicicletas; [...] Instado se as tratativas preliminares ocorreram na sua gestão ou na gestão de seu antecessor, respondeu que 80% (oitenta por cento) das tratativas ocorreram quando o depoente assumiu em abril, a parte do conteúdo e estrutura; QUE 20% (vinte por cento) das tratativas foram reuniões que aconteceram nos meses antecedentes a acordo de cooperação; QUE como o depoente estava na CPRH, na Agência Estadual, estava muito concentrado, porque é uma agência de licenciamento, controle e monitoramento; QUE confessa que não participou das tratativas; QUE quando chegou em abril já havia algo de conteúdo, construído; QUE havia uma ideia não com o Origami, mas com o SESI; QUE o SESI estava contactando a Secretaria; QUE quando o depoente assumiu em abril tratou mais com o Instituto Origami, pois já estava no acordo de cooperação; Instado se o Instituto Origami já havia iniciado o diálogo com a Secretaria quando o depoente assumiu a Secretaria ou se foi o próprio depoente o responsável pelas tratativas com a instituição, respondeu que foi apresentado ao Instituto Origami a partir de abril de 2014; QUE o SESI apresentou o Instituto Origami; QUE o SESI apresentou como sendo um instituto que estaria apto dentro de um escopo de apoios do SESI; QUE estabeleceram uma série de reuniões em que se colocou as linhas gerais do acordo de cooperação, do jurídico da Secretaria e do jurídico deles; QUE a ideia foi construída no âmbito do SESI; [...]

Com fulcro na análise dos dados obtidos da quebra de sigilo bancário, os técnicos do TCU observaram que as pessoas jurídicas controladas pelo então titular da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco, **Sérgio Luís de Carvalho Xavier**, o qual apoiou institucionalmente o projeto, foram subcontratadas pela Aliança Comunicação e Cultura Ltda., **em duplicidade em relação aos serviços prestados pelas empresas Promoção Musicultural Ltda. e 3Y Software House Ltda.** Note-se que os documentos apreendidos evidenciam que a empresa Promoção Musicultural Ltda. foi, de fato, a responsável pelo desenvolvimento do aplicativo do projeto



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Offício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

(mensagens eletrônicas de 11/07/2014, 14/07/2014 e 15/07/2014 e 11/09/2014 (aplicativo do projeto Relix), extraídas de HD externo apreendido na residência de Lina Rosa Gomes Vieira da Silva (item 05 do Termo de Apreensão 52/2019. Equipe PE 04).

Embora o conteúdo das mensagens não identifique a empresa responsável pelo desenvolvimento do aplicativo, observa-se que o valor de R\$ 35.500,00 (trinta e cinco mil e quinhentos reais), constante da mensagem de 11/07/2014 (fls. 140/141 do RICE nº 03/2019), corresponde ao da nota fiscal nº 136, emitida em 04/08/2014 pela Promoção Musicultural Ltda., cujo pagamento se deu de forma parcelada, nas datas de 05/08/2014 e 08/09/2014²⁰. Outrossim, em 11/09/2014, ou seja, três dias após o pagamento da segunda parcela, o aplicativo já se encontraria disponível para download.

Ademais, todas as datas indicadas nas mensagens, notas fiscais e respectivos pagamentos guardam relação de causalidade com o período de execução da primeira edição do projeto Relix. Assim, os elementos dos autos evidenciam ter sido o serviço de desenvolvimento do aplicativo do projeto **desenvolvido pela empresa Promoção Musicultural Ltda. e não pela empresa S.X. Brasil Comunicação Digital Ltda.**

No que se refere aos pagamentos recebidos pela S.X. Brasil Comunicação Digital Ltda. no âmbito do projeto Relix, o denunciado **Sérgio Luís de Carvalho Xavier** tentou justificar os valores recebidos com base nos supostos serviços prestados de consultoria e assessoramento à empresa Aliança Comunicação e Cultura Ltda., senão vejamos (ata de oitiva à fl. 1643 do IPL nº 0111/2014):

[...] QUE trabalhou como Secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado de Pernambuco de 2011 até o começo de 2014 e depois de 2015 até 2017; QUE as empresas nas quais o depoente é sócio atenderam uma série de serviços à Aliança Comunicação, sendo alguns deles muito voltados ao Relix; **QUE, a partir de 2014, na época em que estava fora da Secretaria, o projeto Relix foi desenvolvido e não recebeu nenhum recurso da Secretaria ou do Governo; QUE saiu do Governo e voltou a exercer sua área profissional; QUE é da área de meio ambiente e desenvolve projetos de**

20 Extrato bancário da conta nº 37.370-5, agência nº 1247, Banco Itaú (Aliança Comunicação e Cultura Ltda.).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

inovação e tecnologia; QUE uma das empresas é a S.X Brasil Inovs, que está no porto digital desde o início, tem mais de 20 (vinte) anos de atividades em Pernambuco e possui clientes no Brasil inteiro; QUE também tem uma empresa em Alagoas, da área de comunicação digital, inovação e consultoria; QUE o nome dessa outra empresa é Interjornal; **QUE a empresa Aliança contratou suas duas empresas para prestar serviços de desenvolvimento, consultoria, uma série de serviços, todos especificados em notas fiscais; QUE todos os pagamentos foram feitos por meio de notas fiscais, transferências bancárias, especificando os serviços que são de especialidade das empresas; QUE os serviços foram altamente complexos, como, por exemplo, assessorar todo desenvolvimento do projeto Relix, como criação, formulação, pesquisa para entender toda lei de resíduos sólidos para basear o projeto e os demais serviços transcritos nas notas fiscais; QUE quando começou o projeto o depoente não era secretário**; QUE voltou para a Secretaria e foi uma situação que não esperava; QUE o Governador convidou o depoente para voltar à Secretaria e, inclusive, não era de seu desejo, pois gostaria de voltar para as atividades profissionais, pois as empresas estavam com dificuldades; [...] QUE no período em que aconteceram os outros projetos o depoente estava na Secretaria, mas não teve qualquer tipo de relação da Secretaria com empresas; **QUE o projeto já existia na Secretaria, porque, quando foi lançado, haviam cem bicicletas para catadores que seriam distribuídas**; QUE foi uma coisa muito positiva do ponto de vista social; [...] QUE foi um projeto no qual a Secretaria recebeu instrumentos, produtos, serviços, cartilhas e bicicletas para distribuir com cooperativas a pessoas muito pobres e isso foi feito com critérios técnicos; QUE essa relação da Secretaria com o projeto foi uma relação saudável e muito positiva; QUE a questão das bicicletas era no âmbito do Relix; **QUE o depoente ajudou a formular o Relix; QUE estava fora da Secretaria e foi convidado a ajudar a desenvolver; QUE quem convidou o depoente foi Lina, que é a criadora e que desenvolve muitas coisas inovadoras e interessantes**; [...] **QUE saiu da Secretaria no final de março de 2014; QUE em 2015, depois das eleições, com o novo Governador eleito, o depoente voltou para a Secretaria**; [...] **QUE quando voltou acreditou que não havia nenhum impedimento ético que para que o projeto continuasse sendo trabalhado**; QUE não haviam recursos da Secretaria ou nenhum produto que fosse inadequado, pois era tudo voltado para as pessoas mais pobres e cooperativas; **QUE não vê nenhum conflito nesse aspecto**. [...] QUE conhece o Instituto Origami, que participava do processo; QUE não sabe dos detalhes; **QUE, pelo que acompanhou, o Origami participava ativamente do processo, mas o depoente não tinham relação com o Origami ou com o Sistema S; QUE a relação era as duas empresas prestando serviços para a Aliança; QUE não eram somente serviços do Relix; QUE havia uma série de atividades de comunicação digital e sites foram feitos, uma série de coisas que era para a empresa; QUE a gestão de tudo isso era da Aliança na questão com fornecedores e patrocinadores**; [...] **QUE tratava com Lina e algumas vezes com Luiz Otávio; QUE tratava com Luiz Otávio quando havia processo de burocracia das empresas; QUE havia um fluxo financeiro permanente; QUE, em 2014, só houve pagamento no final do ano**; [...] QUE quem realmente trabalhava no campo da criação e gestão dos processos era Lina, que era a pessoa de criação da empresa; **QUE só teve contato com Lina e Luiz Otávio; QUE participou mais ativamente em 2014; QUE, a partir de 2015, quando estava na Secretaria, os outros sócios das empresas cuidavam disso**; [...] QUE não



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

lembra exatamente as pessoas que representavam o Origami nas reuniões pois foram muitas; QUE acha que Hebron participou de alguma reunião; QUE a relação mais intensa com o Origami era feita pela Aliança; [...] **QUE acerca dos serviços que prestou no âmbito do projeto Relix, foi todo processo de pesquisa, criação e elaboração;** QUE sobre o fato de que Lina seria a mentora, o depoente afirma que foi um processo coletivo, com muita gente participando, dando ideias e informações, sendo também multidisciplinar, envolvendo pessoas de várias áreas, como de teatro, gestão de produção, tecnologia, comunicação, sendo feito com a contribuição de muitas pessoas; **QUE fizeram assessoramento técnico desse processo no sentido de produzir uma série de soluções que estavam conectadas com os objetivos do projeto e com a lei; QUE tiveram que pesquisar, ver o que estava acontecendo no Brasil, o que poderia ser feito, como ligar esses elos todos – catadores, indústrias, comércio e sociedade de modo a ver como isso gera resultado;** QUE esse era o papel das empresas do depoente, ou seja, pensar como o projeto poderia dar resultados mais eficientes; **QUE os relatórios demonstraram que os produtos foram entregues e tiveram resultados positivos;** QUE a empresa Interjornal atua em projetos de comunicação digital, sistemas, aplicativos e gestão de conteúdo; QUE a S.X. Brasil também atua nessa área, mas também em consultoria e inovação; [...] **QUE no trabalho realizado no Relix, as empresas realizaram os serviços que foram solicitados e pagos;** [...] QUE foi outro Secretário que recebeu as comunicações e as propostas, analisou internamente e tecnicamente e achou que era positivo para o público-alvo a Secretaria apoiar; QUE foi uma atividade dentro das atribuições da Secretaria e sem nenhum recurso da Secretaria; QUE o Secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade à época era Carlos André; [...] **QUE as tratativas do projeto com a Secretaria de Meio Ambiente ocorreram em 2014, logo quando o depoente saiu da Secretaria, não tendo o depoente participado disso; QUE o evento foi no final do ano, em torno de novembro; QUE toda tratativa ocorreu no final de março de 2014, quando o depoente já não estava na Secretaria;** [...] QUE quando estava fora do Governo geria as empresas S.X e Interjornal; QUE nas duas vezes em que participou do Governo, o depoente foi afastado, inclusive pela lei, tendo os documentos disso; [...] **QUE acerca dos valores pagos às empresas no Relix Pernambuco 2014, se recorda dos valores, pois tem todas as notas fiscais; QUE concorda que o valor pago foi do porte de R\$ 357.000,00 (trezentos e cinquenta e sete mil reais), pois englobou o ano; QUE tal valor englobou consultoria, todo revolvimento, pesquisa, análise, trabalho e retrabalho; QUE um projeto de inovação muitas vezes você faz de um jeito e daquele jeito não funciona; QUE teve entrevista com pessoas, reuniões com catadores e todos os elos da cadeia produtiva da reciclagem, análise de caminhos, tecnologias, uma série de coisas; QUE é um projeto que consome tempo de pessoas qualificadas, por isso que ele não é barato; QUE se dividir o valor por um ano de trabalho, por exemplo, você percebe que o valor mensal é bem modesto para a quantidade de pessoas que estão trabalhando; QUE a questão é que foram projetos pagos de forma concentrada; QUE o projeto começa no início de 2014 e os pagamentos acontecem no final do ano;** [...] QUE acerca dos serviços de programa de tecnologia da informação e de divulgação, tem a dizer que o Relix é muito conteúdo, muita informação e envolve a imprensa; **QUE possuíam sistema que capturava todas as notícias disponibilizadas em nuvem e a Aliança tinha acesso a um ambiente customizado com todas as informações; QUE esse foi um dos**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

trabalhos feitos; QUE não era somente para o Relix, mas notícias de um modo geral que a Aliança acessava pelo sistema; QUE era para uso interno da Aliança; [...] QUE quem alimentava esse sistema era a empresa Interjonal; **QUE a empresa possui um software que capturava todas as notícias da internet, de jornais, de revistas, de blogs, e era um conjunto muito grande de informações; QUE não só sobre projeto, mas sobre temas; QUE a Aliança podia entrar e fazer pesquisa sobre reciclagem por exemplo**; QUE o serviço era um super banco de notícias em que os clientes entram e fazem pesquisa; QUE não era só a Aliança, pois tinham outros clientes; QUE era pela internet; QUE a empresa desativou alguns serviços em 2019 devido à situação financeira; QUE tinham um banco de notícias de 2000 até o ano passado; QUE a internet não satisfaria, pois é impossível fazer uma pesquisa específica de 2005 em um jornal tal e uma notícia X; QUE o programa não capturava notícias impressas fora da internet; QUE o programa encontrava tudo que era digital, mas era possível encontrar algo digital que também estava no impresso; QUE na internet não conseguiria a notícia porque é difícil procurar uma notícia que está em um jornal fechado; QUE a empresa assinava todos os jornais, contratava os serviços e era um ambiente fechado no qual o cliente consultava e fazia buscas; **QUE prestavam esse serviço para várias outras instituições e girava em torno de R\$ 15 a 20 mil reais por mês; QUE acerca da utilidade desse serviço para o Relix, tem a dizer que o Relix atuava com muita informação, pesquisando, um projeto de inovação, inovador, pioneiro no Brasil; QUE a equipe ficava se informando do que estava acontecendo naquele setor**; [...] QUE, em 2014, quando estava formulando o projeto, teve contato com os catadores; QUE não tinha como começar um projeto como esse sem conversar com os catadores; **QUE teve muitas reuniões, por exemplo, com Cardoso, que é o líder dos catadores em Pernambuco; QUE Cardoso contribuiu muito com informações que ajudaram a tecnicamente embasar o projeto**. [...]

Várias conclusões são feitas a partir do depoimento prestado por **Sérgio Luís de Carvalho Xavier**. Em primeiro lugar, observa-se que, diferentemente de suas alegações, o denunciado participou ativamente das tratativas do projeto Relix enquanto Secretário de Meio Ambiente do Estado, inclusive se utilizando do cargo para tal fim (veja-se o Ofício SEMAS nº 99/2014-GS), uma vez que, de acordo com a base de dados do TCE/PE, exerceu suas funções na Secretaria até 02/05/2014.

Corroborar tal conclusão, ainda, a intensa troca de mensagens eletrônicas entre Sérgio e Lina, no exercício de 2013, ou seja, em período anterior à implantação do projeto, dentre as quais se destaca mensagem datada de 24/06/2013 (fls. 139/140 do RICE nº 03/2019):



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

Assunto: Re: Relix e Relux
De: Sergio Xavier <sergioxavier5@gmail.com>
Para: Lina Rosa <lina@aliancacom.com.br>, Sérgio Xavier <sergioxavier@interjornal.com.br>, Sergio Xavier <sergioxavier5@gmail.com>
Envio: 24/06/2013 12:01:46
Anexos: (1) ASSINATURA DE E-MAIL10.jpg
Lina, Seguem minhas respostas e comentários:

1. Objetivamente, que informações precisam constar no conteúdo das peças?

Destacar os 5 Rs: REPENSAR - RECUSAR - REDUZIR - REUTILIZAR - RECICLAR Veja mais detalhes neste LINK: <http://www.recicla.ccb.ufsc.br/os-5-rs/>

É fundamental destacar o papel de TODOS no processo. Mostrar as obrigações que a Lei de Resíduos Sólidos impõe para governos, empresas e pessoas. Separar o lixo em casa e nas empresas é um passo fundamental para o sucesso das políticas de reciclagem (base para a coleta seletiva que deve ser estruturada pelos municípios e pelas empresas, de acordo com as determinações legais). É também fundamental destacar o lado positivo disso: Oportunidade de emprego e renda; redução de uso de matéria prima e energia (com a reciclagem de material pelas empresas); elevação das percepções das pessoas sobre os limites do planeta e o conceito de economia circular (matéria-prima / produto / matéria-prima em vez de matéria prima / produto / lixo). Mostrar que é um processo ganha-ganha (pessoas, natureza e economia ganham com o processo). Venho destacando que está em curso a criação de uma "Industria Reversa", gerando oportunidades para inovação empresarial e novos negócios sustentáveis, fortalecendo a economia verde (que gera lucros financeiros e socioambientais).

2. Quais os aspectos e as atitudes principais a serem abordados e estimulados com os públicos: Fábricas, Crianças do Ensino Médio, Jovens do Ensino Fundamental e Público Geral (se possível, separar por target)?

Fábricas - Destacar Obrigações legais; mostrar vantagens econômicas; lembrar sobre a importância da imagem institucional de empresa sintonizada com sustentabilidade (exigência crescente dos consumidores). Estimular a inovação nos processos (reduzindo matéria prima, energia e baixando custos). Mostrar que este é um caminho sem volta e quem andar na frente terá mais sucesso no seu negócio.

Demonstrando a afinidade entre os denunciados em relação às tratativas do projeto, em 14/05/2014, **Lina Rosa Gomes Vieira da Silva** comunicou a **Sérgio Luís de Carvalho Xavier** que o projeto teria sido elogiado na FIEPE (fl. 142 do RICE nº 03/2019):

Assunto: Re: Relix.
De: Sergio Xavier <sergio@xavier.inf.br>
Para: Lina Rosa <lina@aliancacom.com.br>
Envio: 14/05/2014 18:06:16
Massa!
Conte comigo!
Bj

Em 14 de maio de 2014 18:57, Lina Rosa <lina@aliancacom.com.br> escreveu:
Em tempo, o Relix foi muito elogiado na FIEPE. Acreditamos que até a semana que vem começaremos.

Lina Rosa
Diretora de Criação
Aliança Comunicação e Cultura

Fonte: Arquivo de mensagem eletrônica (e-mail) extraído de HD externo apreendido na residência de Lina Rosa Gomes Vieira da Silva (item 5 do Termo de Apreensão 52/2019. Equipe PE 04).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

Conforme se depreende, o conteúdo da mensagem em epígrafe, além de corroborar que a contratação do Instituto Origami foi expediente fraudulento orientado à execução futura do projeto pela Aliança Comunicação e Cultura Ltda., evidencia a participação de dirigentes do SESI/PE na fraude, pois teriam participado de reuniões em que Lina Rosa Gomes Vieira da Silva teria estado presente.

Mais adiante, em novembro/2014, período no qual a edição de estreia do projeto já se encontrava em execução em Pernambuco, observa-se que Sérgio Luís de Carvalho Xavier e Lina Rosa Gomes Vieira da Silva discutiram aspectos relacionados à formalização dos documentos fiscais emitidos pela S.X. Brasil Comunicação Digital Ltda. A realização de tratativas financeiras empreendidas pessoalmente pelo denunciado Sérgio Luís de Carvalho Xavier demonstra a integral gestão das empresas por parte deste, de modo que se constituiu no efetivo destinatário dos valores desviados do Relix PE 2014. A troca de mensagens abaixo é produtora nesse sentido (fl. 142 do RICE nº 03/2019):

Assunto: Re: Marca RELIX
De: Sergio Xavier <sergio@xavier.inf.br>
Para: Lina Rosa <lina@aliancacom.com.br>
Envio: 13/11/2014 09:29:59
Línia,
por favor, pede pra Gabriela enviar toda a lista de ajustes, informações e imagens num único email (conforme nossa revisão de ontem) e encaminharei para nossa equipe, indicando um canal de contato para interação direta entre eles. Assim, o projeto fluirá sem a necessidade da nossa intervenção. Logo que tiver as orientações sobre a emissão da NF, avisa. Reitero que a melhor solução é emitir a nota em nome da Aliança e a Aliança engloba os serviços no conjunto de ações que está desenvolvendo para o Origami. Simples, correto e seguro.
Beijos,
Sérgio

Em 12 de novembro de 2014 18:39, Lina Rosa <lina@aliancacom.com.br> escreveu:

Fonte: Arquivo de mensagem eletrônica (e-mail) extraído de HD externo apreendido na residência de Lina Rosa Gomes Vieira da Silva (item 5 do Termo de Apreensão 52/2019. Equipe PE 04).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Offício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

À época, já haviam sido emitidas as notas fiscais 751 (cancelada) e 752, paga em 17/10/2014, fato que evidencia, de forma cabal, que a S.X. Brasil Comunicação Digital Ltda. era administrada, de fato, por Sérgio Luís de Carvalho Xavier.

Acerca das notas fiscais relacionadas ao Relix PE 2014, Sérgio Luís de Carvalho Xavier tentou justificar os valores repassados à empresa S.X. Brasil Comunicação Digital Ltda. em três pilares: criação e desenvolvimento do Relix; criação de aplicativo; e assessoramento jornalístico. Ocorre que, em relação ao Relix PE 2014, a discriminação dos serviços da Nota Fiscal nº 752 elenca: *“sistema de comunicação digital e gestão de conteúdos multimídia em nuvem – criação, desenvolvimento, instalação e suporte integrado de conteúdos em rede – programa de tecnologia de informações e notícias para divulgação do projeto Relix”*.

Por sua vez, a discriminação dos serviços da Nota Fiscal nº 768: *“assessoramento técnico e acompanhamento na implantação e realização do projeto Relix – assessoria técnica na produção e divulgação de conteúdo; suporte tecnológico; publicidade e comunicação digital: difusão de conteúdos multimídia na internet; assessoria no desenvolvimento e implantação do projeto; armazenamento em nuvem de todos os conteúdos do projeto em ambiente customizado”*.

Analisando os supostos serviços prestados, os técnicos do TCU concluíram que (fls. 161/162 do RICE nº 03/2019):

A respeito da idoneidade dos pagamentos, o primeiro aspecto a ser destacado se trata da **evidente situação de conflito de interesses identificada na conduta de Sérgio Luís de Carvalho Xavier**. [...] No caso concreto, o conflito de interesses decorre da circunstância de Sérgio Luís de Carvalho Xavier ter atuado em duas frentes distintas e opostas na execução do Relix; uma como idealizador do projeto e gestor estadual da pasta de meio ambiente, a qual apoiou institucionalmente a iniciativa; e outra como empresário, objetivando lucrar com serviços inerentes ao desenvolvimento de aplicativo por ele próprio idealizado.

Evidente que tal situação se amolda perfeitamente à definição legal de “conflito de interesses”, caracterizando conduta inapropriada e incompatível com o exercício da função



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

pública titularizada à época, assim como demonstra a inobservância, por parte do agente público, dos princípios constitucionais que regem a administração pública, em especial o da moralidade administrativa.

Ademais, com relação aos serviços supostamente desenvolvidos, reitera-se a discriminação genérica com que foram formalizadas as notas fiscais 752, 768 e 812 (outubro/2014 a setembro/2015). Com efeito, tais documentos aludem a um “programa de tecnologia de informação e notícias para divulgação do Relix” ou então a um “sistema de comunicação digital para divulgação em rede para o projeto Relix”.

Ora, em momento algum, consideradas todas as edições do projeto, tal serviço foi desenvolvido. Trata-se, portanto, de prestação de serviço fictícia cujos respectivos documentos fiscais tiveram por exclusiva finalidade dissimular o repasse de valores a Sérgio Luís de Carvalho Xavier. [...]

Observa-se, portanto, que os técnicos da Corte de Contas federal constataram que, em verdade, os pagamentos efetuados no Relix PE 2014 foram por serviços fictícios, jamais prestados, tendo a exclusiva finalidade de dissimular o repasse de recursos ao denunciado e ex-Secretário de Meio Ambiente **Sérgio Luís de Carvalho Xavier**. Inclusive, o depoimento de Rosângela Cavalcante de Melo Xavier, cunhada do denunciado, foi contundente ao afirmar que os serviços prestados foram simplórios e consistiam na divulgação do evento no próprio site da empresa SX Brasil Comunicação Ltda., não havendo sequer divulgação externa (ata de oitiva à fl. 1643 do IPL nº 0111/2014):

[...] QUE é esposa de Celso Rubens de Carvalho Xavier; QUE é cunhada de Sérgio Luís de Carvalho Xavier; QUE é sócia da empresa Interjornal; QUE não é sócia da empresa SX; QUE exercia a gerência da Interjornal, ou seja, era sócia-administradora de 2001 até quando encerraram em 2018; QUE encerraram as atividades com todos os funcionários em dezembro de 2018; QUE seu esposo também era gestor da Interjornal; QUE ficavam em Maceió a depoente e seu esposo e Sérgio ficava em Recife; QUE em alguns momentos Sérgio se licenciou para assumir a Secretaria de Meio Ambiente em Recife; QUE não é sócia-administradora ou gestora da empresa SX, mas somente da Interjornal; QUE Celso tinha sociedade com Sérgio na SX; QUE não teve contato com Lina para criação do projeto Relix; **QUE somente conhece Lina pelo nome; QUE quem tinha contato com ela era mais Sérgio; [...]** **QUE criavam os conteúdos e divulgavam nos sites do Interjornal e da SX; QUE divulgavam nos sites das empresas; QUE em relação à mídia externa ficava com a Aliança; QUE tinham o serviço de clipping e-mail;** QUE não se recorda especificamente quanto tempo durou esse serviço, mas acredita que pouco mais de um ano; QUE esse serviço subsidiou mais o Relix de Recife; **QUE o clipping e-mail funcionava de acordo com palavras-chaves e todo veículo que citasse aquelas palavras-chaves,** como por exemplo Relix, o clipping e-mail das empresas captava; QUE o clipping e-mail é um programa que capta na internet tudo que é veiculado com as palavras-chaves de interesse



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

do cliente; **QUE é uma produção automática e diária em horários específicos também determinados pelo cliente; QUE não lembra se esse serviço durou todo tempo do contrato do Relix ou se foi apenas por um período; QUE o contrato da Aliança com suas empresas foi de cinco anos;** QUE acerca dos outros serviços prestados nos anos subsequentes, tem a dizer que foi desenvolvida toda parte tecnológica, a parte do aplicativo, a parte de conteúdo e todo projeto foi desenvolvido e criado por Sérgio; QUE acredita que o desenvolvimento englobou todos os Relix; QUE no clipping e-mail **um funcionário busca no sistema as matérias de acordo com palavras-chaves já pré-definidas; QUE o sistema traz automaticamente; QUE só fazem montar uma capa, como se fosse um jornal com manchetes e algumas coisas assim; QUE a busca é operada automaticamente pelo sistema;** QUE não precisa efetuar busca todos os dias; QUE fica salvo no sistema o ambiente de cada cliente; **QUE acerca da divulgação por banners, compreendia o Relix de forma geral;** QUE acerca da data de cada evento, tem a dizer que era especificada nas matérias; QUE o *banner* era como se fosse a propaganda do Relix, ou seja, do projeto em si sem especificar data e local; QUE produziram *banners* durante todo o tempo do projeto; QUE eram *banners* randômicos que ficavam aparecendo no site; QUE os *banners* apareciam e sumiam do site, não era fixo; QUE ficaram monitorando os *banners* durante todo o projeto, ou seja, durante cinco anos; QUE não chegava a participar desse monitoramento; QUE o monitoramento da depoente era em relação aos clippings e-mails; QUE essa parte era de comunicação, tecnológica; **QUE a parte da depoente era verificar se o clipping e-mail foi enviado, se havia alguma reclamação do clipping, se eles estavam recebendo. [...]**

De sua vez, o próprio irmão de **Sérgio Luís de Carvalho Xavier** e então sócio das empresas, Celso Rubens de Carvalho Xavier, reconheceu que os supostos serviços de elaboração de aplicativo não foram utilizados pela Aliança Comunicação e Cultura Ltda. no âmbito do Relix PE 2014, bem como deixou clarividente o contato direto realizado pelo denunciado e os sócios da Aliança Comunicação e Cultura Ltda. (ata de oitiva à fl. 1647 do IPL nº 0111/2014):

[...] QUE foi feita uma pesquisa anterior e constituíram junto com Sérgio o projeto; QUE desenvolveram o aplicativo e foi entregue à Aliança; QUE não teve muito contato com o pessoal da Aliança na parte gerencial; QUE era realizado contato por e-mail quando precisavam de algum ajuste ou melhoria no serviço; QUE quem contactava o pessoal em Recife era seu irmão Sérgio Luís de Carvalho Xavier; QUE seu irmão passou um tempo fora das empresas, quando foi Secretário de Meio Ambiente de Pernambuco e, quando saiu do Governo, retornou ao projeto e houve o convite do pessoal para constituir o Relix; [...] QUE, em 2014, as empresas começaram a construir a ideia da solução e prestaram até 2018; **QUE as empresas davam assistência não só em aplicativos, mas em outras áreas em comum acordo com Sérgio;** QUE, em Alagoas, houve a ação do Relix; QUE não acompanhou de perto, pois era uma ação com teatro e uma série de coisas que não tinham nada a ver com a atuação do depoente; QUE viu ações na mídia e nos jornais, mas não acompanhou de perto as atuações ou o



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

andamento do projeto; QUE não acompanhou o projeto na Paraíba; QUE acompanhou mais de perto em Pernambuco e Alagoas, pois estavam nesses dois estados; **QUE nos outros estados que tiveram ações foram feitas clipagens; QUE faziam buscas de mídia para encaminhar os conteúdos, mas não participavam propriamente dos projetos; QUE davam suporte de tecnologia; QUE os trabalhos das empresas SX e Interjornal foram aplicativos, sistemas, a concepção do projeto que foi feito por Sérgio em 2014, a clipagem e o aplicativo em si;** QUE foi uma gama de serviços, de pesquisas de campo, de entrevistas e discussões com os envolvidos no lixo da cidade para poder entender como funcionada e, dessa forma, montar o projeto; QUE o **serviço do aplicativo era hospedado com as empresas do depoente; QUE davam suporte; [...] QUE fizeram o aplicativo, mas não viram o lançamento do aplicativo; QUE lançaram outra versão que não foi feita pelo depoente; QUE criaram o aplicativo, mas este não foi efetivamente utilizado pela Aliança;** [...]

Com base nas conclusões do TCU e dos depoimentos acima, verifica-se que a SX Brasil Comunicação Ltda. não prestou serviços alusivos ao Relix PE 2014. Primeiro, porque não há menção nas duas notas fiscais à atuação da empresa no âmbito da suposta concepção do projeto. Segundo, porque sequer o aplicativo foi utilizado em benefício do Relix, de modo que, ainda que tenha ocorrido a suposta criação do aplicativo, os recursos pagos não foram utilizados em benefício do evento. E terceiro, porque os serviços de clipagem que, diga-se, se existiram, foram em benefício única e exclusivamente da Aliança Comunicação e Cultura Ltda. Assim, os pagamentos das notas fiscais nº(s) 752 e 168 configuraram efetivo desvio de recursos do Sistema S, porquanto restaram em benefício de **Sérgio Luís de Carvalho Xavier** sem qualquer prestação substancial, em contrapartida, de serviço em benefício do projeto.

Ante o exposto, dos valores repassados para execução do projeto Relix Pernambuco 2014, foi desviado, mediante atuação da associação criminosa, em benefício de **Sérgio Luís de Carvalho Xavier** – sócio da S.X. Brasil Comunicação Digital Ltda. – o montante de R\$ 357.000,00 (trezentos e cinquenta e sete mil reais), repassados por **Luiz Otávio Gomes Vieira da Silva** e **Lina Rosa Gomes Vieira da Silva**, por intermédio da Aliança Comunicação e Cultura Ltda.

III. MATERIALIDADE E AUTORIA:



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

As provas da autoria e da materialidade delitiva estão estampadas, notadamente nos documentos constantes do **Procedimento Investigatório Criminal – PIC nº 1.26.000.001311/2020-86**, instaurado a partir de cópia integral dos autos principais do **Inquérito Policial nº 0111/2014 (Auto Judicial nº 0004046-94.2014.4.05.8300)**; nos Relatórios de Controle Externo – **RICES nº(s) 02/2019 e 03/2019**, ambos do Tribunal de Contas da União; nos papéis de trabalho que subsidiaram a elaboração do RICE nº 03/2019 (Apreensão PE-01 Item 13; Apreensão PE-01 Item 01; Apreensão PE-04 Itens 01 e 05; Apreensão DF-01 Item 14; extratos bancários Simba; notas fiscais e demais constantes constantes da mídia digital a ser enviada ao Juízo); e nos depoimentos colacionados na presente peça acusatória.

Nada obstante, a autoria restou amplamente demonstrada nos tópicos anteriores, vez que as condutas de cada um dos denunciados restou exaustivamente demonstrada.

III.1. Robson Braga de Andrade, Ricardo Essinger e Ernane de Aguiar Gomes

Com efeito, o denunciado **Ricardo Essinger**, na qualidade de Diretor Regional do SESI/PE em exercício, foi o responsável pela solicitação, ao Departamento Nacional do Serviço Social da Indústria, de auxílio financeiro da ordem de R\$ 4.309.998,00 (quatro milhões, trezentos e nove mil e novecentos e noventa e oito reais) para o financiamento do projeto. Por seu turno, no âmbito do Departamento Nacional do SESI, restou clarividente, seja pelos documentos, seja pelos depoimentos prestados, que os valores foram liberados pelo denunciado **Robson Braga de Andrade**, Diretor do Departamento Nacional da entidade. A esse respeito, a oitiva de Francisco de Assis Benevides Gadelha (fls. 900/905 do IPL nº 0111/2014):

[...] QUE o Diretor Regional tem como atribuição a ordenação das despesas e o acompanhamento do orçamento, tendo, como subordinado, um Superintendente Regional, que cuida de toda a parte operacional e também acompanha a execução do orçamento. [...] QUE a fonte dos recursos utilizados na execução desses eventos é o SESI Nacional; QUE, como Diretor Regional, solicita ao Diretor Nacional, a liberação dos recursos, mostrando a importância do projeto. [...] **QUE ROBSON BRAGA ANDRADE, Presidente da CNI, e em consequência, Diretor Nacional do SESI, é o responsável pela liberação dos recursos para contratação dos projetos CINE SESI e RELIX.** [...] (Grifo nosso).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

No mesmo sentido, a oitiva de José Carlos Lyra de Andrade (fls. 913/922 do IPL nº 0111/2014):

[...] QUE o Diretor Regional tem como atribuição a ordenação de despesas e o acompanhamento do orçamento, tendo como subordinado um Superintendente Regional, que cuida de toda a operação. [...] QUE, como Diretor Regional, solicita ao Diretor Nacional, a liberação dos recursos, mostrando a importância do projeto. [...] **QUE ROBSON BRAGA ANDRADE, na qualidade de Diretor Nacional do SESI, é o responsável pela liberação dos recursos para contratação dos projetos CINE SESI e RELIX.** [...] (Grifo nosso).

A oitiva de Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti evidenciou o período em que **Robson Braga de Andrade** está a frente da entidade, bem como as atribuições de cada setor, incluindo a do Gabinete da Presidência, que aprova a liberação dos recursos (ata de oitiva à fl. 1793 do IPL nº 0111/2014):

[...] QUE, no caso do Relix, é uma iniciativa que nasce no Departamento Regional; QUE eles enviam uma proposta ao Departamento Nacional; **QUE, como na normativa, isso parte de uma solicitação do Diretor Regional, que é também o Presidente da Federação das Indústrias, para o Diretor do Departamento Nacional, que é o Presidente da CNI; QUE isso vai de gabinete para gabinete; QUE o gabinete faz uma pequena adequação e observa a questão da disponibilidade orçamentária e da aderência à missão;** QUE depois vai para a assessoria da diretoria do depoente; QUE a assessoria faz o encaminhamento, a depender da natureza da proposta formulada, para a área técnica de competência, que pode ser de educação, promoção de saúde; QUE a área técnica faz uma instrução técnica do projeto, analisando aderência, verificando se o planejamento da proposta em tela tem consistência e também analisa a exequibilidade da proposta em questão; QUE feito esse parecer, isso vai para a área jurídica, que vê todo checklist dos aspectos legais; QUE depois vai para a aprovação final do diretor de operações; QUE não é como aprovação, mas sim um relatório final enquadrando todos os aspectos; QUE o diretor de operações encaminha para a diretoria que o depoente exerce; QUE o depoente dá uma aprovação geral do projeto e devolve ao Gabinete; QUE esse é o circuito do ponto de vista dos procedimentos formais dessa ação; QUE não é uma agenda estratégica que tem forte aderência ao planejamento estratégico do Departamento Nacional, não sendo algo que o Departamento Nacional orienta os Departamentos Regionais; [...] **QUE a devolução a que se refere é a do Gabinete do Diretor do Departamento Nacional, que acumula a função de Presidente da CNI; QUE o Presidente da CNI ocupa nativamente essa função; QUE de 2014 a 2018 quem ocupou a função do Diretório Nacional do SESI e Presidente da CNI foi Robson Braga de Andrade; QUE a exceção foram os 90 (noventa) dias que Robson ficou afastado; QUE depois que**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

encaminha para o Gabinete e é aprovado, o recurso é transferido e existe um acompanhamento por parte da área de gestão; [...]

Ao mesmo tempo, **Ernane de Aguiar Gomes**, na qualidade de Superintendente do SESI/PE à época dos fatos, assinou o contrato de patrocínio do Relix Pernambuco 2014 em 29/08/2014 e formalizou a prática delituosa. O depoimento de Felipe Luiz de Oliveira Amaral foi categórico ao delinear a atuação direta do então Superintendente **Ernane de Aguiar Gomes** a fim de possibilitar a celebração do contrato de patrocínio relacionado ao Relix Pernambuco 2014 (ata de oitiva à fl. 1778 do IPL nº 0111/2014):

[...] **QUE não trabalha mais no SESI/PE; QUE trabalhou de 2001 a fevereiro de 2019; QUE ocupou a função de auditor interno do SESI/PE; QUE o setor de auditoria interna era ligado diretamente à Superintendência; QUE toda demanda de trabalho que a Superintendência solicitava, dentro do escopo que previam, o setor fazia; QUE era mais auditoria nas unidades, algumas fiscalizações solicitadas pela Superintendência; QUE o trabalho era mais ou menos voltado para as unidades; QUE alguma coisa ou outra em projetos grandes; QUE questionado acerca do Relix, tem a dizer que não acompanhou a edição de 2017, mas sim a 2014; QUE em 2014 chegou a acompanhar o processo do Relix; QUE acerca do acompanhamento realizado, tem a dizer que o processo chega na casa pela Superintendência, que convoca o jurídico e a área técnica para verificar a viabilidade e como o projeto vai se enquadrar; QUE é feito o contrato e executado; QUE se for um patrocínio, toda evidência de fotos e matérias de jornais eram anexados; [...] QUE quem acompanhava a execução era o pessoal técnico, da área técnica; QUE a área técnica também era responsável por avaliar a viabilidade do projeto; QUE não existia um avaliador de custos; QUE era um patrocínio e a Superintendência determinava se o patrocínio era viável e era feito; QUE podiam verificar se existiam tantas camisas, tantos carros, bem como se o preço daquilo era compatível com o mercado; QUE no Relix até que olhou; QUE chegou a olhar se o preço da camisa estava viável; QUE da bicicleta não podia dizer, pois existia todo um processo de mão de obra; QUE por se tratar de um patrocínio, você compra o projeto pronto ou não; QUE se o SESI disser que quer o projeto, não tinha como fazer; QUE não tinha expertise para sair dizendo ponto a ponto o que estava certo ou errado; QUE concorda que olhou meramente *en passant* e não era uma análise detida; QUE só era o depoente no setor; QUE a área técnica, normalmente, determinava uma pessoa para acompanhar todo o processo; QUE a parte final, ou seja, a parte de ir nas unidades o depoente não fazia; QUE não teve um dia de evento, mas sim vários dias; QUE não chegava a ir aos eventos; QUE quem visitava os eventos era a pessoa designada na área técnica pela Superintendência; QUE não lembra quem seria a pessoa; QUE por ser tratado diretamente com a**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

Superintendência, o depoente verificou a forma; QUE tinham um regulamento interno que dizia o que precisava fazer em caso de patrocínio; QUE analisavam ponto a ponto para saber se o processo estava condizente com o regulamento; **QUE estando condizente o depoente falava a Ernane;** **QUE foi o depoente quem fez essa análise;** QUE questionado o motivo pelo qual fez essa análise no Relix PE 2014 e não nos demais, tem a dizer que foi criada uma área de projetos em 2016; QUE essa área de projetos envolvia toda execução; QUE saiu desse processo; **QUE à época do Relix, na estrutura da casa não havia uma área voltada para projetos;** **QUE por ser ligado diretamente ao Superintendente, ele envolveu o depoente para acompanhar o processo em si;** **QUE esse processo veio da Superintendência;** **QUE sobre o acompanhamento, Ernane queria saber se o projeto estava condizente ou não com o regulamento interno;** QUE o jurídico também fazia esse tipo de análise; [...] **QUE quem fazia a prestação de contas desses projeto à época era o depoente junto ao Departamento Nacional do SESI;** **QUE enviava a prestação de contas;** **QUE só recebia a nota fiscal do Origami;** **QUE Lígia veio depois desse processo;** **QUE questionado acerca da comparação da nota fiscal entregue pelo Origami, tem a dizer que a nota fiscal chegava e podiam liberar a próxima parcela;** **QUE quem fazia isso era o depoente;** **QUE questionado acerca de valoração para liberação das parcelas, especificamente sobre a averiguação da comprovação das despesas, o depoente tem a dizer que, por ser um patrocínio e existir um cabedal de outras pessoas fazendo o processo, não tinha como dizer que as coisas não estavam sendo feitas pois estavam sendo acompanhadas por outras pessoas;** **QUE concorda que sua análise ao liberar as parcelas não era parcial de contas, de averiguar se realmente o dinheiro destinado àquela fase da execução efetivamente foi gasto;** **QUE isso não era feito;** **QUE era respeitado o cronograma do contrato;** [...] QUE contrataram um patrocínio; QUE o patrocínio chega em três ou quatro notas; QUE já compra o patrocínio pronto; [...] QUE no projeto Relix, os pagamentos foram feitos antes de realizar; **QUE questionado acerca do batimento das notas fiscais, tem a dizer que não vinham notas fiscais, mas somente a nota fiscal do Origami;** **QUE acha que também existiam recibos;** **QUE vinha uma nota fiscal anexa aos recibos;** **QUE liberavam os recursos;** [...]

O depoimento de Felipe Luiz de Oliveira Amaral é essencial para o entendimento da prática delituosa. Primeiro, porque afirmou categoricamente que “não existia um avaliador de custos”, fato que comprova a inexistência de qualquer tipo de controle por parte dos órgãos do SESI. Segundo, porque o depoimento torna clarividente a participação direta do ex-Superintendente **Ernane de Aguiar Gomes** no Relix PE 2014, seja na fase de deliberação inicial do projeto, seja quando designou Felipe Luiz de Oliveira Amaral para a realização da prestação de contas do ajuste celebrado. E terceiro, porque restou evidente que a análise realizada era meramente formal, de modo que **Ernane de Aguiar Gomes**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

não empreendeu qualquer medida no sentido de possibilitar efetiva fiscalização na aplicação dos recursos, quer na fase da análise do projeto – em que deveria ter promovido cotação de preços no mercado –, quer na fase de execução, em que deveria ter exigido apresentação integral das notas fiscais que possibilitassem a liberação dos recursos relativos às despesas comprovadas.

Para além de possibilitarem a liberação dos recursos sem comprovação de efetiva despesa, os denunciados **Ricardo Essinger**, **Ernane de Aguiar Gomes** e **Robson Braga de Andrade** são diretamente responsáveis pela contratação de projeto sem que houvesse avaliação financeira específica e idônea em que se buscasse aferir a compatibilidade entre os valores apresentados pelo Instituto Origami e os efetivamente praticados no mercado ou que ao menos demandasse do proponente a demonstração analítica dos custos envolvidos nas atividades previstas, de sorte a evidenciar, de forma objetiva e transparente, os critérios adotados para a formação dos preços propostos.

Ressalte-se que a ausência de avaliação idônea de compatibilidade dos custos do projeto foi essencial para o desvio de recursos, uma vez que permitiu que os recursos direcionados ao projeto fossem desviados em benefício de terceiros – mediante a simulação de prestação de serviços e a consequente utilização de empresas de “fachada”. Não bastasse, repise-se que os denunciados gestores do SESI se furtaram, de forma dolosa, do dever constitucional de cobrar da entidade executora a lisura na prestação de contas do evento.

In casu, não se tratou de mera irregularidade: a uma, porque até mesmo a execução do ajuste foi realizada por empresas estranhas à relação contratual inicial; a duas, porque os recursos desviados do Sistema S, consoante se detalhou, ultrapassaram a casa dos milhões de reais, o que jamais passaria despercebido na mínima existência de análise financeira; e a três, porque a prática persistiu em todas as contratações do projeto Relix, que perduraram até o exercício de 2018 (Relix AL 2016; Relix PE 2017; Relix AL 2018; e Relix PB 2018). A aclarar o fato de que os valores praticados no Relix



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

eram incomuns, salutar o depoimento de Diana Uchôa Medeiros, Gestora de projetos do SESI/PB na realização do Relix naquele estado (ata de oitiva à fl. 1799 do IPL nº 0111/2014):

[...] QUE o evento durou dois meses; QUE questionada se o montante destinado ao projeto – cerca de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) – era corriqueiro ou excepcional, tem a dizer que **esse projeto aconteceu somente uma vez na Paraíba; QUE não é um projeto que acontece sempre, até pelo valor alto; QUE questionada se outros projetos na área de cultura custam esse montante ou possuem valores mais modestos, a depoente respondeu que são infinitamente mais modestos;** QUE não tem como fazer uma média agora; QUE depende de muitas condições; [...]

Ainda a esse respeito, não se diga que os gestores cumpriram os normativos internos do Sistema S. Em verdade, os dirigentes possuíam, sob suas atribuições, normativos que possibilitavam a maximização do controle interno na execução financeiro-orçamentária dos montantes repassados por força dos contratos de patrocínio, mas nada fizeram.

Art. 33. Compete ao Diretor do Departamento Nacional:

a) organizar, executar, superintender e fiscalizar, direta ou indiretamente, todos os serviços do Departamento Nacional, baixando instruções aos Departamentos e delegacias regionais; [...]

p) **fiscalizar**, sempre que julgar oportuno, diretamente, ou por intermédio de prepostos, **a execução, pelas administrações regionais, dos dispositivos legais, regulamentares, estatutários e regimentais atinentes ao SESI**, bem como acompanhar e avaliar o cumprimento pelos órgãos regionais das regras de desempenho e das metas físicas e financeiras relativas às alocações de recursos na educação e às ações de gratuidade; [...]

Art. 44. Cada departamento regional será dirigido pelo seu diretor, que será o presidente da federação de indústrias local.

Art.45. Compete ao diretor de cada departamento: [...]

n) **programar e executar todas as tarefas** a cargo da administração regional;
[...] p) preparar convênios, acordos e **demais ajustes de interesse da região;**

No tocante, especificamente, à inexistência de análise, por parte dos gestores do Departamento Regional do SESI/PE e do Departamento Nacional do SESI, da execução financeiro-orçamentária do projeto, é producente ressaltar que as **entidades do Sistema S, por gerirem recursos públicos e estarem sujeitas, portanto, aos princípios constitucionais inerentes à atividade**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Offício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

administrativa, estão obrigadas a exigir prestação de contas, física e financeira, dos valores transferidos a entidades privadas por meio de contratos de patrocínio, bem como os terceiros patrocinados estão obrigados a prestá-las, por força do art. 70 da Constituição Federal. É o que se depreende, inclusive, do Acórdão nº 922/2009-TCU-Primeira Câmara.

As condutas dos denunciados **Ricardo Essinger, Ernane de Aguiar Gomes e Robson Braga de Andrade** foram preponderantes para a prática ilícita, uma vez que deflagraram projetos com grave sobrepreço – e consequente superfaturamento – bem assim com ilegal sub-rogação integral dos serviços contratados, fatos que permitiram o desvio de recursos acima evidenciado.

III.2. Hebron Costa Cruz de Oliveira e Romero Neves Silveira Souza Filho

O denunciado **Hebron Costa Cruz de Oliveira**, presidente do Instituto Origami, e **Romero Neves Silveira Souza Filho**, diretor da mesma associação sem fins lucrativos, foram os responsáveis pela apresentação do projeto ao SESI/PE, de modo que permitiram a utilização da entidade como intermediária para o repasse de recursos financeiros ao grupo empresarial liderado pela família “Gomes Vieira da Silva”. No âmbito do RICE nº 03/2019 (fl. 179), os técnicos do TCU bem delimitaram a importância da atuação dos envolvidos:

[...] Por sua vez, com relação aos particulares que concorreram para a perpetração dos ilícitos, destaca-se, inicialmente, o Instituto Origami, organização sem fins lucrativos utilizada para a captação de recursos do SESI.

De acordo com o apurado, a atuação da pessoa jurídica se deu por intermédio de seus dirigentes, Hebron Costa Cruz de Oliveira e Romero Neves Silveira Souza Filho, podendo ser sintetizada nas condutas a seguir descritas: a) apresentar orçamento para a execução do projeto Relix com valores superestimados; b) recepcionar os recursos repassados pelos Departamentos Regionais do SESI de Pernambuco, Alagoas e Paraíba para o financiamento do projeto; c) redirecionar os recursos recebidos, praticamente de forma simultânea, em datas concomitantes ou próximas às transferências originais, aos destinatários previamente definidos pelos irmãos Gomes Vieira da Silva, de acordo com datas e valores por eles acordada. [...] (Grifo nosso).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

Hebron Costa Cruz de Oliveira e Romero Neves Silveira Souza Filho tinham plena ciência da conduta delituosa praticada, uma vez que sabiam, desde a apresentação dos projetos, que os eventos seriam produzidos e integralmente conduzidos pela Aliança Comunicação e Cultura Ltda. e seu respectivo entorno empresarial. Esclarecedor, aqui, o depoimento de **Luiz Otávio Gomes Vieira da Silva** em sede policial (fls. 817/822 e 839/848 do IPL), cujo teor evidenciou a aproximação entre este e **Hebron Costa Cruz de Oliveira**:

[...] **QUE é amigo de HEBRON COSTA CRUZ DE OLIVEIRA; QUE estudaram juntos no colégio DAMAS em Recife/PE; QUE HEBRON abriu o instituto ORIGAMI; QUE o instituto ORIGAMI tem imunidade tributária; QUE é sócio de HEBRON na SOMAR INTERMEDIÇÃO DE NEGÓCIOS; QUE essa empresa nunca funcionou; QUE ela existe, mas nunca funcionou; QUE essa empresa nunca emitiu uma nota fiscal e nunca teve movimentação financeira; QUE HEBRON já advogou para o interrogado.** [...]. (Grifo nosso).

No mesmo sentido o depoimento do denunciado **Sérgio Luís de Carvalho Xavier**, cujo teor elencou que **Hebron Costa Cruz de Oliveira** participou de algumas reuniões para tratar do evento, bem como que “a relação mais intensa com o Origami foi feita pela Aliança” (ata de oitiva à fl. 1643 do IPL nº 0111/2014):

[...] QUE participou mais ativamente em 2014; QUE a partir de 2015, quando estava na Secretaria, os outros sócios das empresas cuidavam disso; QUE o depoente acompanhava e se preocupava para que as coisas fossem feitas com muita qualidade, pois era um projeto que achava muito bacana, mas não tinha relação no dia a dia; **QUE não lembra exatamente as pessoas que representavam o Origami nas reuniões pois foram muitas; QUE acha que Hebron participou de alguma reunião; QUE a relação mais intensa com o Origami foi feita pela Aliança;** [...]

No tocante à participação de **Romero Neves Silveira Souza Filho** nas tratativas para celebração dos contratos de patrocínios relacionados ao projeto Relix, interessa observar as transcrições dos depoimentos de Lígia Nardy Sacramento prestado ao órgão ministerial (ata de oitiva à fl. 1777 do IPL nº 0111/2014):



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

[...] QUE o contato da depoente com o Origami se dava na pessoa de Romero; QUE Romero foi no SESI à época para fechar os contratos; QUE quando tinha algum problema de nota que não estava batendo ou conferindo com aquilo que a depoente conferia, Romero era chamado e resolvia; [...]

Para além da ilegal sub-rogação integral dos serviços ao grupo empresarial da família “Gomes Vieira da Silva”, **Hebron Costa Cruz de Oliveira e Romero Neves Silveira Souza Filho** apresentaram planilha de custos com valores superfaturados, fator decisivo para o deliberado desvio de recursos já narrado, eis que permitiu que parte dos valores fosse enviado a empresas de “fachada” mediante a simulação de serviços prestados no projeto.

III.3. Luiz Otávio Gomes Vieira da Silva, Lina Rosa Gomes Vieira da Silva e Luiz Antônio Gomes Vieira da Silva

Principais responsáveis e beneficiários da prática delituosa narrada no tópico anterior, os irmãos da família “Vieira Gomes da Silva” controlavam as duas empresas que receberam a maior parte dos recursos repassados ao Instituto Origami (Aliança Comunicação e Cultura Ltda. – sócios **Luiz Otávio Gomes Vieira da Silva e Lina Rosa Gomes Vieira da Silva**; e Alto Impacto Entretenimento Ltda. – sócio **Luiz Antônio Gomes Vieira da Silva**).

Embora a atuação de **Lina Rosa Gomes Vieira da Silva**, sócia e diretora de criação da Aliança Comunicação e Cultura Ltda., esteja majoritariamente voltada a aspectos relacionados à concepção artística do projeto apoiado, os documentos apreendidos, especialmente os relacionados a mensagens eletrônicas extraídas de mídias computacionais e de telefone celular, evidenciam sua participação em atos que resultaram no repasse de valores, entre 2014 e 2019, a **Sérgio Luís de Carvalho Xavier**, então Secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco, abarcando todas as edições do Relix.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

Em seu depoimento, **Sérgio Luís de Carvalho Xavier** confessou que tratava dos assuntos relacionados ao Relix diretamente com **Luiz Otávio Gomes Vieira da Silva** e **Lina Rosa Gomes Vieira da Silva** (ata de oitiva à fl. 1643 do IPL nº 0111/2014):

[...] QUE tratava com Lina e algumas vezes com Luiz Otávio; QUE tratava com Luiz Otávio quando havia processo de burocracia das empresas; QUE havia um fluxo financeiro permanente; QUE, em 2014, só houve pagamento no final do ano; [...] QUE quem realmente trabalhava no campo da criação e gestão dos processos era Lina, que era a pessoa de criação da empresa; QUE só teve contato com Lina e Luiz Otávio; QUE participou mais ativamente em 2014.

No mesmo sentido os depoimentos prestados por Osvaldo Miguel Gabrieli e Roberto Firmino de Oliveira, cujos conteúdos revelam as participações diretas de **Luiz Otávio** e **Lina Rosa** na gestão da Aliança Comunicação e Cultura Ltda. e nos atos relacionados ao evento, como contratações, orientações e ajustes. Inclusive, em seu depoimento, Roberto Firmino de Oliveira também enfatizou a participação de **Luiz Antônio** (“Lula”) na gestão dos eventos.

Vejamos o depoimento prestado por Osvaldo Miguel Gabrieli (ata de oitiva à fl. 1652 do IPL nº 0111/2014):

[...] QUE Lina é a criadora artística que faz os projetos artísticos da Aliança; QUE a contratação concreta era através de Luiz Otávio Vieira, irmão de Lina; QUE o depoente discutia muito a parte criativa com Lina Rosa; QUE o depoente mandava um texto e Lina fazia observações e o depoente modificava; [...] QUE discutia o cachê com Luiz Otávio, que o depoente passava um cachê e às vezes negociava e se chegava a um cachê em comum acordo dos dois; QUE sabe dizer que às vezes tinha que emitir notas para outras empresas; QUE a contratação era de ONGs, por exemplo, o Origami, mas nunca teve contato com o Origami; QUE sempre seu contato foi através da Aliança Comunicação e Cultura.

No mesmo sentido, o depoimento de Roberto Firmino de Oliveira (ata de oitiva à fl. 1654 do IPL nº 0111/2014):



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

[...] **QUE o vínculo do depoente com a Aliança se fazia via Lina Rosa, idealizadora dos projetos; QUE como o depoente participava da criação dos projetos sua interação sempre foi com Lina Rosa;** QUE era grande a interação porque o depoente compunha e elaborava as letras das músicas; **QUE trocava ideias com Lina e ela fazia observações a respeito;** [...] **QUE fora de Lina, encontrava às vezes “Lula”, irmão de Lina; QUE era eventualmente;** QUE quando começava o projeto, quando havia a estreia, o depoente acompanhava; [...]

De seu turno, em seu depoimento, Ricardo Reichmann asseverou que **Lina Rosa Gomes Vieira da Silva** participou diretamente das contratações para a viabilização do evento, embora os pagamentos fossem efetuados por empresa estanha à relação contratual, *in casu* o CETAP, fatos que comprovam a participação da denunciada nas subcontratações e desvios detectados (ata de oitiva à fl. 1744 do IPL nº 0111/2014):

[...] **QUE quem entrou em contato com o depoente para prestar os serviços foi Lina Rosa Vieira;** [...] QUE, acerca do Relix, foi mais de uma edição; QUE aconteceu uma em Pernambuco, uma em Alagoas e outra na Paraíba; QUE de cabeça não se recorda dos anos; **QUE o depoente recebia instruções de Lina Rosa; QUE a empresa que fazia os pagamentos ao depoente era o CETAP, mas quem contratou o depoente foi Lina Rosa;** QUE não tem contrato, pois o depoente é autônomo; **QUE Lina Rosa era quem chamava o depoente e escolhia os produtores que acompanhavam os atores e cuidava da parte artística toda;** [...]

Ainda sobre a participação de **Lina Rosa Gomes Vieira da Silva** na execução dos projetos relacionados ao Relix, o depoimento de Lígia Nardy Sacramento (ata de oitiva à fl. 1777 do IPL nº 0111/2014):

[...] **QUE acerca da participação da Aliança Comunicação e Cultura, tem a dizer que Lina Rosa teve participação no projeto;** QUE Lina teve um trabalho muito bonito; QUE não viu Lina participando o tempo todo; QUE o contato da depoente com o Origami se dava na pessoa de Romero; QUE Romero foi no SESI à época para fechar os contratos; QUE quando tinha algum problema de nota que não estava batendo ou conferindo com aquilo que a depoente conferia, Romero era chamado e resolvia.

Ressalte-se que os irmãos **Luiz Otávio Goes Vieira da Silva** e **Luiz Antônio Gomes Vieira da Silva** foram os responsáveis pelas movimentações financeiras envolvendo as empresas



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Offício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

Aliança Comunicação e Cultura Ltda. e Alto Impacto Entretenimento Ltda., respectivamente. Além de terem repassado recursos a empresas que notoriamente não prestaram serviços no âmbito do Relix Pernambuco 2014, como o Centro Técnico de Assessoria e Planejamento Comunitário – CETAP, os documentos apreendidos evidenciaram que as empresas vinculadas ao grupo detinham amplo controle sobre os valores cobrados, repassados e desviados no âmbito do projeto.

Não por outro motivo, os técnicos do TCU detectaram que, dos valores repassados para execução do projeto Relix Pernambuco 2014, foram desviados em benefício dos irmãos **Luiz Otávio Gomes Vieira da Silva** e **Lina Rosa Gomes Vieira da Silva** – sócios da Aliança Comunicação e Cultura Ltda. – o montante de R\$ 1.434.255,80 (um milhão, quatrocentos e trinta e quatro mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e oitenta centavos). Por sua vez, foi desviado em favor de **Luiz Antônio Gomes Vieira da Silva** – sócio da Alto Impacto Entretenimento Ltda. – o valor de R\$ 49.750,00 (quarenta e nove mil e setecentos e cinquenta reais).

III.4. Sérgio Luís de Carvalho Xavier e Júlio Ricardo Rodrigues Neves

Sérgio Luís de Carvalho Xavier, na qualidade de Secretário de Meio Ambiente do Estado de Pernambuco à época e utilizando-se das prerrogativas inerentes ao cargo público, articulou junto a **Hebron Costa Cruz de Oliveira** e aos membros da família “Gomes Vieira da Silva”, a emissão de documento formal capaz de possibilitar a captação de recursos para o financiamento do projeto Relix junto à iniciativa privada ou a entidades representativas da indústria. Tal conduta foi materializada na emissão de Nota Técnica e do Ofício SEMAS nº 99/2014-GS, assinado pelo próprio denunciado **Sérgio Luís de Carvalho Xavier**, cujo teor submeteu o projeto Relix à apreciação do ente paraestatal.

Não fosse o bastante, os técnicos do TCU observaram que **Sérgio Luís de Carvalho Xavier** recebeu recursos do Relix PE 2014 por intermédio da empresa S.X. Brasil Comunicação Digital Ltda. em razão de serviços supostamente prestados na elaboração de aplicativo. Ocorre que tais



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Office da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

serviços já estavam sendo prestados pela empresa Promoção Musicultural Ltda., de sorte que, no âmbito do referido projeto, não restou comprovado o dispêndio de recursos da ordem de R\$ 357.000,00 (trezentos e cinquenta e sete mil reais) em benefício de **Sérgio Luís de Carvalho Xavier**.

Embora tenha tentado justificar os valores recebidos com base nos supostos serviços prestados de consultoria e assessoramento à empresa Aliança Comunicação e Cultura Ltda., observa-se que os técnicos da Corte de Contas federal constataram que, em verdade, os pagamentos efetuados no Relix PE 2014 foram por serviços fictícios, jamais prestados, tendo a exclusiva finalidade de dissimular o repasse de recursos ao denunciado e ex-Secretário de Meio Ambiente **Sérgio Luís de Carvalho Xavier**. Inclusive, o depoimento de Rosângela Cavalcante de Melo Xavier, cunhada do denunciado, foi contundente ao afirmar que os serviços prestados foram simplórios e consistiam na divulgação do evento no próprio site da empresa SX Brasil Comunicação Ltda., não havendo sequer divulgação externa (ata de oitiva à fl. 1645 do IPL nº 0111/2014):

[...] QUE é esposa de Celson Rubens de Carvalho Xavier; QUE é cunhada de Sérgio Luís de Carvalho Xavier; QUE é sócia da empresa Interjornal; QUE não é sócia da empresa SX; **QUE somente conhece Lina pelo nome; QUE quem tinha contato com ela era mais Sérgio; [...]** **QUE criavam os conteúdos e divulgavam nos sites do Interjornal e da SX;** **QUE divulgavam nos sites das empresas;** **QUE em relação à mídia externa ficava com a Aliança;** **QUE tinham o serviço de clipping e-mail;** QUE não se recorda especificamente quanto tempo durou esse serviço, mas acredita que pouco mais de um ano; QUE esse serviço subsidiou mais o Relix de Recife; **QUE o clipping e-mail funcionava de acordo com palavras-chaves e todo veículo que citasse aquelas palavras-chaves,** como por exemplo Relix, o clipping e-mail das empresas captava; QUE o clipping e-mail é um programa que capta na internet tudo que é veiculado com as palavras-chaves de interesse do cliente; **QUE é uma produção automática e diária em horários específicos também determinados pelo cliente;** **QUE não lembra se esse serviço durou todo tempo do contrato do Relix ou se foi apenas por um período;** **QUE o contrato da Aliança com suas empresas foi de cinco anos;** QUE acerca dos outros serviços prestados nos anos subsequentes, tem a dizer que foi desenvolvida toda parte tecnológica, a parte do aplicativo, a parte de conteúdo e todo projeto foi desenvolvido e criado por Sérgio; QUE acredita que o desenvolvimento englobou todos os Relix; QUE no clipping e-mail **um funcionário busca no sistema as matérias de acordo com palavras-chaves já pré-definidas;** **QUE o sistema traz automaticamente;** **QUE só fazem montar uma capa, como se fosse um jornal com manchetes e algumas coisas assim;** **QUE a busca é operada automaticamente pelo sistema;** QUE não precisa efetuar busca todos os dias; QUE fica salvo no sistema o ambiente de cada cliente; **QUE acerca da divulgação por**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

banners, compreendia o Relix de forma geral; QUE acerca da data de cada evento, tem a dizer que era especificada nas matérias; QUE o *banner* era como se fosse a propaganda do Relix, ou seja, do projeto em si sem especificar data e local; QUE produziram *banners* durante todo o tempo do projeto; QUE eram *banners* randômicos que ficavam aparecendo no site; QUE os *banners* apareciam e sumiam do site, não era fixo; QUE ficaram monitorando os *banners* durante todo o projeto, ou seja, durante cinco anos; QUE não chegava a participar desse monitoramento; QUE o monitoramento da depoente era em relação aos clippings e-mails; QUE essa parte era de comunicação, tecnológica; **QUE a parte da depoente era verificar se o clipping e-mail foi enviado, se havia alguma reclamação do clipping, se eles estavam recebendo.** [...]

Por seu turno, o próprio irmão de **Sérgio Luís de Carvalho Xavier** e então sócio das empresas, Celso Rubens de Carvalho Xavier, reconheceu que os supostos serviços de elaboração de aplicativo não foram utilizados pela Aliança Comunicação e Cultura Ltda. no âmbito do Relix PE 2014, bem como deixou clarividente o contato direto realizado pelo denunciado e os sócios da Aliança Comunicação e Cultura Ltda. (ata de oitiva à fl. 1647 do IPL nº 0111/2014):

[...] QUE foi feita uma pesquisa anterior e constituíram junto com Sérgio o projeto; QUE desenvolveram o aplicativo e foi entregue à Aliança; QUE não teve muito contato com o pessoal da Aliança na parte gerencial; QUE era realizado contato por e-mail quando precisavam de algum ajuste ou melhoria no serviço; QUE quem contactava o pessoal em Recife era seu irmão Sérgio Luís de Carvalho Xavier; QUE seu irmão passou um tempo fora das empresas, quando foi Secretário de Meio Ambiente de Pernambuco e, quando saiu do Governo, retornou ao projeto e houve o convite do pessoal para constituir o Relix; [...] QUE, em 2014, as empresas começaram a construir a ideia da solução e prestaram até 2018; QUE as empresas davam assistência não só em aplicativos, mas em outras áreas em comum acordo com Sérgio; QUE, em Alagoas, houve a ação do Relix; QUE não acompanhou de perto, pois era uma ação com teatro e uma série de coisas que não tinham nada a ver com a atuação do depoente; QUE viu ações na mídia e nos jornais, mas não acompanhou de perto as atuações ou o andamento do projeto; QUE não acompanhou o projeto na Paraíba; QUE acompanhou mais de perto em Pernambuco e Alagoas, pois estavam nesses dois estados; QUE nos outros estados que tiveram ações foram feitas clipagens; QUE faziam buscas de mídia para encaminhar os conteúdos, mas não participavam propriamente dos projetos; QUE davam suporte de tecnologia; QUE os trabalhos das empresas SX e Interjornal foram aplicativos, sistemas, a concepção do projeto que foi feito por Sérgio em 2014, a clipagem e o aplicativo em si; QUE foi uma gama de serviços, de pesquisas de campo, de entrevistas e discussões com os envolvidos no lixo da cidade para poder entender como funcionada e, dessa forma, montar o projeto; QUE o serviço do aplicativo era hospedado com as empresas do depoente; QUE davam suporte; [...] QUE fizeram o aplicativo, mas não viram o lançamento do aplicativo; QUE lançaram outra versão que não foi



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

feita pelo depoente; QUE criaram o aplicativo, mas este não foi efetivamente utilizado pela Aliança; [...]

Tendo em vista as conclusões do TCU e os depoimentos acima, conclui-se que a SX Brasil Comunicação Ltda. não prestou serviços alusivos ao Relix PE 2014. Primeiro, porque não há menção nas duas notas fiscais à atuação da empresa no âmbito da suposta concepção do projeto. Segundo, porque sequer o aplicativo foi utilizado em benefício do Relix, de modo que, ainda que tenha ocorrido a suposta criação do aplicativo, os recursos pagos não foram utilizados em benefício do evento. E terceiro, porque os serviços de clípagem que, diga-se, se existiram, foram em benefício única e exclusivamente da Aliança Comunicação e Cultura Ltda. Assim, os pagamentos das notas fiscais nº(s) 752 e 168 configuraram efetivo desvio de recursos do Sistema S, porquanto restaram em benefício de **Sérgio Luís de Carvalho Xavier** sem qualquer prestação substancial, em contrapartida, de serviço em benefício do projeto.

Corroboram a participação de **Sérgio Luís de Carvalho Xavier** na articulação do Relix os depoimentos de **José Cardoso** (ex-Presidente da Cooperativa de Trabalho dos Catadores Profissionais do Recife/PE) e **Carlos André Vanderlei de Vasconcelos Cavalcanti** (ex-Secretário de Meio Ambiente e de Sustentabilidade do Estado de Pernambuco). Depoimento prestado por **José Cardoso**, ex-Presidente da Cooperativa de Trabalho dos Catadores Profissionais do Recife/PE (ata de oitiva à fl. 1747 do IPL nº 0111/2014):

QUE a Presidente da Cooperativa de Trabalho dos Catadores Profissionais do Recife/PE é Roberta; QUE o depoente é vice-presidente da cooperativa; QUE o primeiro e o segundo mandato foi seu e o terceiro de Roberta; QUE inauguraram a cooperativa em 2005; QUE ficou de 2005 até 2010; QUE ouviu falar do Relix e do Baixio dos Doidos; QUE o Relix na verdade eram carroças; QUE eram equipamentos para que os catadores pudessem puxar as carroças com mais dignidade; QUE à época o Secretário era Sérgio Xavier que foi quem bolou essa ideia; QUE a princípio não queriam porque a pessoa em pé colocava mais força do que sentado; QUE como era bonita e era um equipamento que traria mais dignidade a essas pessoas, a comissão achou por bem aceitar o projeto; QUE quando idealizaram a história desse projeto fizeram uma loucura; QUE a bicicleta tinha quase o tamanho do balcão da sala de oitivas; QUE eram duas cadeiras com dois operadores; QUE chegando lá, Roberta, catadora desde menina e o depoente, catador desde os dezessete anos



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

puxando carroças nas vias dessa cidade, **disseram ao Dr. Sérgio que era uma loucura; QUE isso matava uma pessoa; QUE se uma pessoa fosse puxar o dia todo como seria quando chegasse em casa; [...] QUE Sérgio Xavier disse para o depoente bolar uma ideia;** QUE o depoente pediu para encurtar; QUE à época alguns estudantes e universitários sentaram com eles no palácio do Governo; QUE desenharam a bicicleta; QUE encurtaram ela para uma pessoa; QUE ficou pintado, bem arrumado para que fossem distribuídas entre os catadores; QUE a princípio seriam cem bicicletas; QUE foi feito; QUE foram distribuídas em várias cidades; **QUE na primeira versão seriam cem bicicletas com carroça; QUE isso foi na época do Sérgio Xavier;** QUE em um ano entregaram cem; QUE depois entregaram mais cinquenta; QUE não participaram dessa segunda etapa; QUE quando estavam na discussão sobre o modelo, eles contrataram uma empresa que, daí para frente, tomou conta e fabricou as carroças; QUE moldes que os depoentes disseram; QUE foi distribuída pela SEMAS; QUE distribuíram primeiro cem e depois cinquenta; QUE foram distribuídas pela SEMAS em vários municípios; QUE ainda chegou a fazer duas viagens com funcionários da SEMAS no carro da SEMAS; QUE o papel do depoente era monitorar se seu companheiro recebia a bicicleta, bem como se havia adaptação ao equipamento e se estava gerando renda para essas pessoas; [...] **QUE quando o Secretário Sérgio se afastou o projeto já estava em andamento;** QUE o depoente não voltou mais a monitorar os projetos; QUE um dos funcionários da SEMAS mês a mês fazia esse circuito; QUE, inclusive, na cooperativa do depoente tem equipamentos; [...] **QUE foi até a gestão Carlos Cavalcanti; QUE de lá para cá não teve mais nada; [...] QUE o projeto começou na gestão de Sérgio Xavier e começou na gestão de Carlos Cavalcanti;** QUE foram realizados outros eventos e o depoente não foi mais chamado. [...] (Grifo nosso).

No mesmo sentido o depoimento do ex-Secretário de Meio Ambiente do Estado de Pernambuco, **Carlos André Vanderlei de Vasconcelos Cavalcanti**, cujo teor escancarou, inclusive, que as tratativas do evento na gestão do denunciado **Sérgio Luís de Carvalho Xavier** foram realizadas diretamente junto ao SESI/PE (ata de oitiva à fl. 1786 do IPL nº 0111/2014):

QUE não exerceu função na Prefeitura do Recife/PE; QUE exerceu no Estado de Pernambuco; QUE exerceu várias funções, dentre elas Gerente-Geral de Integração de Políticas, Gerente-Geral de Desenvolvimento Sustentável, Superintendente Técnico, Secretário-Executivo e Secretário de Estado da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade; QUE também exerceu o cargo de Diretor de Recursos Florestais e Biodiversidade da CPRH; QUE foi, durante cinco meses, Presidente da Agência Estadual de Meio Ambiente, a CPRH; QUE atualmente está na Diretoria de Meio Ambiente e Sustentabilidade da empresa estatal SUAPE; QUE foi Secretário de Meio Ambiente do Estado de Pernambuco em duas ocasiões, sendo a primeira de 1º de abril a 31 de dezembro de 2014 e na segunda ocasião de agosto de 2018 a 31 de dezembro de 2018; QUE foi nomeado Secretário-Executivo a partir de janeiro de 2015 na mesma Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade; **QUE seu antecessor na Secretaria de Estado foi Sérgio Luís de Carvalho Xavier; [...] QUE quando Sérgio Xavier saiu do Governo o depoente estava presidente da Agência Estadual de Meio Ambiente – CPRH, que é**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

uma autarquia; [...] QUE, acerca do projeto Relix, foi assinado um acordo de cooperação entre a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado e o Instituto Origami; QUE quem assinou o acordo de cooperação foi o depoente; QUE assinou quando era Secretário em 2014; **QUE as tratativas anteriores ocorreram ao longo do ano de 2014; QUE nesse período iniciaram as ideias e as concepções iniciais do projeto**; QUE participou de algumas reuniões de concepção e da assinatura do acordo de cooperação construído com o Origami juntamente com o SESI, que foi o repassador dos recursos; QUE não teve repasse de recursos da Secretaria de Meio Ambiente do Governo do Estado para o Instituto Origami; QUE a Secretaria entrou basicamente com a parte de educação ambiental, identificando as escolas públicas que tinham potencial para receber as apresentações das peças teatrais; QUE foram cerca de cento e cinquenta apresentações teatrais, todas registradas, monitoradas, fotografadas e realizados os relatórios por parte dos técnicos; QUE foram apresentações teatrais tanto em escolas quanto em algumas indústrias; QUE essa parte de educação ambiental era com relação à reciclagem, reutilização e o reuso de matéria-prima; QUE também tiveram um aplicativo que foi destinado à época para a lista de associações de catadores e cooperativas que foram envolvidas pelo mapa que a Secretaria possuía; [...] QUE também foi feita a Ciclolix, uma bicicleta adaptada para as condições dos catadores e associações a fim de que estes pudessem pegar o material nas residências e condomínios por meio de uma bicicleta adaptada com uma carrocinha; QUE foram entregues com bicicletas; [...] **Instado se as tratativas preliminares ocorreram na sua gestão ou na gestão de seu antecessor, respondeu que 80% (oitenta por cento) das tratativas ocorreram quando o depoente assumiu em abril, a parte do conteúdo e estrutura; QUE 20% (vinte por cento) das tratativas foram reuniões que aconteceram nos meses anteriores a acordo de cooperação; QUE como o depoente estava na CPRH, na Agência Estadual, estava muito concentrado, porque é uma agência de licenciamento, controle e monitoramento; QUE confessa que não participou das tratativas; QUE quando chegou em abril já havia algo de conteúdo, construído; QUE havia uma ideia não com o Origami, mas com o SESI; QUE o SESI estava contactando a Secretaria; QUE quando o depoente assumiu em abril tratou mais com o Instituto Origami, pois já estava no acordo de cooperação; Instado se o Instituto Origami já havia iniciado o diálogo com a Secretaria quando o depoente assumiu a Secretaria ou se foi o próprio depoente o responsável pelas tratativas com a instituição, respondeu que foi apresentado ao Instituto Origami a partir de abril de 2014; QUE o SESI apresentou o Instituto Origami; QUE o SESI apresentou como sendo um instituto que estaria apto dentro de um escopo de apoios do SESI; QUE estabeleceram uma série de reuniões em que se colocou as linhas gerais do acordo de cooperação, do jurídico da Secretaria e do jurídico deles; QUE a ideia foi construída no âmbito do SESI; [...]**

Em que pesem familiares de **Sérgio Luís de Carvalho Xavier** também integrarem o quadro social da empresa S.X. Brasil Comunicação Digital Ltda., os técnicos do TCU constaram, a partir dos elementos de informação apreendidos, que o ex-Secretário comandava a gestão da empresa, inclusive dando orientações à **Lina Rosa Gomes Vieira da Silva** para a emissão de notas fiscais:



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

Assunto: Re: Marca RELIX
De: Sergio Xavier <sergio@xavier.inf.br>
Para: Lina Rosa <lina@aliancacom.com.br>
Envio: 13/11/2014 09:29:59
Linix,
por favor, pede pra Gabriela enviar toda a lista de ajustes, informações e imagens num único email (conforme nossa revisão de ontem) e encaminharei para nossa equipe, indicando um canal de contato para interação direta entre eles. Assim, o projeto fluirá sem a necessidade da nossa intervenção. Logo que tiver as orientações sobre a emissão da NF, avisa. Reitero que a melhor solução é emitir a nota em nome da Aliança e a Aliança engloba os serviços no conjunto de ações que está desenvolvendo para o Origami. Simples, correto e seguro.
Beijos,
Sérgio

Em 12 de novembro de 2014 18:39, Lina Rosa <lina@aliancacom.com.br> escreveu:

Fonte: Arquivo de mensagem eletrônica (e-mail) extraído de HD externo apreendido na residência de Lina Rosa Gomes Vieira da Silva (item 5 do Termo de Apreensão 52/2019. Equipe PE 04).

Assim, dos valores repassados para execução do projeto Relix Pernambuco 2014, foram desviados em benefício de **Sérgio Luís de Carvalho Xavier** – então sócio da S.X. Brasil Comunicação Digital Ltda. – o montante de R\$ 357.000,00 (trezentos e cinquenta e sete mil reais), repassados por **Luiz Otávio Gomes Vieira da Silva** e **Lina Rosa Gomes Vieira da Silva**, por intermédio da Aliança Comunicação e Cultura Ltda.

Em relação a **Júlio Ricardo Rodrigues Neves**, este, em conluio com os integrantes da família “Gomes Vieira da Silva”, permitiu que as empresas Idea Locações Ltda. e Idea Produções servissem como intermediária dos repasses efetuados em favor dos prestadores de serviços do projeto, de modo que retinham cerca 6,95% dos valores repassados a título de suposta “taxa de administração”.

Questionado em sede policial a respeito das transações envolvendo suas empresas, **Júlio Ricardo Rodrigues Neves** elencou (fls. 860/873 do IPL nº 0111/2014):

[...] QUE não se recorda de contratos formulados entre as empresas IDEA PRODUÇÕES E LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS E ILUMINAÇÃO, IDEA LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS E ILUMINAÇÃO, NEVES E SILVA PRODUÇÕES LTDA, NUNES E ARAÚJO PRODUÇÕES DE SHOWS E EVENTOS e MAGALHÃES REGO P E SHOWS LTDA com as empresas IMDC e ORIGAMI. QUE a IDEA PRODUÇÕES é administrada por CARLOS ALBERTO PEREIRA NÓBREGA, com quem



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

mantinha sociedade. QUE questionado sobre o gráfico com transações bancárias entre as empresas, afirma que os valores representados possivelmente se tratam de eventos promovidos pela criadora ALIANÇA; QUE questionado sobre as transações em que há vinculado entre as empresas ORIGAMI e IDEA PRODUÇÕES, reafirma que os serviços eram sempre executados para a empresa ALIANÇA, alegando que desconhecia a fonte pagadora. [...] (Grifo nosso).

A afastar quaisquer dúvidas acerca da gestão das empresas pelo denunciado, o depoimento prestado por Jorge Tavares Pimentel Júnior, prestado ainda em sede policial (fls. 849/854 do IPL nº 0111/2014):

QUE, com relação à empresa Idea Produções e Locações de Estruturas e Iluminação, foi aberta a pedido de JÚLIO NEVES e também tinha como sócio a pessoa que conhece apenas como CARLOS NÓBREGA, que atende pelo apelido de CARLINHOS, não sabendo qual o seu endereço ou qualquer outro dado de qualificação. [...]

Ainda acerca da conduta do denunciado **Júlio Ricardo Rodrigues Neves**, os técnicos do TCU delimitaram a importância da atuação do envolvido (fl. 180 do RICE nº 03/2019):

[...] Por fim, ainda que restrita à edição inicial do Relix, as pessoas jurídicas Idea Locação de Estruturas e Iluminação e Idea Produções e Locação de Estruturas e Iluminação, ambas controladas pelo investigado Júlio Ricardo Rodrigues Neves, desempenharam função análoga ao CETAP ao intermediar repasse de valores, mediante cobrança de taxa de administração, destinados à empresa SPX Produções Artísticas Ltda. e a seu sócio-administrador, Osvaldo Miguel Gabrieli, assim como ao produtor *free lancer* Ricardo Reichmann. [...] (Grifo nosso).

Desse modo, dos valores repassados para execução do projeto Relix Pernambuco 2014, foi desviado em favor de **Júlio Ricardo Rodrigues Neves** – à época sócio da Idea Produções e Idea Locação – o valor total de R\$ 43.673,76 (quarenta e três mil, seiscentos e setenta e três reais e setenta e seis centavos).

IV. DA TIPICIDADE



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

Os denunciados **Ricardo Essinger, Ernane de Aguiar Gomes, Robson Braga de Andrade, Hebron Costa Cruz de Oliveira e Romero Neves Silveira Souza Filho** desviaram R\$ 2.518.845,33 (dois milhões, quinhentos e dezoito mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e trinta e três centavos), direcionados ao Relix Pernambuco 2014, por intermédio de fraudes – utilização de empresas de “fachada” e pagamentos por serviços não realizados, de modo que **praticaram o delito tipificado no art. 312, caput, do Código Penal Brasileiro (peculato)**.

Nas mesmas penas incorrem **Luiz Otávio Gomes Vieira da Silva, Lina Rosa Gomes Vieira da Silva, Luiz Antônio Gomes Vieira da Silva, Júlio Ricardo Rodrigues Neves e Sérgio Luís de Carvalho Xavier**, igualmente beneficiários do esquema delituoso. **Abaixo, portanto, o crime objeto da presente peça acusatória:**

Decreto-lei nº 2.848/40 (Código Penal)

Art. 312 – Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio:

Pena – reclusão, de dois a doze anos, e multa.

Dessa forma, em razão dos desvios de recursos do SESI destinados ao projeto Relix PE 2014, voluntária e dolosamente, os denunciados praticaram o crime acima delimitado, fato que resta sobejamente provado pelos documentos carreados aos autos.

V. DOS REQUERIMENTOS

Por todo o exposto, o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** requer seja recebida a presente denúncia, citando-se os denunciados para responder à acusação, inquirindo-se as testemunhas abaixo arroladas, prosseguindo-se o feito em seus ulteriores atos, até final condenação de **Ricardo Essinger, Ernane de Aguiar Gomes, Robson Braga de Andrade, Hebron Costa Cruz de Oliveira, Romero Neves Silveira Souza Filho, Sérgio Luís de Carvalho Xavier, Luiz Otávio Gomes Vieira**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Offício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

da Silva, Lina Rosa Gomes Vieira da Silva, Luiz Antônio Gomes Vieira da Silva e Júlio Ricardo Rodrigues Neves à pena do crime acima especificado.

Na oportunidade, o MPF pugna pela decretação da perda do cargo/função pública dos denunciados que porventura estejam ocupando cargos públicos, como efeito imediato e incondicional da condenação, nos termos do **art. 92, I, a, do CPB**²¹.

Da mesma forma, este órgão ministerial requer seja decretada a perda, como proveito do crime, dos bens correspondentes à diferença entre o valor dos patrimônios dos condenados e aqueles que sejam compatíveis com os seus rendimentos lícitos, nos termos do **art. 91-A, §3º, do Código Penal**²², consoante Pesquisa PR-PE-00012102/2020 (Assessoria de Pesquisa e Análise Descentralizada da PR-PE).

Ao final, demanda também pela fixação de indenização mínima (no montante dos valores desviados) para reparação dos danos causados pela infração, na forma do **art. 387, IV, do Código de Processo Penal**²³.

21 Art. 92. São também efeitos da condenação: I – a perda de cargo, função pública ou mandato eletivo: a) quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a um ano, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública; [...]

22 Art. 91-A. Na hipótese de condenação por infrações às quais a lei comine pena máxima superior a 6 (seis) anos de reclusão, poderá ser decretada a perda, como produto ou proveito do crime, dos bens correspondentes à diferença entre o valor do patrimônio do condenado e aquele que seja compatível com o seu rendimento lícito. § 1º Para efeito da perda prevista no **caput** deste artigo, entende-se por patrimônio do condenado todos os bens: I – de sua titularidade, ou em relação aos quais ele tenha o domínio e o benefício direto ou indireto, na data da infração penal ou recebidos posteriormente; e II – transferidos a terceiros a título gratuito ou mediante contraprestação irrisória, a partir do início da atividade criminal. [...] § 3º A perda prevista neste artigo deverá ser requerida expressamente pelo Ministério Público, por ocasião do oferecimento da denúncia, com indicação da diferença apurada.

23 Art. 387. O juiz, ao proferir sentença condenatória: [...] IV – fixará valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido; [...].



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

Recife/PE, data de assinatura eletrônica.

Assinado Eletronicamente
SILVIA REGINA PONTES LOPES
Procuradora da República

ROL DE TESTEMUNHAS:

1. GEORGE DO REGO BARROS, ex-Gerente-Geral de Desenvolvimento Sustentável da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado de Pernambuco, brasileiro, filho de Conceição de Maria Rego Barros da Silva e Jorge Inácio da Silva, inscrito no CPF sob o nº 746.221.884-49, portador do RG nº 41870 PM/PE, residente e domiciliado na Rua Agnaldo Correia, nº 49, Casa, Centro, Amaraji/PE, CEP: 55515-000;

2. LÍGIA NARDY SACRAMENTO, ex-Gestora de Projetos e Analista de Produtos do Departamento Regional do SESI em Pernambuco, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 943.217.108-63, portadora do RG nº 6.845.176 SSP/SP, residente e domiciliada na Rua Francisco da Cunha, nº 1846, Apto nº 102, Boa Viagem, Recife/PE, CEP: 51002-041, Telefones: (081) 3325-3170 e 99974-9291;

3. FERNANDA MARIA PINHO ANDRÉ GOMES BOURBON, Gestora de projetos do SESI, brasileira, filha de Terezinha Pinho André Gomes e Jovanildo Laffeleuse André Gomes, portadora do RG nº 1.671.065 SSP/PE, residente na Rua José Augusto da Silva Braga, nº 223, Casa, Bairro Novo, Olinda/PE, CEP: 53030-080, Telefone: (081) 3224-7011;

4. PAULO MOL JÚNIOR, Diretor de Operações do Departamento Nacional do SESI, brasileiro, filho de Eunice Maria Rezende e Paulo Mol, inscrito no CPF sob o nº 975.517.406-00, portador do RG nº 5.009.209 SSP/MG, residente e domiciliado na Quadra SQN, nº 209, Bloco K, Apto nº 401, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70854-110;

5. MARCOS TADEU DE SIQUEIRA, ex-Diretor de Operações do Departamento Nacional do SESI, brasileiro, filho de Irene de Castro Siqueira e Américo Monteiro de Siqueira, inscrito no CPF sob o nº 945.554.198-04, portador do RG nº 3.397.086 SSP/MG, residente e domiciliado na Quadra SQS, nº 111, Bloco E, Apto nº 302, Asa Sul, Brasília/DF, CEP: 70347-50;

6. JOSÉ CARLOS LYRA DE ANDRADE, Diretor do Departamento Regional do SESI em Alagoas, brasileiro, filho de Maria Helena Lyra de Andrade e Isaías Francisco de Andrade, inscrito no CPF sob o nº 038.849.024-15, portador do RG nº 1.141.175 SSP/AL, residente e domiciliado no Loteamento Santana, nº 20, Quadra E, Serraria, Maceió/AL, CEP: 57045-000;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

7. FRANCISCO DE ASSIS BENEVIDES GADELHA, Diretor do Departamento Regional do SESI na Paraíba, brasileiro, filho de Miriam Benevides Gadelha e José de Paiva Gadelha, inscrito no CPF sob o nº 041.813.874-53, portador do RG nº 369.651 SSP/PB, residente e domiciliado na Rua Getúlio Vargas, nº 842, Prata, Campina Grande/PB, CEP: 58400-052;

8. RAFAEL ESMERALDO LUCCHESI RAMACCIOTTI, Diretor Superintendente do Departamento Nacional do SESI, brasileiro, filho de Arlinda Azevedo Lucchesi Ramacciotti e Dante Raffaello Lucchesi Ramacciotti, inscrito no CPF sob o nº 431.712.655-91, portador do RG nº 3.263.617 SSP/BA, residente e domiciliado na Quadra SQS, nº 303, Bloco E, Apto nº 401, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70735-050, Telefone: (071) 3359-7538;

9. OSVALDO MIGUEL GABRIELI, Sócio-administrador da SPX Produções Artísticas Ltda. (grupo teatral XPTO), estrangeiro, filho de Aida Batista de Gabrieli, inscrito no CPF sob o nº 066.639.388-51, residente e domiciliado na Rua Mem de Sá, nº 230, Chácaras Embu Colon, Embu das Artes/SP, CEP: 06844-040, Telefone: (011) 4704-2871;

10. RICARDO REICHMANN, produtor de eventos, filho de Tamar de Brito e Júlio Leon Reichmann, inscrito no CPF sob o nº 152.005.096-40, portador do RG nº 10.852.679 SSP/SP, residente e domiciliado na Rua Demócrito de Souza Filho, nº 370, Apto nº 2002, Madalena, Recife/PE, CEP: 50610-120, Telefone: (081) 3226-4732;

11. RONALDO ALEXANDRE ULISSES DA SILVA, ex-representante do CETAP, brasileiro, solteiro, contador, inscrito no CPF sob o nº 023.604.964-07, portador do RG nº 4.976.120 SSP/PE, residente e domiciliado na Rua Ricardo Salazar, nº 45, Apto nº 203-A, Madalena, Recife/PE, CEP: 50720-123, Telefone: (081) 3228-3469;

12. MARCELO JOSÉ DA SILVA, Sócio-Administrador do CETAP, filho de Maria Eudócia da Silva e José Olímpio da Silva, inscrito no CPF sob o nº 184.194.024-00, portador do RG nº 1.688.325 SDS/PE, residente e domiciliado na Rua Dom Bosco, nº 1000, Apto nº 1603, Boa Vista, Recife/PE, CEP: 50070-000;

13. JOSÉ CARDOSO, ex-Presidente da Cooperativa de Trabalho dos Catadores Profissionais do Recife/PE, brasileiro, filho de Raimunda Santos Silva, inscrito no CPF sob o nº 578.786.414-04, residente e domiciliado na Rua São Lucas, nº 327, Afogados, Recife/PE, CEP: 50750-200, Telefones: (081) 99642-9792 ou 98740-3312;

14. ROBERTA SANTANA PESSOA, Presidente da Cooperativa de Trabalho dos Catadores Profissionais do Recife/PE, brasileira, residente e domiciliado na Rua São Lucas, nº 327, Afogados, Recife/PE, CEP: 50750-200, Telefones: (081) 99642-9792 ou 98740-3312;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

15. CARLOS ANDRÉ VANDERLEI DE VASCONCELOS CAVALCANTI, ex-Secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado de Pernambuco, brasileiro, filho de Helenilda Cavalcanti e Clóvis de Vasconcelos Cavalcanti, inscrito no CPF sob o nº 588.402.904-78, portador do RG nº 5076314003 SJS/RS, residente e domiciliado na Rua Doutor João Marques, nº 100, Apto nº 1002, Ilha do Retiro, Recife/PE, CEP: 50750-320;

16. JÚLIO SÉRGIO DE MAYA PEDROSA MOREIRA, Diretor Adjunto de Educação do Departamento Nacional do SESI, brasileiro, filho de Tânia Pedrosa Moreira e Napoleão Moreira, inscrito no CPF sob o nº 209.878.034-68, portador do RG nº 263.022 SSP/AL, residente e domiciliado no Setor SQS, nº 311, Bloco H, Apto nº 606, Brasília/DF, CEP: 70364-080, Telefone: (082) 3355-1370;

17. ELIANE FERNANDES DA SILVA, Gerente Executiva de Gestão Estratégica do Departamento Nacional do SESI, brasileira, filha de Neuza Inês Fernandes da Silva e Ênio Dutra Fernandes da Silva, inscrita no CPF sob o nº 366.759.381-34, portadora do RG nº 824.830 SSP/DF, residente e domiciliada na SQN, nº 112, Bloco E, Apto nº 401, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70762-050;

18. PAULO ALBERTO MANCINI PIRES, Auditor de Controle Externo do Trabalho e Entidades Paraestatais do Tribunal de Contas da União – TCU, com endereço laboral na SAFS Qd 4, Lote 1, Anexo II, Sala 208, Brasília/DF, CEP: 70042-900;

19. FELIPE LUIZ DE OLIVEIRA AMARAL, Ex-Auditor interno do SESI/PE, filho de Isis Souza de Oliveira Amaral e Luiz Alves do Amaral, portador do RG nº 2.709.633 SSP/PE, inscrito no CPF sob o nº 497.350.204-91, residente na Avenida José Américo de Almeida, nº 151, Bloco A, nº 702, Macaxeira, Recife/PE, CEP: 52.090-320, Telefone: (081) 99908-4765;

20. DIANA UCHÔA MEDEIROS, Gestora de projetos do SESI/PB, filha de Maria Igenes de Sousa Uchôa e José de Barros Uchôa, portadora do RG nº 6.765.000 SSP/PB, inscrita na CPF sob o nº 425.678.744-53, residente na Rua Maria de Lourdes Aguiar Loureiro, nº 393, Apto nº 201, Bairro Calote, Campina Grande/PB, CEP: 58.410-488, Telefone: (083) 2101-5300;

INFORMANTES:

21. ROSÂNGELA CAVALCANTE DE MELO XAVIER, Sócia da empresa Interjornal.Com Ltda., brasileira filha de Francisca Cavalcante de Melo e Reginaldo Carneiro de Melo, inscrito no CPF sob o nº 620.057.404-97, portadora do RG nº 4.889.902 SSP/PE, residente e domiciliada na Rua Missionário John Mein, nº 51, Pinheiro, Maceió/AL, CEP: 57055-790, Telefone: (082) 3974-9927;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco
GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

22. CELSO RUBENS DE CARVALHO XAVIER, Sócio da empresa SX Brasil Comunicação Digital Ltda., brasileiro, filho de Adeilda Moura de Carvalho Xavier e Salvador Ferraz Xavier, inscrito no CPF sob o nº 617.562.455-68, portador do RG nº 98001462009 SSP/AL, residente e domiciliado na Rua Missionário John Mein, nº 51, Pinheiro, Maceió/AL, CEP: 57055-790, Telefone: (082) 3358-8048.

